

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA

**O IMPACTO DA OCUPAÇÃO DE FUNDOS DE VALE EM ÁREAS
URBANAS. CASO: CÓRREGO DO GREGÓRIO – SÃO CARLOS (SP).**

JULIANA QUEIROZ BORGES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientação: Prof. Dr. João Sergio Cordeiro

São Carlos

2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B732io

Borges, Juliana Queiroz.

O impacto da ocupação de fundos de vale em áreas urbanas. Caso: Córrego do Gregório – São Carlos (SP) / Juliana Queiroz Borges. -- São Carlos : UFSCar, 2006. 209 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2006.

1. Planejamento urbano. 2. Drenagem urbana. 3. Fundos de vale. 4. Inundações. 5. Exclusão social. I. Título.

CDD: 711 (20^a)

Ao Papai, Mamãe, Helena e Marco, com muito amor, carinho, respeito e gratidão.

AGRADECIMENTOS

À CAPES e à Universidade Federal de São Carlos - em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana - pelo apoio financeiro e institucional necessários para o desenvolvimento desta pesquisa;

Ao Prof. Dr. João Sérgio Cordeiro, grande amigo e orientador, pelo exemplo, pela oportunidade de desenvolver esse trabalho e por acreditar na minha capacidade;

Ao nosso coordenador, Prof. Dr. Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira, por sua dedicação para com os alunos;

Aos Coordenadores do Projeto FINEP 01.02.0086.00 - Experimento Piloto de Gerenciamento Integrado de Bacias Urbanas para o Plano Diretor de São Carlos (SP) - por disponibilizarem materiais de grande relevância na execução do trabalho;

Ao Prof. Dr. Luis André Nepomuceno e ao Prof. Dr. Valdir Peres, pelo incentivo, amizade e orientação para que eu não chegasse tão perdida no mestrado;

Aos entrevistados pela valiosa contribuição, ao se disponibilizarem a responder prontamente os questionários; aos amigos: Lia Amorim, Paulo Vaz e Pedro Caballero pelo apoio e grande colaboração na coleta de dados da pesquisa;

À Sônia pelo carinho que sempre teve por mim e, sobretudo, por ter se tornado uma grande amiga;

Às colegas e amigas do mestrado: Karina, Michela e Tissy, pela companhia, pelo apoio, alegria e verdadeira amizade;

Às minhas irmãs de coração, Janice, Malu e Michelly, por tudo que significam pra mim, por estarem sempre presentes, com um gesto de carinho ou uma palavra de apoio.

À minha família, especialmente aos meus pais, Modesto e Neusa Helena, que sempre acreditaram e se orgulharam de mim e que, mesmo de longe, nunca me deixaram sozinha, estando presentes nos momentos mais difíceis; aos meus irmãos, Luís Flávio e Adriana, por apoiarem a realização dos meus sonhos e aos meus sobrinhos, Luís Filipe, Mateus, Henrique, Lucas e Victor, que não deixaram de sentir saudades da Tia Jú;

À querida Helena, que me viu crescer, aprender e sempre esteve do meu lado pra me levantar diante dos tropeços da vida;

Ao meu noivo, Marco Robledo, pelo amor, confiança, incentivo e cumplicidade durante toda essa etapa;

À Deus, pela oportunidade de chegar até aqui.

RESUMO

BORGES, J. Q. **O Impacto da ocupação de fundos de vale em áreas urbanas.** Caso: Córrego do Gregório - São Carlos (SP). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

A presente pesquisa se insere em um debate que inter-relaciona três áreas de conhecimento – urbanização, drenagem urbana e exclusão social – e tem como objetivo principal analisar a ocupação de fundos de vale em áreas urbanas como agente indutor da exclusão social temporária, propondo uma discussão sobre esse impacto causado pela ocorrência de inundações. A estratégia de pesquisa utilizada é a de estudo de caso único exploratório realizado na cidade de São Carlos – SP, mais especificamente, na região central pertencente à Bacia do Córrego do Gregório, caracterizada por possuir ocupação consolidada, com grande atividade comercial. Além do embasamento teórico, foram realizados levantamentos das inundações ocorridas no período entre 1995 a 2005, das obras realizadas pela Prefeitura Municipal e também, entrevistas com cinco grupos de atores sociais. Os resultados obtidos com a conclusão da pesquisa foram, em grande parte, de valor social e educacional, envolvendo a conscientização com relação à necessidade da preservação ambiental; aos danos causados - muitas vezes irreversíveis - pela ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como as várzeas inundáveis e, também se configurou como instrumento relevante para subsidiar novas pesquisas e debates. Com relação aos atores sociais, verificou-se que os maiores prejudicados com as inundações na unidade de análise são os comerciantes e 70% desses, se consideraram vítimas da exclusão social temporária. Nesse sentido, foi possível comprovar a hipótese principal de pesquisa: A exclusão social temporária pode ser considerada uma consequência da ocupação inadequada das áreas urbanas de fundo de vale, podendo abranger inúmeras situações, inclusive as que não se referem à condição de pobreza e miséria.

Palavras-chave: Urbanização, Fundos de Vale, Drenagem Urbana, Inundações e Exclusão Social Temporária.

ABSTRACT

BORGES, J. Q. A **O Impacto da ocupação de fundos de vale em áreas urbanas**. Caso: Córrego do Gregório - São Carlos (SP). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

The present work proposes a debate that interrelates three areas of knowledge – urbanization, urban drainage and social segregation – and has the main purpose to analyze the occupation of river marginal areas in urban places as the main cause for temporary social segregation. It also proposes a discussion about this impact caused by the occurrence of floods. The research strategy used is the study of an exploratory single case made in the city of São Carlos-SP, more specifically in the central area belonging to the Gregório River Basin, characterized for having solid occupation with great commercial activity. Besides theoretical basis, we have done a research on how many floods have occurred during 1995 and 2005, in the works fulfilled by the City Government, and also interviews with five groups of social actors. The results obtained with the conclusion of the work had, in its greatest parts, a social and educational value, involving consciousness of the necessity of environment preservation; of the eventually irreversible damages caused by the occupation of environmentally fragile areas, such as floodable fertile valleys. The research has also been detached as a relevant instrument to subsidize new debates and researches. As far as the social actors are included, we have verified that the most damaged ones in the cases of floods, in the unity of analysis, were the businessmen, and 70% of these consider themselves victims of temporary social segregation. This way, it was possible to confirm the main hypothesis of the work: temporary social segregation can be considered a consequence of inadequate occupation of river marginal areas in urban places, and this may involve lots of situations, including the ones that do not refer to the condition of poverty and misery.

Word keys: Urbanization, river marginal areas, urban drainage, floods and temporary social segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Evolução da urbanização no Brasil e no mundo	19
Figura 2:	Tipologia topográfica I	29
Figura 3:	Tipologia topográfica II	29
Figura 4:	Tipologia topográfica III	30
Figura 5:	Tipologia topográfica IV	30
Figura 6:	Processos que ocorrem numa área urbana	35
Figura 7:	Vista do Mercado Municipal de São Carlos	44
Figura 8:	Avenida Comendador Maffei esquina com Rua Episcopal	44
Figura 9:	Vista do “camelódromo”	44
Figura 10:	Calçadão da Rua General Osório	44
Figura 11:	Área de pesquisa, localização do trecho crítico (inundações) e das lojas dos comerciantes entrevistados	50
Figura 12:	Avenida São Carlos em 1898	56
Figura 13:	Localização do Município de São Carlos e municípios vizinhos no estado de São Paulo	57
Figura 14:	Localização da área urbana de São Carlos em seu município e principais Macro Bacias Hidrográficas: Mogi-Guaçu e Tietê-Jacaré	58
Figura 15:	Sub-bacias do Rio Monjolinho na área urbana de São Carlos	59
Figura 16:	Evolução urbana da cidade de São Carlos	60
Figura 17:	Construção da Avenida Marginal em 1974 na região do Córrego do Gregório, nas proximidades da área onde atualmente se localiza o SESC	62
Figura 18:	Áreas de Proteção Ambiental da cidade de São Carlos	63
Figura 19:	Bacia do Córrego do Gregório e delimitação da Unidade de Análise	64
Figura 20:	Delimitação da Unidade de Análise na Bacia do Córrego do Gregório	65
Figura 21:	Localização das Tipologias verificadas na unidade de análise	66

Figura 22: Tipologia A - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale, entre as Ruas São Paulo e Rui Barbosa	67
Figura 23: Tipologia B - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale, entre as Ruas São Joaquim e Dona Alexandrina	67
Figura 24: Tipologia C - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale, entre a Rua Dona Alexandrina e Avenida São Carlos	67
Figura 25: Tipologia D - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale entre a Avenida São Carlos e Rua Episcopal	68
Figura 26: Tipologia E - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale entre as Ruas Episcopal e Nove de Julho	68
Figura 27: Tipologia F - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale na Avenida Comendador Maffei	68
Figura 28: Rua Dona Alexandrina esquina com Rua Geminiano Costa em condição normal	69
Figura 29: Rua Dona Alexandrina esquina com Rua Geminiano durante precipitação	69
Figura 30: Córrego do Gregório em condição normal	70
Figura 31: Córrego do Gregório logo após forte precipitação	70
Figura 32: Rua Episcopal esquina com Rua Geminiano Costa em condição normal ..	70
Figura 33: Rua Episcopal esquina com Rua Geminiano Costa durante precipitação	70
Figura 34: Inundação (2001) - Av. São Carlos esquina com Rua Geminiano Costa ...	71
Figura 35: Inundação (2001) - Calçada da Rua General Osório	71
Figura 36: Inundação (2004) - Córrego do Gregório em frente ao Mercado Municipal	72
Figura 37: Inundação (2004) - Avenida Comendador Maffei esquina com Rua Episcopal	72
Figura 38: Capa - Jornal Primeira Página (17/05/1995)	74
Figura 39: Capa - Jornal Primeira Página (10/12/1998)	75
Figura 40: Capa - Jornal Primeira Página (13/01/2001)	76
Figura 41: Matéria do Jornal Primeira Página (27/03/2002) - “Plano de Macrodrenagem da Bacia do Córrego do Gregório inclui proteção das margens até a rotatória do Cristo”	77

Figura 42: Matéria do Jornal Primeira Página (25/05/2004) – “Chuva de domingo traz novos prejuízos ao comércio”	78
Figura 43: Capa - Jornal Primeira Página (17/12/2005)	79
Figura 44: Capa - Jornal Primeira Página (12/03/2006)	80
Figura 45: Obra realizada nas proximidades do Mercado Municipal (2002/2003)	82
Figura 46: Obra realizada nas proximidades do Mercado Municipal (2002/2003)	82
Figura 47: Ponte da Rua Dona Alexandrina	83
Figura 48: Ponte da Rua Dona Alexandrina (sentido Avenida São Carlos)	83
Figura 49: Região da Bacia do Córrego do Gregório não ocupada, mas vendida	85
Figura 50: Rua Episcopal - O Córrego Simeão passa à direita da rua, no subsolo das lojas	86
Figura 51: Rua Episcopal - O Córrego Simeão passa à direita da rua, no subsolo das lojas	86
Figura 52: Rua Episcopal – sentido centro (contra mão)	86
Figura 53: O Córrego Simeão passa atrás desse muro	86
Figura 54: “Vista” parcial do Córrego do Simeão	86
Figura 55: “Vista” parcial do Córrego do Simeão	86
Figura 56: Canalização do Córrego do Gregório entre a Rua Episcopal e a Rua Nove de Julho (1974)	87
Figura 57: Ponte - Rua Nove de Julho (1974)	88
Figura 58: Análise dos dados obtidos	124

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Situação do Imóvel	89
Gráfico 2:	Tempo em que os comerciantes (locatários) estão na área de pesquisa	89
Gráfico 3:	Tempo em que os comerciantes (proprietários) estão na área de pesquisa	90
Gráfico 4:	Opinião dos comerciantes sobre a insegurança com relação às inundações	91
Gráfico 5:	Prejuízos com as inundações – Comerciantes	91
Gráfico 6:	Opinião dos comerciantes quanto à condição de exclusão social temporária	93
Gráfico 7:	Principais causas das Inundações para os comerciantes	93
Gráfico 8:	Conceitos atribuídos pelos comerciantes às obras realizadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos	95
Gráfico 9:	Nível de escolaridade dos entrevistados	102
Gráfico 10:	Principais causas das inundações para os transeuntes	103
Gráfico 11:	Conceitos atribuídos pelos transeuntes às obras realizadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos	104
Gráfico 12:	Possibilidade de encontrarem-se soluções para o problema das inundações no centro de São Carlos com a realização de pesquisas científicas	108
Gráfico 13:	Conceitos atribuídos às obras realizadas pela Prefeitura Municipal pelos pesquisadores	108
Gráfico 14:	Opinião dos pesquisadores quanto à falta de credibilidade por parte do poder público para com eles e as pesquisas que realizam	110
Gráfico 15:	Opinião dos pesquisadores quanto à pertinência do tema da pesquisa ...	111
Gráfico 16:	Opinião dos pesquisadores com relação as possíveis “vítimas” da exclusão social temporária causada pela ocorrência de inundações	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Causas e efeitos da urbanização sobre as inundações	34
Quadro 2:	Pesquisa bibliográfica	45
Quadro 3:	Dicas para evitar ou escapar das enchentes	81
Quadro 4:	Síntese da entrevista com os comerciantes (Parte 1)	98
Quadro 5:	Síntese da entrevista com os comerciantes (Parte 2)	99
Quadro 6:	Síntese da entrevista com os comerciantes (Parte 3)	100
Quadro 7:	Síntese da entrevista com os comerciantes (Parte 4)	101
Quadro 8:	Síntese da entrevista com os transeuntes (Parte 1)	105
Quadro 9:	Síntese da entrevista com os transeuntes (Parte 2)	106
Quadro 10:	Síntese da entrevista com os pesquisadores (Parte 1)	115
Quadro 11:	Síntese da entrevista com os pesquisadores (Parte 2)	117
Quadro 12:	Síntese da entrevista com os pesquisadores (Parte 3)	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Índices demográficos da cidade de São Carlos	61
------------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ABRH	Associação Brasileira de Recursos Hídricos
ANPPAS	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.
APP	Áreas de Proteção Ambiental
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EDUFSCar	Editora da Universidade Federal de São Carlos
EDUSP	Editora da Universidade de São Paulo
EESC	Escola de Engenharia de São Carlos
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAPESP	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos – Ministério de Ciência e Tecnologia
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPH	Instituto de Pesquisas Hidráulicas
PMSC	Prefeitura Municipal de São Carlos
PPGEU	Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana
PUC	Pontifícia Universidade Católica
NIBH	Núcleo Integrado de Bacias Hidrográficas
SIM	Sistema Integrado Municipal
SHS	Departamento de Hidráulica e Saneamento
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCar Universidade Federal de São Carlos

UNESP Universidade Estadual Paulista

UNNE Universidade Nacional do Nordeste

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
OBJETIVOS	17
1. EMBASAMENTO TEÓRICO	18
1.1. A Urbanização Brasileira	18
1.2. Políticas Públicas de Uso e Ocupação do Solo	22
1.2.1. Ocupação de Fundos de Vale em Áreas Urbanas	26
1.2.1.1. Fundos Vale e Legislação	28
1.3. O Sistema de Drenagem Urbana e a Incidência de Inundações	31
1.4. Exclusão Social	37
1.5. Análise da Revisão Bibliográfica	41
2. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	43
2.1. Aspectos Gerais	43
2.1.1. Etapa I: Embasamento Teórico	45
2.1.2. Etapa II: Levantamento das obras realizadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos na unidade de análise	46
2.1.3. Etapa III: Levantamento das principais inundações ocorridas na área central de São Carlos	48
2.1.4. Etapa IV: Aplicação das entrevistas	48
2.1.4.1. Grupo 1: Comerciantes	49
2.1.4.2. Grupo 2: Transeuntes	50
2.1.4.3. Grupo 3: Pesquisadores	51
2.1.4.4. Grupo 4: Representante da Prefeitura Municipal de São Carlos	52
2.1.4.5. Grupo 5: Representante da Defesa Civil de São Carlos	52
2.1.5. Etapa V: Discussão e Análise dos Resultados	53
2.2. Pergunta e Hipótese de Pesquisa	54

3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	55
3.1. A Cidade de São Carlos	55
3.1.1. Breve Histórico	55
3.1.2. Dados gerais	56
3.2. A Bacia do Córrego do Gregório	64
3.2.1. Aspectos Gerais	64
3.2.2. Ocorrência de Inundações na região central de São Carlos	69
3.2.3. Principais Intervenções realizadas nas mediações do Córrego do Gregório nos últimos dez anos	81
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	84
4.1. Análise geral	84
4.2. Análise das entrevistas	88
4.2.1. Grupo 1: Comerciantes	88
4.2.2. Grupo 2: Transeuntes	102
4.2.3. Grupo 3: Pesquisadores	107
4.2.4. Grupo 4: Representante da Prefeitura Municipal de São Carlos	121
4.2.5. Grupo 5: Representante da Defesa Civil de São Carlos	123
4.2.6. Análise dos dados obtidos	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	126
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	134
APÊNDICES	145

INTRODUÇÃO

“As noções de progresso, ética e responsabilidade não pertencem à ciência como domínio cognitivo, mas se aplicam a nós, pesquisadores, como seres humanos porque o que fazemos nos envolve e também envolve as comunidades humanas e não humanas de seres vivos a que pertencemos e que nos sustentam em nossas atividades”.

Humberto Maturana

Nos últimos anos, o Brasil acompanhou uma tendência mundial de crescimento acelerado da população urbana e de deterioração da qualidade de vida dessa população. Com esse crescimento acelerado e desordenado das cidades, áreas ambientalmente frágeis, como as várzeas inundáveis e encostas, foram ocupadas trazendo sérios problemas, como a ocorrência de inundações.

Ao escolher o problema de pesquisa que inter-relaciona urbanização, drenagem urbana e exclusão social temporária, considerou-se a grande relevância dos aspectos sociais e históricos que atingem a vida da população citadina, perseguindo o objetivo maior da pesquisa, mostrando, através de seus estudos, os impactos que uma forma inadequada de urbanização pode proporcionar aos habitantes de uma cidade.

Nesse sentido, percebe-se que a relevância da presente pesquisa, uma vez que através do debate proposto sobre questões atuais e constantemente presentes no dia-a-dia de muitas pessoas, pode ser um instrumento capaz de subsidiar novos estudos e conceitos sobre a questão da exclusão social temporária, sua relação com os problemas da ocupação de fundos de vale como as inundações e a premente necessidade de preservação dessas áreas para garantir um futuro menos degradante para todos.

A estratégia utilizada na realização da pesquisa foi a de estudo de caso único exploratório. A unidade de análise escolhida se localiza na área central da cidade de São Carlos - SP, parte integrante da Bacia do Córrego do Gregório. Esta estratégia conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências: a observação direta e uma série sistemática de entrevistas.

Portanto, foram definidos cinco grupos de atores sociais nos quais seriam aplicadas as entrevistas. O critério utilizado para escolha desses grupos foi baseado no objetivo da pesquisa, ou seja, os entrevistados deveriam estar inseridos na problemática levantada para que as informações coletadas pudessem subsidiar a verificação do debate proposto para análise. Como a unidade de análise está localizada numa área de risco permanente com relação às inundações, decidiu-se coletar informações de pessoas envolvidas diretamente e indiretamente nesse contexto: os comerciantes, transeuntes, pesquisadores, representante da Prefeitura Municipal de São Carlos e representante da Defesa Civil.

Com relação à análise da literatura referente ao tema, foram encontrados alguns debates centrais como o processo de urbanização no Brasil, a ocupação de áreas urbanas de fundos de vale, a relação existente entre a infra-estrutura de drenagem urbana, urbanização e as inundações e, também, sobre a exclusão social; tema atual, bastante discutido em aspectos relacionados à pobreza, degradação, vulnerabilidade, carência em variadas vertentes. Também foram utilizadas informações publicadas em jornais locais, além de dissertações e teses relacionadas ao debate proposto.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

O objetivo geral da pesquisa é analisar a ocupação de fundos de vale em áreas urbanas como agente indutor da exclusão social temporária, propondo um debate sobre esse impacto causado pela ocorrência de inundações, verificando os efeitos dessa ocupação ao funcionamento do sistema de drenagem urbana e conseqüentemente, na qualidade de vida da população.

Objetivo Específico:

- Verificar se a exclusão social temporária pode ser considerada uma conseqüência da ocupação de áreas ambientalmente frágeis como os fundos de vale, mostrando que essa forma de exclusão pode ser entendida sob outros aspectos que não se refiram exclusivamente à condição de pobreza.

1 - EMBASAMENTO TEÓRICO

1.1. A Urbanização Brasileira

As ações referentes à urbanização no Brasil iniciaram-se considerando principalmente, os aspectos sociais, culturais e econômicos, admitindo-se que o ambiente físico deveria adequar-se as atividades humanas. Considerava-se que os recursos naturais poderiam ser utilizados de forma ilimitada, desde que fossem atendidas as necessidades básicas dos moradores das cidades: habitação, trabalho, circulação e lazer (MOTA, 1999).

A tendência de crescimento acelerado da população urbana em muitos países e, conseqüentemente, de deterioração das condições de vida desta população, também foi verificada no Brasil nas últimas décadas - um aumento significativo quando comparado com o crescimento a nível mundial (Figura 1).

De acordo com FRANÇA e BAYEUX (2002), foram as décadas de 30 e 40 que representaram o início desse intenso processo de urbanização, fruto dos fluxos migratórios de famílias que deixaram o campo com destino às cidades (êxodo rural), em busca de melhores condições de vida.

Esses momentos de intensificação do crescimento urbano podem ser inseridos nos regimes da urbanização brasileira, segundo SANTOS (1996): a partir dos anos 40 – 50, quando prevalece à lógica da industrialização. Esta proporcionou um processo social complexo, observando-se uma urbanização cada vez mais envolvente, pelo crescimento demográfico das cidades médias. Atualmente, a cidade tornou-se um meio técnico-científico, onde a vida de relações tende a ser mais intensa e o processo de urbanização mais vigoroso.

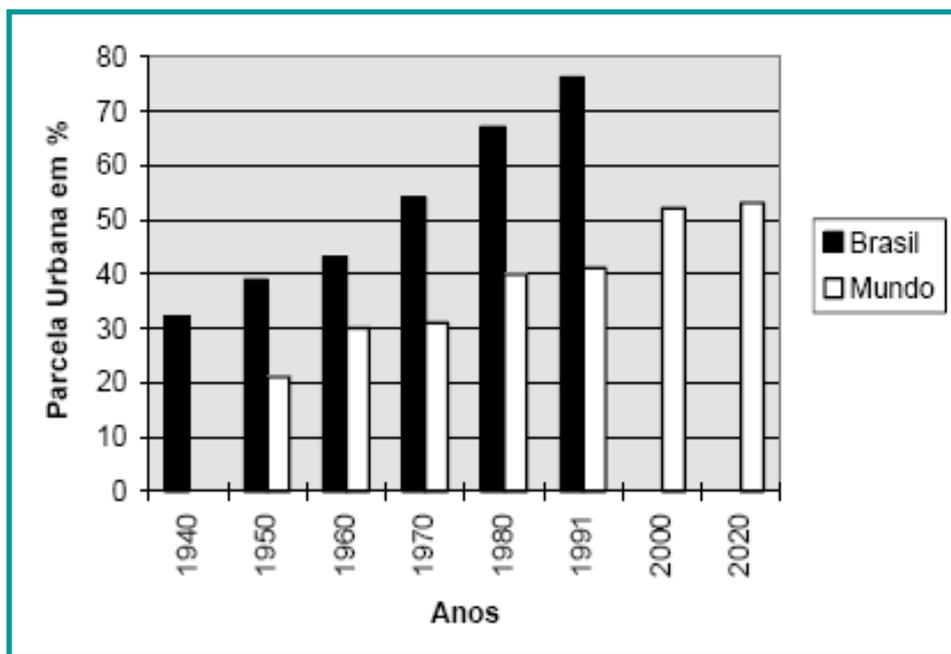


Figura 1: Evolução da urbanização no Brasil e no Mundo.

Fonte: TUCCI, 1995.

Já para RIBEIRO (1999), essa acelerada urbanização teve maior intensidade entre as décadas de 50 e 80 e, como consequência desse processo, desencadeia-se forte tendência à concentração populacional nas regiões onde predominam os investimentos econômicos e o desenvolvimento tecnológico, que resultam na configuração das principais regiões metropolitanas de hoje, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, entre outras.

“Os avanços da urbanização podem comprometer os fatores do ambiente, que se modificam profundamente em suas condições naturais. Dessa forma, à medida que as cidades se expandirem, o próprio homem vê suas possibilidades de existência ameaçadas pela forma desordenada pela qual se traduz a sua ocupação”. (TUCCI e MARQUES, 2000).

Na realidade, enquanto as classes sociais mais privilegiadas desfrutavam de vantagens reais com a urbanização das cidades, as classes menos favorecidas internalizavam, em regra, um conceito de progresso que, no entanto, não se traduziam em

melhorias nas suas condições de vida. As cidades que não estavam “preparadas” para receber tal contingente populacional começaram a apresentar sérios problemas ambientais, sanitários e sociais, principalmente em se referindo à falta ou insuficiência de infra-estrutura, a impermeabilização excessiva do solo urbano, a ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis, ao déficit habitacional e equipamentos urbanos.

“A cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos” (SPOSITO, 1994).

Transformações quantitativas de tal magnitude implicam transformações qualitativas profundas. O Brasil, se não está totalmente “urbanizado”, tem, com toda segurança, caráter preponderantemente urbano. Para DEÁK e SCHIFFER (1999), as condições de produção nas áreas urbanas - nas cidades, são, agora, as da totalidade da economia; e as condições de vida, nas aglomerações urbanas, são as da maioria da população. Acima de tudo, as aglomerações urbanas constituem a base e o palco das transformações da sociedade e, ainda, de sua economia.

VILLAÇA (2003) explica que hoje, no mínimo 80% da população brasileira é urbana e, considerar os problemas de hoje como problemas urbanos já não teria sentido, uma vez que eles passaram a ser “problemas brasileiros”. “Como grande parte dos que hoje vivem em áreas rurais freqüentam as cidades e têm íntimo contato com a cultura e com os valores urbanos, a população brasileira que tem hoje um estilo de vida, cultura e valores urbanos é certamente bem maior que esses 80%”.

Em contraposição, no que diz respeito ao processo de urbanização no Brasil, VEIGA (2002) tece críticas referentes a esse processo, afirmando que “o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é única no mundo”: O Brasil considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. Para exemplificar, cita um caso no estado de Rio Grande

do Sul, onde a sede do município de União da Serra é uma “cidade” na qual o senso demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. Para o autor, “não deveriam ser considerados urbanos os habitantes de cidades com menos de 20 mil habitantes” e afirma que este fato derrubaria por si só o grau de urbanização do Brasil no ano de 2000, de 81,2% para 70%.

Entretanto, não se pode deixar de considerar que no Brasil, existem cidades com menos de 20 mil habitantes que possuem alta densidade demográfica e, “para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com sua densidade demográfica e localização”.

Apesar da relevância das colocações referentes ao grau de urbanização no Brasil, é importante ressaltar que este debate não é um fato decisivo no contexto desta pesquisa, mas sim, a forma com vem sendo ocupadas às várzeas dos cursos d’ água e as conseqüências que essa forma de ocupação acarreta. Esses problemas são comuns em muitas cidades brasileiras, sejam elas pequenas cidades ou grandes metrópoles.

Outro debate interessante verificado na revisão bibliográfica se refere ao uso dos termos “urbanização” e “planejamento urbano” para relatar a história e o processo da urbanização brasileira.

No Brasil, o termo planejamento urbano é mais recente que urbanismo e sempre teve uma conotação associada à ordem, à racionalidade e à eficiência, enquanto que o urbanismo ainda guardava resquícios de “embelezamento” e sempre foi mais associado à arquitetura e às artes urbanas (VILLAÇA, 1999).

Para SOUZA (1988) apud CAVEDON (2003), o planejamento urbano é um processo político de tomada de decisão sobre a urbanização, decisão esta manifestada por políticas urbanas. A Política Urbana é uma manifestação do processo de planejamento urbano que acontece em cada cidade através do urbanismo (que é intervenção, projeto).

De acordo com SILVA (1997), emprega-se o termo urbanização para designar o processo pelo qual a população urbana cresce em proporção superior à população rural.

Não se trata de mero crescimento das cidades, mas de fenômeno de concentração urbana, o que é, portanto, um fenômeno da sociedade industrializada. A urbanização gera grandes problemas, deteriora o ambiente urbano, modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana.

Percebe-se que, atualmente, o planejamento urbano tem sido utilizado para sanar os problemas das ocupações irregulares verificadas no meio urbano, desenvolvendo assim, ações mais corretivas com relação à produção do espaço. Observa-se que até mesmo cidades planejadas como Belo Horizonte, Brasília e Goiânia, fugiram totalmente ao controle do planejamento e dos planejadores.

Nesse sentido observa-se que um traçado marcante da urbanização brasileira contemporânea é seu caráter espontâneo e anárquico. MOTA (1999), explica que as cidades estão crescendo de forma caótica, exigindo ações posteriores de ordenamento no que tange a aquisição de equipamentos básicos.

De acordo com VILLAÇA (1999), o destino do planejamento urbano no Brasil, o perfil, a credibilidade e o conteúdo dos planos diretores estão ligados aos avanços da consciência de classe, da organização do poder político das classes populares. Este é um processo vagaroso, uma vez que nossa história é lenta, pois grande é “o poder do atraso”.

1.2. Políticas Públicas de Uso e Ocupação do Solo

O solo urbano, assim como o solo de zonas de expansão, zonas urbanizáveis e de interesse urbanístico especial, destina-se ao cumprimento de funções básicas para a vida humana, como habitar, circular, trabalhar e recrear.

As formas de uso e ocupação do solo, geralmente são determinadas pela Lei de uso e ocupação do solo contida no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, mas nem todas as cidades possuem um plano diretor e as que possuem, nem sempre o mantêm atualizado e sequer cumprem o que foi estabelecido por ele.

Segundo MOTA (1999), a Lei de Uso e Ocupação do Solo é considerada um instrumento essencial e obrigatório do controle do uso da terra, densidade populacional, localização, volume e finalidade das construções a serem edificadas, o que, contribui para a adequada ocupação das áreas urbanas, evitando danos não só para a população, como também, para todo meio físico e ambiental existente em seu entorno. Através dessa Lei é definida a distribuição espacial das atividades socioeconômicas e da população, na cidade, através do zoneamento.

Em complementação à Lei de Uso e Ocupação do Solo, existem as Leis de Zoneamento, que especificam as exatas localizações, em uma região, onde determinados usos do solo são aceitáveis ou não, definindo parâmetros tais como taxas de ocupação e densidades populacionais, bem como os tipos de atividades (comercial, industrial, residencial, institucional, etc.). O zoneamento pode ser usado para restringir a intensidade e o tipo de desenvolvimento em áreas de risco, como as várzeas inundáveis e encostas.

“Áreas de risco são locais sujeitos à ocorrência de fenômenos de natureza geológico-geotécnica e hidráulica que impliquem a possibilidade de perda de vidas e/ou danos materiais. Estes locais são, predominantemente, os fundos de vale sujeitos a inundações e solapamentos, ou encostas de altas declividades, passíveis de escorregamentos e desmoronamentos” (FIGUEIREDO, 1994).

Outro instrumento importante é a Lei de Parcelamento do Solo, que tem por objetivo determinar os critérios a serem atendidos nos parcelamentos do solo do município, a forma e o local em que este poderá ser utilizado. Essa lei incide sobre a proteção ambiental ao determinar as áreas onde o parcelamento não poderá ser efetuado em virtude de suas características ambientais.

No Brasil, embora existindo a obrigação constitucional de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para cidades com mais de 20 mil habitantes, o que se constata é a inexistência deste instrumento em alguns municípios. Existem cidades em que o Plano

Diretor constitui apenas um documento para atender a uma exigência legal e em outras, trata-se de documento estático, não integrado aos outros segmentos da administração municipal, elaborado sem a participação da sociedade, e sem avaliação periódica.

Assim, as cidades crescem de forma irregular e as conseqüências desse crescimento, são comuns em muitas cidades: faltam condições sanitárias mínimas em muitas áreas, há grande destruição de recursos de valor ecológico, poluição do meio ambiente e condições precárias de habitação. Na realidade, as cidades de hoje são bem diferentes das cidades de sessenta anos atrás. Hoje, elas se configuram como palcos de uma injustiça social.

De acordo com OLIVEIRA (2001), atualmente a cidade pode ser dividida em duas: a formal e a informal. Na primeira, moram, trabalham, circulam e se divertem os privilegiados grupos que tem acesso aos sofisticados investimentos públicos. A outra, informal, está ocupada por população pobre, que também trabalha, circula e se diverte nas cidades, mas que moram em loteamentos irregulares, loteamentos ilegais que cresceram e se expandiram sem a ação efetiva do poder público na dotação necessária de serviços e equipamentos urbanos.

Outra questão relevante se refere à questão do mercado imobiliário, da supervalorização dos lotes, o uso da propriedade como moeda de troca. De acordo com LAVANDEIRA (1999), composto por agentes privados, o mercado imobiliário possui grande autonomia em relação aos organismos legais de controle do uso do solo, sendo a legislação, referente ao crescimento da cidade, freqüentemente ajustada às pressões da classe dominante, representada por esses agentes. Assim, o espaço urbano não é o resultado da interação entre os técnicos responsáveis pelos mecanismos de planejamento urbano e as forças reais que movimentam o crescimento urbano, mas são principalmente essas últimas que conformam à cidade.

Nesse sentido, segundo a autora, o domínio da produção do espaço urbano pelos investidores e pelos especuladores imobiliários resulta em que a organização da cidade aconteça principalmente em função da taxa de lucro. Com a propriedade privada da terra e

a transformação dos lotes em mercadoria, a conformação da cidade tornou-se um processo concorrencial, onde a capacidade de controle do estado é limitada. Convive-se num ambiente com baixa qualidade ambiental, com poucos e deficientes espaços públicos, num espaço fragmentado resultante da dinâmica das forças produtoras do espaço urbano – este fato resulta na segregação de classes sociais.

“O valor do solo é um dos elementos reguladores da ocupação urbana, onde as regras do mercado imobiliário têm influência sobre o crescimento urbano e interferem na ocupação do território, indicando os vetores do crescimento espacial”.
(LAVANDEIRA, 1999)

Conforme o exposto percebe-se a relevância do trabalho integrado entre os órgãos de planejamento e controle do uso do solo urbano com os responsáveis pela preservação e controle do meio ambiente, tendo ambos o mesmo objetivo final, que é uma melhor qualidade de vida para a população.

Para que se obtenha o ordenamento do uso do solo municipal, visando a compatibilização de desenvolvimento da cidade com preservação dos recursos naturais, torna-se necessária à realização de planejamento detalhado deste uso do solo, que contemple os aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais da cidade, além das necessidades e aspirações da comunidade. Este planejamento terá como produto final o Plano Diretor, com força executiva e coercitiva de Lei, que conterá as diretrizes pelas quais se definirá o conteúdo da função social da propriedade urbana (CAVEDON, 2003).

FREDERIKSEN (1996) relata que não apenas no Brasil, mas em muitos países a gestão dos recursos hídricos e do uso do solo é promovida de forma isolada, sem reconhecer a interdependência de seus impactos. Os planos de uso do solo e de gestão de recursos hídricos são desenvolvidos, geralmente por organismos distintos. Como princípio, as diretrizes e a legislação de uso do solo devem ser formuladas em conjunto com a dos recursos hídricos. A legislação de usos do solo deve conter diretrizes explícitas

concernentes aos direitos da água, condições de usos das águas superficiais e subterrâneas e conseqüentemente do uso do solo sobre os recursos hídricos.

Na realidade, o uso sustentável do meio ambiente tornou-se um dos maiores desafios do planejamento do uso da terra, buscando-se numa dinâmica de transformações com igual ênfase nas dimensões ambientais e humanas da paisagem e na consideração de intervalo temporal que abranja diferentes gerações humanas (FORMAN, 1995).

1.2.1. Ocupação de Fundos de Vale em Áreas Urbanas

As comunidades urbanas surgiram e se mantêm ao longo dos cursos d'água, devido às necessidades fisiológicas da espécie, apesar das dificuldades impostas pela natureza. Na planificada cidade de Babilônia, em 2000 a.C., já se desenvolviam atividades urbanas nas duas margens de um corpo d'água – Rio Eufrates – de acordo com BENEVOLO (1983) apud PINHO (1999). A utilização do recurso hídrico para a agricultura, abastecimento, higiene pessoal e o relevo pouco acidentado nas proximidades dos cursos d'água, justificavam a preferência das comunidades primitivas no momento da apropriação do espaço.

Com o crescimento desordenado e acelerado das cidades brasileiras, verificado principalmente na segunda metade do século XX, áreas de risco considerável, como as várzeas inundáveis, foram ocupadas trazendo como conseqüência, impactos negativos em grande escala.

No que diz respeito ao Brasil, historicamente, percebe-se que regiões de fundos de vale são ocupadas sem a realização de planejamento adequado, e muitas vezes de modo clandestino, sem que os próprios usuários tenham conhecimento da situação e das dificuldades que poderão enfrentar. O poder público, por sua vez, conhece a problemática dessas áreas urbanas, mas não prioriza uma solução. Nos períodos chuvosos, por exemplo, quando o desconforto castiga os moradores dessas áreas, são tomadas medidas

paliativas, de mero teor político; as ações desenvolvidas mais acentuam um processo de exclusão social do que minimizam a carência existente.

Dentre os impactos causados pela ocupação dessas áreas, destaca-se a ocorrência de inundações, uma vez que essa forma de “urbanização” das cidades altera o comportamento do regime do ciclo hidrológico, refletindo diretamente nos cursos d’ água (FIGUEIREDO, 2002).

Em muitas cidades Brasileiras, várzeas periodicamente ocupadas pelas águas de um rio, eram simplesmente aterradas, loteadas e vendidas, alterando o regime do rio, diminuindo seu espaço vital e finalmente submetendo moradores futuros ao problema das inundações. Na verdade, a ocupação dessas áreas é fruto de problemas sociais e econômicos, como falta de moradia provocada pela intensa urbanização das cidades.

TUCCI e MARQUES (2000) ressaltam que “o problema é de tal ordem que se torna difícil a previsão de sistemas, o planejamento e o controle, a avaliação dos impactos ambientais e a previsão de possibilidades de melhoria das condições de urbanização das cidades”.

Os fundos de vale constituem-se em áreas de interesse estratégico para os agentes responsáveis pela gestão do espaço público, assim como para os especialistas que estudam o meio físico, motivados pela múltipla possibilidade de uso e pelo dinamismo das interações hidro-biológicas observadas no local. Para PINHO (1999), qualquer ação antrópica nessas áreas não pode deixar de considerar a rede hidrográfica e a vertente na qual esteja inserida. A interação das vertentes com o rio reside no fato desses se constituírem em componentes de um mesmo sistema aberto, denominado Bacia de Drenagem.

CHRISTOFOLETTI (1991) destaca a significância dos estudos geomorfológicos em sua inter-relação com outros elementos do sistema ambiental e sua relevância para as atividades humanas. A rugosidade topográfica, o lineamento e talhe das formas de relevo, a amplitude dos vales, e a grandeza das planícies de inundação são aspectos relevantes aos

programas de desenvolvimento. Inferem-se, portanto, os laços interativos que unem as características geomorfológicas, hidrológicas e as atividades do uso do solo.

1.2.1.1. Fundos de Vale e Legislação:

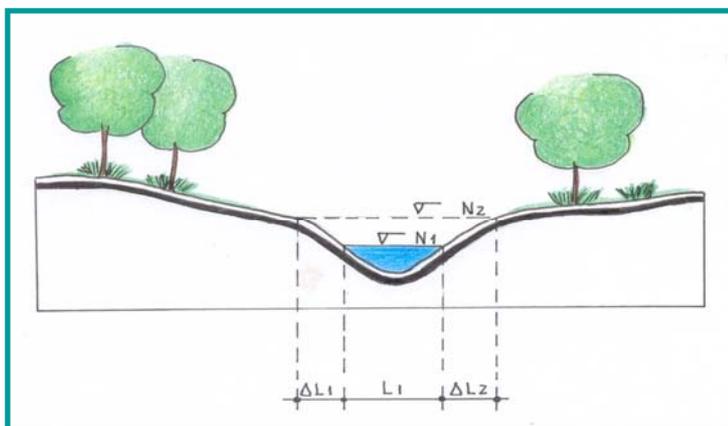
O principal instrumento legal para disciplinar o uso e ocupação do solo em áreas de fundo de vale no Brasil é o Código Florestal. O primeiro Código Florestal, que deu origem ao atualmente em vigor, foi o Decreto nº 23793, de 23 de janeiro de 1934. O Código Florestal vigente é a Lei nº 4771 de 15 de setembro de 1965, alterada pelas Leis nº 7803/89 e 7875/89, que possui fins econômicos e de proteção ambiental, justamente no sentido de conciliar essas esferas através do manejo florestal sustentável, da instituição de Áreas de Preservação Permanente (APP's) e da Reserva Legal. Visa adequar o uso da propriedade à conservação e proteção das florestas e demais formas de vegetação nacionais.

De acordo com MUNETTI (2001), atualmente, o Projeto de Lei de conversão da Medida Provisória nº 1956/55, 19/10/2000, conceituou APP como sendo a área protegida nos termos dos artigos 2 e 3 do Código Florestal (ANEXO I), coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações urbanas.

Já para MORETTI (1999), a aplicação do Código Florestal nas áreas urbanas é bastante complicada. Existem várias lacunas conceituais, necessitando de revisão. Para o autor, a legislação sobre fundos de vale está ultrapassada e, se for interpretada ao “pé da letra”, qualquer projeto pode ser barrado. E afirma: “Isso é muito complicado e dá aos que aplicam ou interpretam a lei, um poder quase ditatorial”.

Na realidade, percebe-se que o Código Florestal considera os cursos d' água como se estes fossem iguais, como se tivessem sempre as mesmas características, não levando

em consideração a questão da tipologia topográfica, exemplificadas através das Figuras 2, 3, 4 e 5.



Onde:

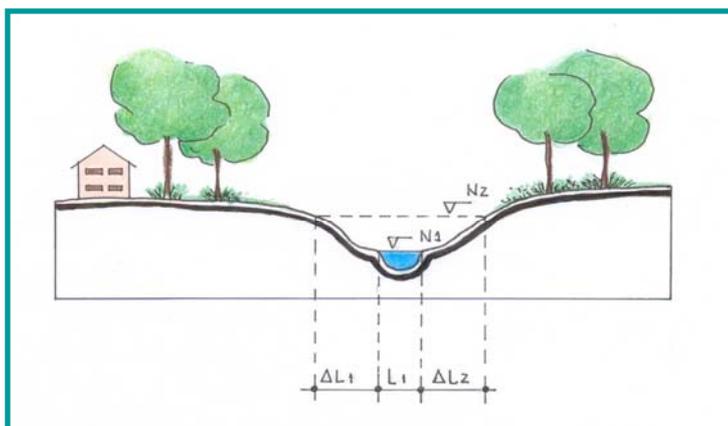
N1: nível normal

N2: nível de cheia

L1: largura normal

ΔL : variação em função da vazão e topografia

Figura 2: Tipologia topográfica I
Fonte: Modificado de AMORIM, 2004.



Onde:

N1: nível normal

N2: nível de cheia

L1: largura normal

ΔL : variação em função da vazão e topografia

Figura 3: Tipologia topográfica II
Fonte: Modificado de AMORIM, 2004.

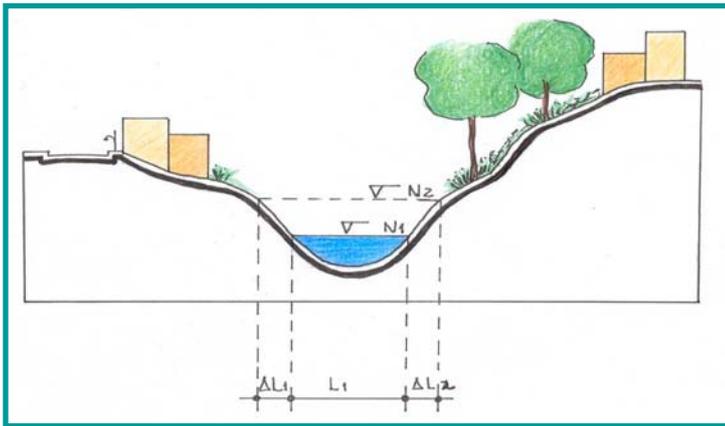


Figura 4: Tipologia topográfica III

Fonte: Modificado de AMORIM, 2004.

Onde:

N1: nível normal

N2: nível de cheia

L1: largura normal

ΔL : variação em função da vazão e topografia

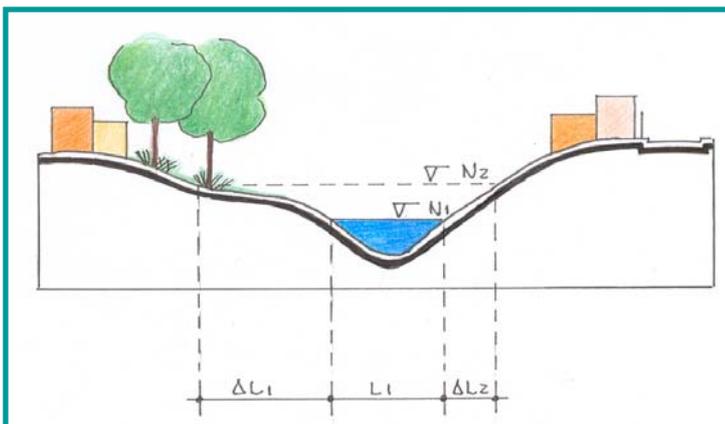


Figura 5: Tipologia topográfica IV.

Fonte: Modificado de AMORIM, 2004.

Onde:

N1: nível normal

N2: nível de cheia

L1: largura normal

ΔL : variação em função da vazão e topografia

Ao analisar essas tipologias, foi possível perceber que as limitações impostas pelo Código Florestal podem não ser adequadas para alguns cursos d' água, da mesma forma que podem ser adequadas para outros. Este fato faz com que seja inviável a sua aplicação em áreas urbanas.

1.3. O Sistema de Drenagem Urbana e a Incidência de Inundações

O conceito clássico de drenagem urbana, até pouco tempo, se baseava no sentido de remover, o mais rápido possível, o excesso de águas pluviais, de maneira a evitar riscos de inundações. A partir desse conceito, as ações se concentraram em obras e execução de projetos de engenharia, ditos estruturais (FIGUEIREDO, 2002).

Segundo SILVEIRA (2001), o sistema de concepção clássica de drenagem urbana, que ficou conhecida no Brasil e no mundo como higienismo, surgiu da segunda metade do século XIX na Europa e preconizava como medida de saúde pública, a eliminação sistemática das águas paradas ou empoçadas nas cidades, assim como dos efluentes domésticos jogados nas vias públicas.

A adoção do método clássico de drenagem não apresenta características de sustentabilidade, uma vez que é limitada aos usos presentes e futuros da água em meio urbano, de forma quase sempre irreversível. O meio técnico tem direcionado suas pesquisas em drenagem urbana para o desenvolvimento de alternativas técnicas às soluções clássicas (trincheira de infiltração, armazenamento, pavimentos permeáveis, reservatório de detenção), buscando neutralizar os efeitos da urbanização sobre os processos hidrológicos (FIGUEIREDO, 2002).

Mencionado os sistemas de drenagem pluvial em si, sabe-se que são constituídos de duas partes: a micro-drenagem e a macro-drenagem. A micro-drenagem se refere às estruturas coletoras de águas pluviais (sarjetas, bocas de lobo, tubos de ligação, poços de visita ou caixas de passagem) e a macro-drenagem, aos canais e galerias localizadas nos fundos de vale, representando, assim, os grandes troncos coletores de águas.

PORTO et al (2001) explica que a “drenagem urbana inicia-se em edificações com os coletores de pluviais ligados à rede pública, na drenagem superficial das sarjetas que recebe a parcela superficial das ruas, calçadas, pátios e outras áreas impermeáveis ou permeáveis que geraram escoamento superficial. O escoamento proveniente das sarjetas,

que entra na rede através dos bueiros, e o proveniente dos coletores residenciais são drenados pelos condutos pluviais que alimentam os condutos secundários até os principais sistemas compostos de pequenos rios (arroios, riachos ou ribeirão) que compõem a macro-drenagem urbana”.

Na realidade, a drenagem urbana representa hoje uma fonte importante de prejuízos para a população urbana das cidades, devido às freqüentes inundações, ao tráfico interrompido e deterioração ambiental. Pouco tem sido realizado no sentido de buscar controlar esse processo no Brasil. A posição que se costuma adotar é de resignação frente a fatalidade de evento “natural”, quando, na realidade, o problema foi gerado pela urbanização inadequada, que requer medidas preventivas de controle distribuído e regulamentação (TUCCI e MARQUES, 2000).

Embora a infra-estrutura de drenagem urbana seja campo de atuação exclusivo da engenharia, percebe-se que profissionais de diferentes áreas vêm se sensibilizando com essa área de conhecimento pela importância e recorrência de inundações nas áreas urbanas, que tem sido palco de situações dramáticas marcadas por perdas de bens materiais e, muitas vezes, de vidas humanas.

As enchentes e inundações constituem um dos principais problemas relacionados ao sistema de drenagem urbana. De acordo com POMPEO (2000), elas são fenômenos naturais que ocorrem periodicamente nos cursos d’água, devido principalmente, a três fatores:

- Chuvas intensas de longo período de retorno;
- Transbordamentos de cursos d’água provocados por mudanças no equilíbrio do ciclo hidrológico em regiões a montante das áreas urbanas;
- A própria urbanização.

A chuva é um fenômeno natural, parte integrante do ciclo hidrológico e, dependendo do espaço em que a comunidade habita, assim como da sua organização no lugar, a chuva pode ser interpretada como a vinda da dádiva ou da desgraça. Os danos relacionados às

chuvas são cada vez mais severos nos centros urbanos, sem que a intensidade e a duração dos índices pluviométricos sejam notavelmente mais intensos, evidenciando que o modelo de crescimento urbano dos últimos tempos, acentua a disputa por espaço entre a organização citadina e as águas.

“Em termos espaciais, as chuvas podem incidir sobre determinada localidade, mas o movimento das águas pluviais através da bacia hidrográfica pode encontrar realidades socioambientais que suscitam a ocorrência de desastres, noutra parte a jusante. Em termos temporais, não é o estado presente nas chuvas, mas é a associação entre intensidade / cumulatividade / sinergia com o meio que coloca as condições, propícias / desfavoráveis aos desastres, associação que leva a um tempo variante e cujo resultado aparece mesmo ao enfraquecer ou cessar as chuvas” (VALENCIO et al, 2004).

TUCCI (2003), explica que a inundação ocorre quando as águas dos rios, córregos, galerias pluviais saem do leito de escoamento devido à falta de capacidade de transporte de um desses sistemas e ocupa áreas onde a população utiliza para moradia, comércio, transporte (ruas e passeios), recreação, dentre outras. Estes eventos podem ocorrer devido ao comportamento natural dos rios ou ampliados pelo efeito de alteração produzida pelo homem na urbanização pela impermeabilização das superfícies e a canalização dos rios.

Ainda, segundo o referido autor, a história mostra em diferentes partes do globo que o homem tem procurado conviver com as inundações, desde as mais freqüentes até as mais raras, apesar dos danos que estas podem causar. Um exemplo comum é o da Igreja Católica: o prédio da Igreja, apesar de ser, geralmente, uma das obras mais antigas das cidades, localiza-se quase sempre em nível seguro, com relação aos locais onde as inundações são freqüentes. No entanto, este fato não deve ser visto como regra, já que exemplos distintos podem ser citados, como o caso da Catedral de Notre-Dame na cidade de Paris na França, que se localiza numa ilha ladeada pelo Rio Sena, ou seja, num local com grande risco de inundação.

De acordo com BOTELHO (1985) “os rios e riachos sempre tem enchentes periódicas. Só ocorrem inundações quando a área natural de passagem da enchente de um rio for ocupada por uma via pavimentada (de fundo de vale) e/ou for ocupada por construções. Assim, pode-se dizer que todo curso d’água tem enchente, quando ocorre inundação é porque a urbanização foi inadequada”.

As causas e efeitos da urbanização sobre as inundações podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1: Causas e efeitos da urbanização sobre as inundações.

CAUSAS	EFEITOS
Impermeabilização	Maiores picos e vazões de escoamento superficial;
Redes de drenagem	Maiores picos a jusante;
Resíduos sólidos	Degradação da qualidade da água; Entupimento de bocas-de-lobo.
Redes de esgoto deficientes	Degradação da qualidade da água; Moléstias de veiculação hídrica; No caso de ocorrências de inundações: conseqüências mais sérias.
Desmatamentos e desenvolvimento indisciplinado	Maiores picos e volumes; Mais erosão; Assoreamento em canais e galerias.
Ocupação de Várzeas	Maiores picos; Maiores custos de utilidades públicas.

Fonte: PORTO et al (2001).

PORTO et al (2001) enfatizam os diversos processos que ocorrem e se inter-relacionam numa área urbana, devido à urbanização e as conseqüências geradas por esse processo nos recursos hídricos, como pode ser verificado na Figura 6.

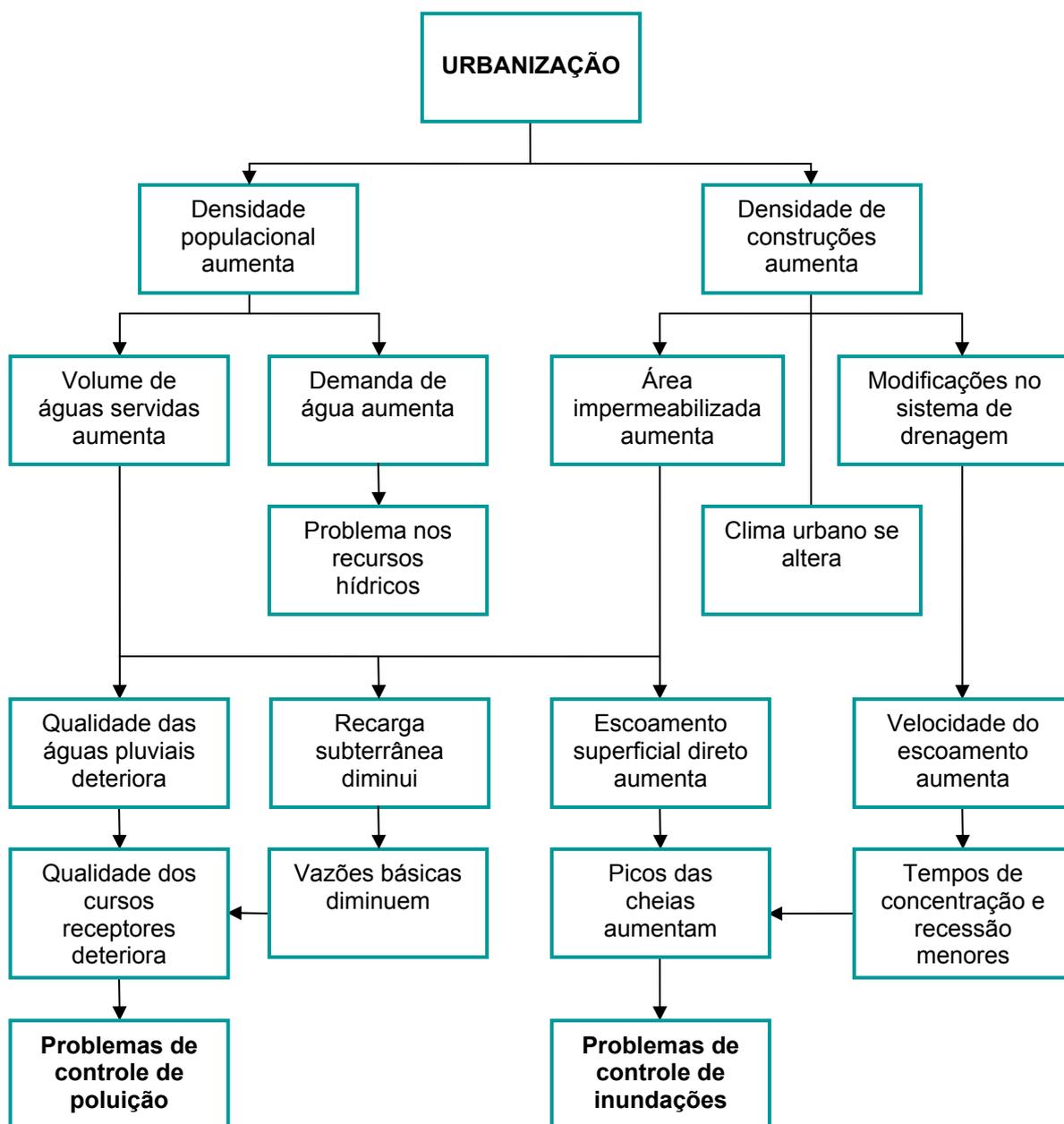


Figura 6: Processos que ocorrem numa área urbana.

Fonte: Modificado de PORTO et al (2003).

Nas últimas quatro décadas, técnicos e administradores públicos trataram o problema das inundações urbanas a partir do afastamento das águas, suportado por um sistema estruturado e hierarquizado de condutos, e, privilegiando no ciclo hidrológico, o fenômeno do escoamento superficial e seus desdobramentos. Este fato era considerado, até então, um milagre técnico proporcionado pela engenharia, sendo adotado como modelo

para resolução da infra-estrutura de drenagem urbana, onde grandes massas de águas se deslocavam lentamente pelos fundos de vale, em estreitos canais aceleradores de vazão (LIMA, 2003).

Entende-se que o privilégio do escoamento superficial é relevante e necessário, mas não se pode ignorar a importância da infiltração, uma vez que a água infiltrada escoará até o fundo do vale de forma mais lenta, o que impedirá a ocorrência de um escoamento superficial volumoso e conseqüentemente, de inundações.

“A inundação urbana é provocada fundamentalmente pelo excesso de escoamento superficial gerado pelo aumento dos índices de impermeabilização do solo e, por conseguinte da diminuição dos processos de infiltração e de retenção de água. Quando o volume de escoamento superficial gerado ultrapassa a capacidade de escoamento dos cursos d’ água que drenam as cidades, ocorrem as inundações” (BARROS, 2005).

Para TUCCI (2003), o gerenciamento atual não incentiva a prevenção desses problemas, já que à medida que ocorre a inundação, o município declara calamidade pública e recebe recursos a fundo perdidos e não necessita realizar concorrência pública para gastar. Como a maioria das soluções sustentáveis, passam por medidas não-estruturais que envolvem restrições à população, dificilmente um prefeito buscará este tipo de solução porque geralmente, a população espera por uma obra (medida estrutural), enquanto que para implementar medidas não-estruturais, ele teria que interferir em interesses de proprietários de áreas de risco, que politicamente é complexo a nível local.

Nesse sentido, PORTO et al (2001) ressalta que, o conceito do que se entende por drenagem urbana extravasou o campo restrito da engenharia para se tornar um problema gerencial, com componentes políticos e sociais, podendo ser entendido como o conjunto de medidas que tenham como objetivo minimizar os riscos aos quais a população está sujeita,

diminuir os prejuízos causados pelas inundações e possibilitar o desenvolvimento de forma harmônica, articulada e sustentável.

1.4. Exclusão Social

O panorama atual da realidade brasileira é caracterizado, entre outros, pelo processo crescente da exclusão social de grande parcela de sua população. Estudos na área de políticas urbanas tem constatado queda na qualidade de vida em função de um contingente populacional de excluídos cada vez mais significativo.

Dados o crescimento demográfico e a condução histórica do capitalismo, uma multidão sem precedentes de seres humanos passou a não fazer parte da partilha de bens sociais e da riqueza gerada pelo desenvolvimento econômico, tecnológico e científico – esse fenômeno, novo em sua magnitude, se denomina exclusão social (ESCOREL, 1999).

CASTEL (1995) e PAUGAM (1996) ressaltam que o conceito de exclusão social que relaciona a acumulação de várias ordens à falta de proteção social, tem sido progressivamente utilizado em políticas públicas e pode ser entendido como o desrespeito dos direitos que garantem ao cidadão, um padrão mínimo de vida.

É difícil encontrar cidades médias ou grandes no Brasil que não possuam ocupação precocemente estendida, que levam os governos a uma necessidade absurda de investimentos em ampliação de redes de infra-estrutura – saneamento, pavimentação, iluminação, transporte – e, principalmente, fazendo com que partes consideráveis da população vivam em situação de permanente precariedade.

ESCOREL (1999) define exclusão social como a daquele que está “sem lugar no mundo”, totalmente desvinculado ou com vínculos tão frágeis e efêmeros que não constituem uma unidade social de pertencimento. Para a autora, a exclusão social pode designar toda situação ou condição social de carência, segregação, vulnerabilidade e precariedade em qualquer âmbito.

Já para MARTINS (1997), a exclusão social é um momento da percepção que todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação: privação de emprego, de meios para participar do mercado de consumo, de acesso a serviços essenciais de infraestrutura urbana, bem-estar, segurança, liberdade e esperança.

Foi através da literatura francesa que se conferiu consistência teórica à noção de exclusão social e sustenta que o elemento em comum que permitiria reunir grupos sociais sob a categoria de exclusão social, a unidade na pluralidade de expressões das vulnerabilidades, é conferida pela ausência de trabalho e pela impossibilidade de inserção social através do assalariamento. Para a literatura francesa, o mundo do trabalho é vetor mais importante da exclusão social. Já no Brasil, não é possível limitar o conceito de exclusão social à esfera do trabalho, pois reduz a possibilidade de compreensão do fenômeno (SCOREL, 1999).

Na realidade, a dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura somada “a menores oportunidades de emprego, maior violência, difícil acesso à justiça, difícil acesso ao lazer, discriminação racial”, entre outros, são frutos da ocupação ilegal de áreas urbanas.

“A ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado. A exclusão é um todo: social, ambiental, jurídica e cultural” (MARICATO, 2003).

Embora o termo exclusão social estivesse tradicionalmente presente nos estudos sobre pobreza e desigualdade, ultimamente surgiram livros e artigos em que a categoria de exclusão social começou a ser utilizada na análise de novas questões sociais, configurando modalidades especificamente contemporâneas, desencadeando um debate sobre a pertinência e o valor analítico de sua utilização (SCOREL, 1999).

Também de acordo com a referida autora, ao se considerar a exclusão social como um processo de vulnerabilidade, fragilidade e ruptura dos vínculos em várias dimensões da vida social, delimita-se uma unidade no processo e não características individuais ou de

grupos sociais. “Como não há uma correspondência unívoca dos graus e extensões das desvinculações nos diversos âmbitos, há margem para a constituição de diferentes histórias de vida no interior dos grupos sociais que vivenciam processos excludentes”.

Outro debate verificado se refere à formação de uma sociedade de risco, que, conforme BECK (1986) se caracteriza pela incerteza, pela exposição da sociedade às ameaças iminentes, que incidem sobre a mesma sem distinção de classe, nacionalidade, etnia, religião, etc.

Nesta pesquisa, por exemplo, a exclusão social possui outras características. A exclusão social temporária pode ser entendida como uma situação de curto prazo, determinada pela ocorrência de inundações e conseqüentemente, pelos prejuízos que estas causam em relação à perda de bens materiais e até mesmo, de vidas. Esse tipo de exclusão não se trata exclusivamente da precariedade de vida, mas sim de um momento, uma condição de exclusão na qual a população, independente de sua classe social, pode vir a estar sujeita.

Ressalta-se que a exclusão temporária pode caracterizar duas formas de exclusão: a direta, que atinge os habitantes ou comerciantes que possuem estabelecimentos na área onde ocorre a inundação e a indireta, atingindo pessoas que podem estar no local apenas de passagem ou para ter acesso a serviços, e que diante dessa situação, tornam-se excluídas por não conseguirem o acesso a serviços, por estarem sujeitas a perder bens materiais que estejam no local, dentre outros.

Para MARTINS (1997), essa “nova desigualdade” denominada “exclusão social”, se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma. Em ambos, podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas idéias individualistas e a mesma competição.

“Exclusão social é um conceito relacional, seja delimitando um processo num eixo de inscrição composto entre pólos positivo e negativo, seja delimitando uma condição. A exclusão é uma

interação, uma relação social entre pluralidade de incluídos e excluídos”. (ESCOREL, 1999).

Apesar do termo “exclusão social” estar quase sempre relacionado à condição de pobreza, percebe-se que a exclusão social não significa apenas insuficiência de renda para que uma família satisfaça suas necessidades básicas, mas também a privação do acesso aos serviços essenciais (saneamento, educação e saúde, por exemplo) e aos direitos sociais básicos (cf. artigo 6º da Constituição Federal). De acordo com GOMIDE (2003), o conceito de exclusão social estende o conceito de pobreza para além da capacidade aquisitiva de bens e serviços; ela inclui a segregação, a discriminação, a não-equidade e a negação dos direitos sociais. Assim, o conceito de exclusão social pressupõe o conceito de cidadania – a exclusão social é a negação da cidadania.

MARTINS (1997) tece algumas críticas sobre a concepção que se tem dado à exclusão social. “A exclusão social está deixando de ser concebida como expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um estado, uma coisa fixa, como se fosse uma fixação irremediável e fatal. Está havendo uma fetichização da idéia de exclusão e certo reducionismo interpretativo que suprime as mediações que se interpõem entre a economia propriamente dita e outros níveis e a dimensão da realidade social”.

De acordo com o autor, na realidade, a exclusão social não existe; existe sim contradição, vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva.

1.5. Análise da Revisão Bibliográfica

Através da revisão bibliográfica realizada, pôde-se encontrar uma série de debates relevantes para subsidiar a pesquisa, como os existentes sobre a urbanização no Brasil, a drenagem urbana, a ocupação de fundos de vale em áreas urbanas, o problema das inundações e sobre questões referentes à exclusão social.

O tema dessa pesquisa integra três grandes áreas de conhecimento e apresenta um debate ainda pouco discutido, que associa a ocupação de fundos de vale em áreas urbanas e os problemas de drenagem urbana com a exclusão social temporária. Nesse sentido, uma lacuna de conhecimento verificada se refere à escassez de literatura sobre o debate proposto.

Foi possível perceber que a literatura é ampla em explicações que relacionam as inundações a deficiências do sistema de drenagem urbana, a ocupação irregular de várzeas, impermeabilização excessiva do solo urbano, desmatamentos, dentre outros, mas não foram encontrados debates que considerassem impactos socioeconômicos, como a exclusão social temporária, causados por esses problemas, principalmente nos períodos chuvosos.

No que se refere à ocupação e uso do solo em áreas urbanas de fundo de vale, os autores consultados relacionam este fato ao crescimento acelerado e desordenado das cidades brasileiras, caracterizado pela falta de planejamento e desconsideração com os recursos naturais. Além disso, são decisivos ao mencionar os impactos causados por essa ocupação, dentre os quais se pode citar a deterioração da qualidade da água e a ocorrência de inundações.

Como foi apresentado, o Código florestal é o principal instrumento para disciplinar o uso e a ocupação do solo em fundos de vale no Brasil. No entanto, de acordo com a análise realizada, pôde-se perceber que este não faz distinção dos cursos d' água com relação às

diversas tipologias topográficas existentes e, com isso, acaba se configurando como um instrumento formado por uma conjunção de erros.

Com relação à drenagem urbana, percebe-se que os autores seguem um raciocínio em comum, alguns levando em consideração às questões técnicas e outros, a questão da degradação ambiental, enchentes, inundações e as conseqüências que estas acarretam para a população, de forma generalizada.

No que diz respeito à exclusão social, os autores consultados a associam à condição de pobreza, carência social, vulnerabilidade, precariedade, entre outros, embora alguns reconheçam a existência de debates e críticas sobre essa “fetichização” da idéia de exclusão social e sobre as inúmeras possibilidades de utilização de termo. Com relação à exclusão social temporária em si, não foi encontrado nenhum autor que se referisse a essa forma de exclusão.

Entretanto, é importante ressaltar que o debate proposto nesta pesquisa tem o objetivo de trazer uma nova discussão sobre a exclusão social, apesar de ter conhecimento e de respeitar o fato de que dentro das Ciências Sociais esse tema enfoque outros conceitos baseados em estudos científicos já realizados.

2- MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

2.1. Aspectos Gerais

Para realização da pesquisa, optou-se por trabalhar tendo como estratégia geral, a realização de um estudo de caso único. De acordo com YIN (2001), a estratégia de estudo de caso é recomendada quando a pergunta de pesquisa é iniciada com “como” ou “por quê” sobre um conjunto de acontecimentos os quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle. Esta estratégia conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências: a observação direta e uma série sistemática de entrevistas.

Ainda segundo o referido autor, o estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre os mesmos não estão claramente definidos. O caso único representa o estudo de um caso decisivo ao se testar uma teoria bem formulada. O estudo de caso exploratório apresenta evidências para se construir uma provável teoria, mesmo que as suposições sejam consideradas erradas depois.

O estudo realizou-se na cidade de São Carlos, localizada no interior do estado de São Paulo e o objeto empírico da pesquisa é a Bacia do Córrego do Gregório, mais especificamente, na região central da cidade, nas proximidades do mercado municipal (Figuras 7, 8, 9 e 10). Esta área tem sido palco de constantes problemas de inundações, principalmente nos períodos onde a incidência de precipitações é mais freqüente.



Figura 7: Vista do Mercado Municipal em São Carlos.
Fonte: BORGES, 2005.



Figura 8: Avenida Comendador Maffei esquina com Rua Episcopal.
Fonte: BORGES, 2005.



Figura 9: Vista do "camelódromo"
Fonte: BORGES, 2005.



Figura 10: Calçada da R. General Osório
Fonte: BORGES, 2005.

O desenvolvimento do trabalho foi organizado em cinco etapas principais:

- Etapa 1: Embasamento teórico;
- Etapa 2: Análise de documentos oficiais do poder público;
- Etapa 3: Levantamento das inundações ocorridas na área central de São Carlos entre 1995 e 2005;
- Etapa 4: Aplicação de entrevistas;
- Etapa 5: Discussão e análise dos resultados.

2.1.1. Etapa 1: Embasamento Teórico:

Foi realizada uma análise da literatura referente ao tema da pesquisa, envolvendo debates de diversas áreas de conhecimento (relacionados no Quadro 2), uma vez que, a assunto abordado se mostrou inovador ao longo dessa análise, pois integra três áreas de conhecimento num único debate.

Portanto, esta etapa contou com visitas em bibliotecas para consulta de livros, periódicos, dissertações e teses de doutorado. Também foram realizadas pesquisas na *Internet*, através de *sites* de busca e de interesse da pesquisa, além de artigos, anais de congressos, entre outros.

Quadro 2: Pesquisa Bibliográfica

PESQUISA BIBLIOGRAFICA	
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL	
OBJETIVO	Adquirir conhecimentos com relação ao processo de urbanização no Brasil, o crescimento das cidades e as conseqüências dessa expansão populacional para o meio ambiente e todos os seres vivos.
FONTE DE PESQUISA	Livros; Artigos; Dissertações.
LOCAL	Biblioteca da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos (SP); Biblioteca da USP – Universidade de São Paulo – São Carlos (SP);
POLITICAS PÚBLICAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	
OBJETIVO	Adquirir conhecimentos com relação às políticas de uso e ocupação do solo, a abordagem das Leis existentes e sua aplicação nas cidades.
FONTE DE PESQUISA	Livros; Artigos; Dissertações; Legislação; Internet.
LOCAL	Biblioteca da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos (SP); Biblioteca da USP – Universidade de São Paulo – São Carlos (SP);

O SISTEMA DE DRENAGEM URBANA E A INCIDENCIA DE INUNDAÇÕES	
OBJETIVO	Conhecimentos sobre o Sistema de Drenagem Urbana e sua relação com a ocorrência de inundações.
FONTE DE PESQUISA	Livros; Artigos; Dissertações; Teses; Internet.
LOCAL	Biblioteca da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos (SP); Biblioteca da USP – Universidade de São Paulo – São Carlos (SP); NIBH – Núcleo Integrado de Bacias Hidrográficas (USP) – São Carlos (SP).
EXCLUSÃO SOCIAL	
OBJETIVO	Conhecimentos sobre a exclusão social, os conceitos existentes e a pertinência do uso do termo numa condição temporária.
FONTE DE PESQUISA	Livros; Artigos; Periódicos; Dissertações.
LOCAL	Biblioteca da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Carlos (SP); Biblioteca da USP – Universidade de São Paulo – São Carlos (SP); Biblioteca do UNIPAM – Centro Universitário de Patos de Minas – Patos de Minas (MG).

2.1.2. Etapa II: Levantamento das obras realizadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos na unidade de análise

Na realização dessa etapa, os órgãos municipais procurados foram a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano e a Secretaria de Obras e Serviços Públicos de São Carlos.

Os documentos solicitados foram:

- Na Secretaria de Obras e Serviços Públicos: Levantamento das obras realizadas e previstas na Bacia do Córrego do Gregório no período de 1995 a 2005 ou posterior, relacionadas à Drenagem Urbana e ações para minimização das enchentes ocorridas nas proximidades do Mercado Municipal;

- Na Secretaria de Habitação de Desenvolvimento Urbano: Cópia em CD do Plano Diretor do município de São Carlos e também, mapas e relatos oficiais referentes à ocupação e uso do solo na Bacia do Córrego do Gregório na cidade de São Carlos no período de 1995 a 2005.

Os documentos acima descritos foram fornecidos em parte. Na Secretaria de Obras foi alegada a inexistência de documentos oficiais que descrevessem as obras realizadas e previstas para a unidade de análise. Diante desse fato, foram agendados horários com engenheiros da Secretaria e Obras e os dados foram passados verbalmente, de acordo com o conhecimento de cada um deles. A Secretaria de Habitação disponibilizou a cópia em CD do Plano Diretor de São Carlos e informou que os outros dados solicitados poderiam ser verificados no mesmo.

Os dados extraídos juntos às secretarias foram:

- Relação das obras realizadas nas proximidades do Córrego do Gregório nos últimos 10 anos;
- Fotografias da canalização do Córrego do Gregório (antigas);
- Mapas, fotos, artigos e propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de São Carlos;
- Dados referentes à história do Município, período no qual surgiram as primeiras casas, onde foram implantados os primeiros equipamentos urbanos, além de dados referentes à economia, geografia, educação, entre outros.
- Aplicação da entrevista específica para um representante da Prefeitura Municipal de São Carlos, mais especificamente, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (APÊNDICE V).

2.1.3. Etapa III: Levantamento das principais inundações ocorridas na área central de São Carlos:

Nessa etapa, pode-se contar com tabelas (ANEXO II) fornecidas pela Defesa Civil de São Carlos, constando dados sobre as precipitações ocorridas nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004, o que viabilizou bastante o levantamento das principais inundações.

Como a pesquisa se situa num recorte temporal de dez anos (1995-2005), também foi realizado um levantamento através de notícias publicadas em jornais locais, possibilitando a complementação dos dados fornecidos pela Defesa Civil.

Além disso, a participação dos comerciantes através das entrevistas foi relevante nessa etapa, uma vez que eles passaram por muitas inundações ao longo desses dez anos e puderam relatar suas “experiências” no assunto.

2.1.4. Etapa IV: Aplicação de entrevistas:

Para comprovar a veracidade dessa forma de exclusão abordada nesta pesquisa e sua relação com a ocupação inadequada de áreas urbanas de fundo de vale, foram realizadas entrevistas com cinco grupos de atores sociais.

O critério utilizado para escolha desses grupos foi baseado no objetivo da pesquisa, ou seja, os entrevistados deveriam estar inseridos na problemática levantada para que as informações coletadas pudessem subsidiar a verificação do debate proposto para análise. Com relação aos instrumentos de coleta de dados, foram utilizados os questionários dirigidos semi-estruturados, específicos para cada grupo de atores, gravador de áudio e anotações para registro de dados.

De acordo com DESLANDES (1999), nesse tipo de questionário o pesquisador faz perguntas previamente formuladas, mas também permite que o entrevistado responda aos questionamentos com seus próprios termos.

Os grupos de atores sociais foram assim divididos:

- Grupo 1: Comerciantes
- Grupo 2: Transeuntes
- Grupo 3: Pesquisadores – Engenheiros, Arquitetos, entre outros
- Grupo 4: Representantes da Prefeitura Municipal de São Carlos
- Grupo 5: Representante da Defesa Civil de São Carlos

Vale ressaltar que os moradores não foram incluídos nesses grupos de atores sociais devido ao fato de praticamente não existirem residências na unidade de análise da pesquisa. Muitas casas foram transformadas em comércio e os moradores procuraram imóveis em locais mais altos, longe do problema das inundações.

2.1.4.1. Grupo 1: Comerciantes

Para aplicação das entrevistas (APÊNDICE II), foram selecionados estabelecimentos comerciais localizados na unidade de análise, nas proximidades do Mercado Municipal de São Carlos, onde os impactos causados pelas inundações são mais intensos. Na Figura 11, estão representados o trecho crítico com relação às inundações, na área de pesquisa, e a localização das lojas nas quais foram aplicadas as entrevistas com os comerciantes.

Ressalta-se que este não é um trabalho estatístico, mas sim um trabalho de percepção.

A maioria dos comerciantes entrevistados se mostraram acessíveis ao desenvolvimento da pesquisa, colaborando de maneira significativa para a análise pretendida. No entanto, alguns deles não permitiram que a entrevista fosse gravada, se limitando a respostas um tanto quanto evasivas.

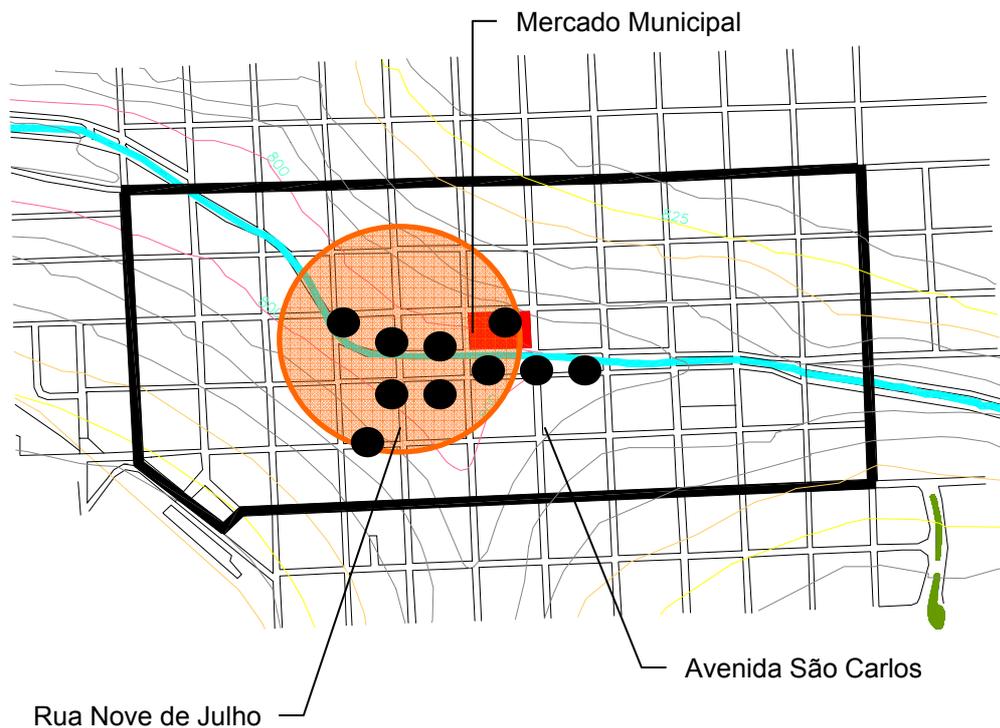


Figura 11: Área de pesquisa, localização do trecho crítico (inundações) e das lojas dos comerciantes entrevistados.

LEGENDA

-  Trecho Crítico
-  Lojas dos comerciantes entrevistados

2.1.4.2. Grupo 2: Transeuntes

Ao trabalhar com um tema que possui como debate principal a questão da exclusão social temporária, fez-se necessário analisar se existiam e quem seriam as prováveis vítimas dessa forma de exclusão ainda pouco discutida no meio científico.

Como a exclusão social temporária, nesta pesquisa, está relacionada à ocorrência de inundações, verificou-se a possibilidade dessa exclusão ser caracterizada de duas formas: como exclusão direta, que atinge os habitantes e/ou comerciantes que possuem estabelecimentos na área onde ocorre a inundação e indireta, atingindo pessoas que podem estar no local apenas de passagem ou em busca de serviços, e que mediante ocorrência de inundações, tornam-se excluídas por não conseguirem o acesso a serviços, por estarem sujeitas a perder bens materiais que estejam no local, por ter dificuldades com relação à mobilidade, dentre outros.

Nesse sentido, definiu-se que um dos grupos de atores sociais para os quais seriam aplicadas as entrevistas (APÊNDICE III), seria formado pelos transeuntes, para verificar a existência e a veracidade dessa forma indireta de exclusão.

Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente na unidade de análise e a maior dificuldade encontrada foi convencer as pessoas a colaborarem com a pesquisa. Muitos se mostraram ariscos e não aceitaram responder aos questionamentos da pesquisadora. Os que acederam ao pedido contribuíram, mesmo que timidamente, para a análise pretendida.

2.1.4.3. Grupo 3: Pesquisadores

A aplicação das entrevistas junto aos pesquisadores foi realizada por meio eletrônico (e-mail), acompanhada de uma explicação prévia do tema e da abordagem da pesquisa (APÊNDICE IV).

O critério de “seleção” dos pesquisadores foi definido em consonância com os tipos de informações que se desejava coletar para complementar os dados da pesquisa e também para analisar a reação dos entrevistados com relação ao debate proposto pela pesquisadora.

Nesse sentido, foram entrevistados profissionais com diversas formações: Engenheiros, Arquitetos, Geólogos, Químicos, Economistas e Sociólogos.

Os resultados foram bastante satisfatórios, uma vez que dos quinze e-mails enviados, doze foram respondidos prontamente e as colocações dos entrevistados foram de grande relevância para a presente pesquisa.

2.1.4.4. Grupo 4: Representante da Prefeitura Municipal de São Carlos

Na realidade, a intenção de aplicar a entrevista com representantes da Prefeitura, se baseava no fato de, através da mesma, coletar dados referentes às intervenções realizadas e previstas para a canalização do Córrego do Gregório. Nesse sentido, optou-se por entrevistar engenheiros da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Em reunião realizada no dia 14 de março de 2006, nas dependências da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, foi definido um funcionário para responder a entrevista, representando os demais, uma vez que, as informações fornecidas poderiam ser repetitivas, já que todos trabalham na mesma Secretaria e não ocupam o cargo há muitos anos. Foi informado que o único engenheiro com carreira na Prefeitura, não trabalha no setor das intervenções realizadas na canalização do Córrego do Gregório e, portanto, não poderia dar as contribuições almejadas para o enriquecimento da presente pesquisa.

A entrevista foi realizada com um engenheiro da Secretaria de Obras, que atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Obras Públicas (APÊNDICE V).

2.1.4.5. Grupo 5: Representante da Defesa Civil de São Carlos

Como o debate principal da pesquisa gira em torno das inundações ocorridas na região central de São Carlos e as conseqüências que estas acarretam para a população, entendeu-se que seria interessante aplicar as entrevistas com membros da Defesa Civil.

Já que a pesquisa se situa num recorte temporal de dez anos (1995-2005), optou-se por selecionar um funcionário capaz de representar os demais integrantes da Defesa Civil, que tivesse pelo menos cinco anos de trabalho junto ao referido órgão.

A pessoa selecionada atualmente não trabalha na Defesa Civil, mas trabalhou mais de quinze anos e ocupou vários cargos, sendo o principal deles, a função de Coordenador Municipal da Defesa Civil. Nesse sentido, informações de grande relevância foram coletadas e foram fundamentais no desenvolvimento da presente pesquisa. A entrevista realizada pode ser vista no APÊNDICE VI.

2.1.5. Etapa V: Discussão e análise dos resultados

Para análise dos dados coletados, foram utilizadas como fontes de evidências, as entrevistas dirigidas à unidade de análise (atores sociais), a observação direta ligada à entrevista na unidade de análise, análise de notícias publicadas em jornais locais e de documentos do poder público municipal. Na observação direta ligada à entrevista, o pesquisador utiliza simultaneamente dois métodos de coleta de dados: a primeira informação é aquela que o indivíduo fornece na entrevista ou no questionário; a segunda decorre da observação de suas reações frente a diferentes estímulos provocados pelo pesquisador. De acordo com CONTANDRIOPOULOS et al (1994), esta segunda informação é frequentemente mais importante que a primeira.

Dentre os procedimentos para a análise dos dados encontram-se a triangulação dos dados, o encadeamento de evidências e a construção da explanação (YIN, 2001). Vale ressaltar que, para viabilização da pesquisa, foi necessária uma delimitação da unidade de análise (apresentada no Capítulo 3) e propôs-se que este estudo se localizasse num recorte temporal de 10 anos (1995 a 2005).

2.2. Pergunta e Hipótese de Pesquisa

Pergunta principal de pesquisa:

- Como a ocupação de fundos de vale em áreas urbanas pode contribuir para a exclusão social temporária da população que frequenta, habita ou trabalha em suas proximidades?

Da pergunta principal se origina **a hipótese de pesquisa:**

- A ocupação de fundos de vale em áreas urbanas pode ter como consequência a exclusão social temporária, uma vez que essa forma de ocupação contribui com a ocorrência de inundações, devido à excessiva impermeabilização do solo urbano, sobrecarregando o sistema de drenagem no fundo do vale, colocando a população a riscos potenciais relacionados a impactos relevantes como prejuízos financeiros e psicológicos, dentre outros.

3 - CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

3.1. A Cidade de São Carlos

3.1.1. Breve Histórico

A história de São Carlos iniciou-se em 1831 com a demarcação da Sesmaria do Pinhal. Quando foi fundado, em 04 de novembro e 1857, o povoado era formado por poucas casas ao redor da capela, onde hoje, está localizada a Igreja Matriz.

São Carlos foi elevada à categoria de vila em 1865 e em 1880, passa à categoria de cidade. Seis anos depois, a cidade já possuía ampla infra-estrutura urbana, com população de 16.104 habitantes (PMSC, 2002).

A primeira atividade econômica foi a produção de café e com a chegada da ferrovia, grande parte dessa produção era conduzida para o Porto de Santos, dando grande impulso a economia da região. Além disso, a ferrovia também contribuiu significativamente para que a área central de São Carlos (Figura 12) se consolidasse como local de destaque político e econômico.

Outro fato marcante da história de São Carlos se refere à vinda de imigrantes, originários, em grande parte, das regiões setentrionais da Itália. Os imigrantes vinham para trabalhar nas lavouras de café, manufaturas e comércio, por possuírem grandes habilidades. Com a crise do café, muitos imigrantes deixaram o campo, passando a trabalhar no centro urbano em diversas atividades.

Com o conhecimento dos imigrantes e com a vinda de pessoas de outras regiões nas décadas de 30 e 40, a indústria se consolidou como principal atividade econômica da cidade de São Carlos, que permanece forte até os dias atuais. Na década de 50, a cidade recebe grande impulso educacional e tecnológico com a implantação da Escola de

Engenharia de São Carlos (EESC), vincula à Universidade de São Paulo (USP) e na década de 70, com a implantação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).



Figura 12: Avenida São Carlos em 1898.

Fonte: PMSC, 2002.

3.1.2. Dados gerais:

O município de São Carlos está situado na região central do estado de São Paulo (Figura 13), a 244 km da capital e ocupa uma área de 1.140,92 km² (PMSC, 2002). A cidade de São Carlos destaca-se por estar situada num dos principais pólos de desenvolvimento do país; o vigor acadêmico, tecnológico e industrial conferiu à cidade o título de Capital da Tecnologia.

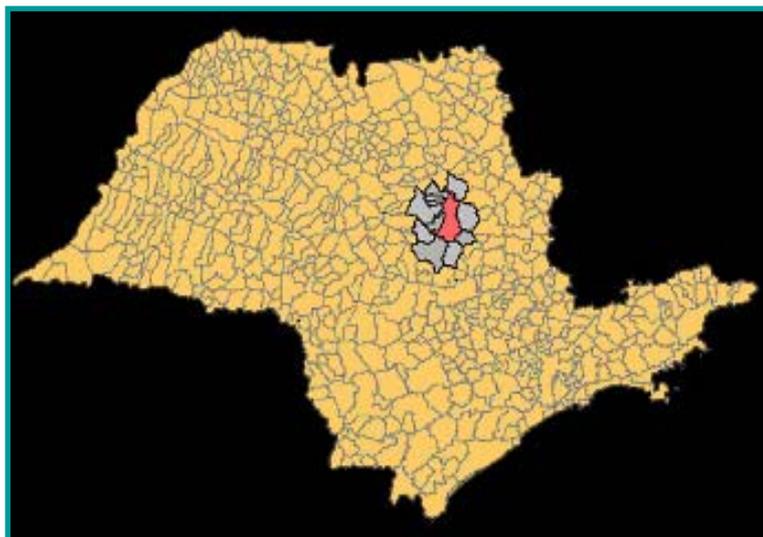


Figura 13: Localização do Município de São Carlos (em vermelho) e municípios vizinhos (em cinza) no estado de São Paulo

Fonte: PMSC, 2002.

A população atual do município de São Carlos é de aproximadamente 200 mil habitantes e, de acordo com dados da PMSC (2002), apenas 5% reside na zona rural, que ocupa 94% do território do município e 95% da população reside na zona urbana, que equivale aos 6% restantes da área total do município.

A área urbana de São Carlos localiza-se sobre o divisor de águas que limita duas grandes Bacias Hidrográficas: a Mogi-Guaçu e a Tietê-Jacaré, na qual esta inserida toda a malha urbana (Figura 14). A cidade está inserida na Bacia do Rio Monjolinho, que foi dividida em sub-bacias, como pode ser observado na Figura 15.

Segundo dados da PMSC (2002), a implantação dos primeiros equipamentos urbanos em São Carlos, ocorreu nas proximidades do córrego do Gregório, região com declividade acentuada, não considerada pela malha viária quadrangular implantada. A partir desse núcleo inicial da cidade, conforme AMORIM (2004), sua primeira expansão foi definida pelo eixo central norte / sul da Avenida São Carlos e através desse ponto de partida, deu-se também a expansão no sentido leste / oeste, surgindo no início do século XX, os primeiros loteamentos afastados da área central. A Figura 16 mostra como ocorreu a evolução urbana da cidade de São Carlos.

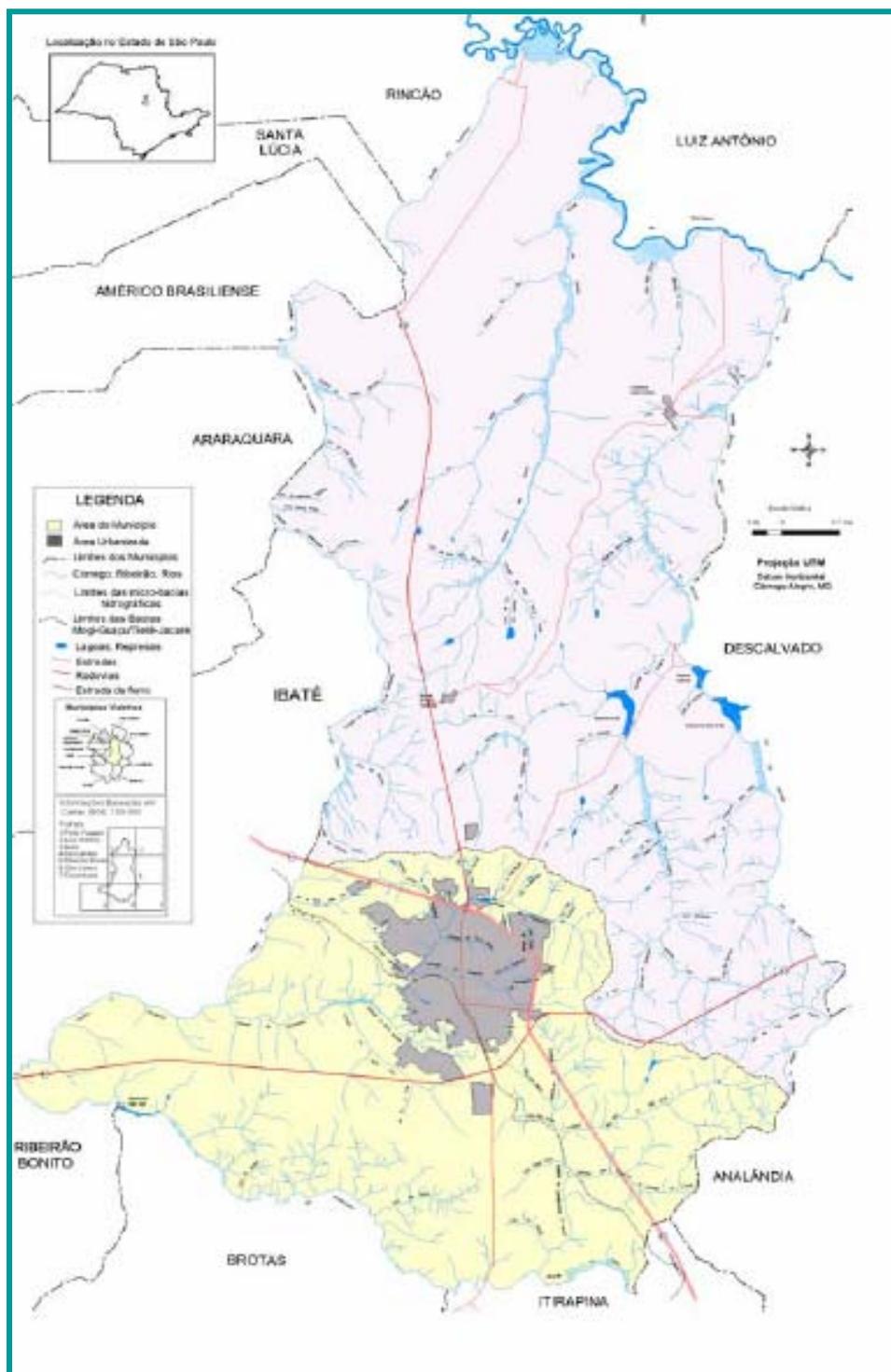


Figura 14: Localização da área urbana de São Carlos em seu município e principais Macro Bacias Hidrográficas: Mogi-Guaçu (Lilás) e Tietê-Jacaré (Amarelo). (s/ escala).

Fonte: PMSC, 2002.

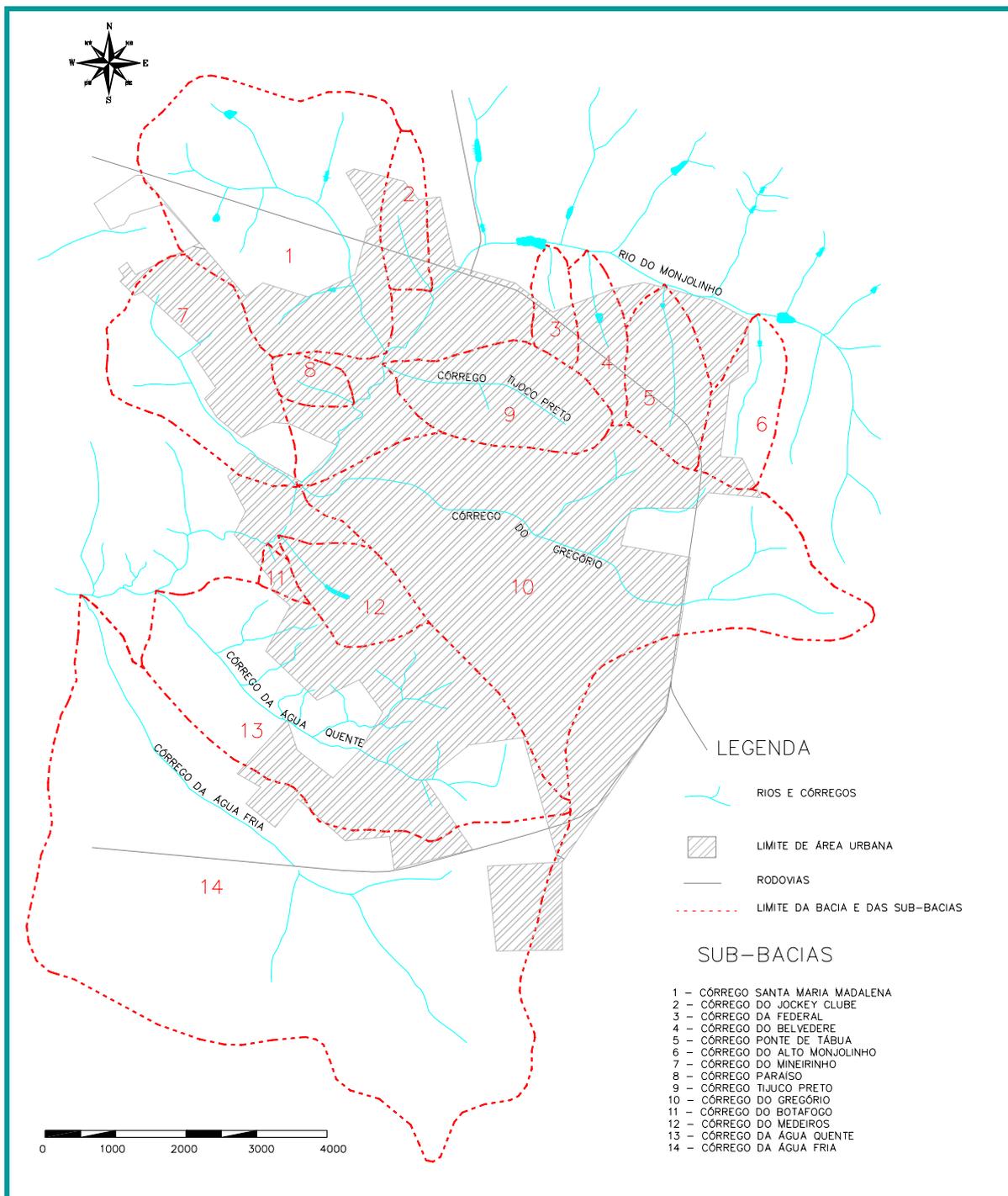


Figura 15: Sub-bacias do Rio Monjolinho na área urbana de São Carlos.

Fonte: AMORIM, 2004.

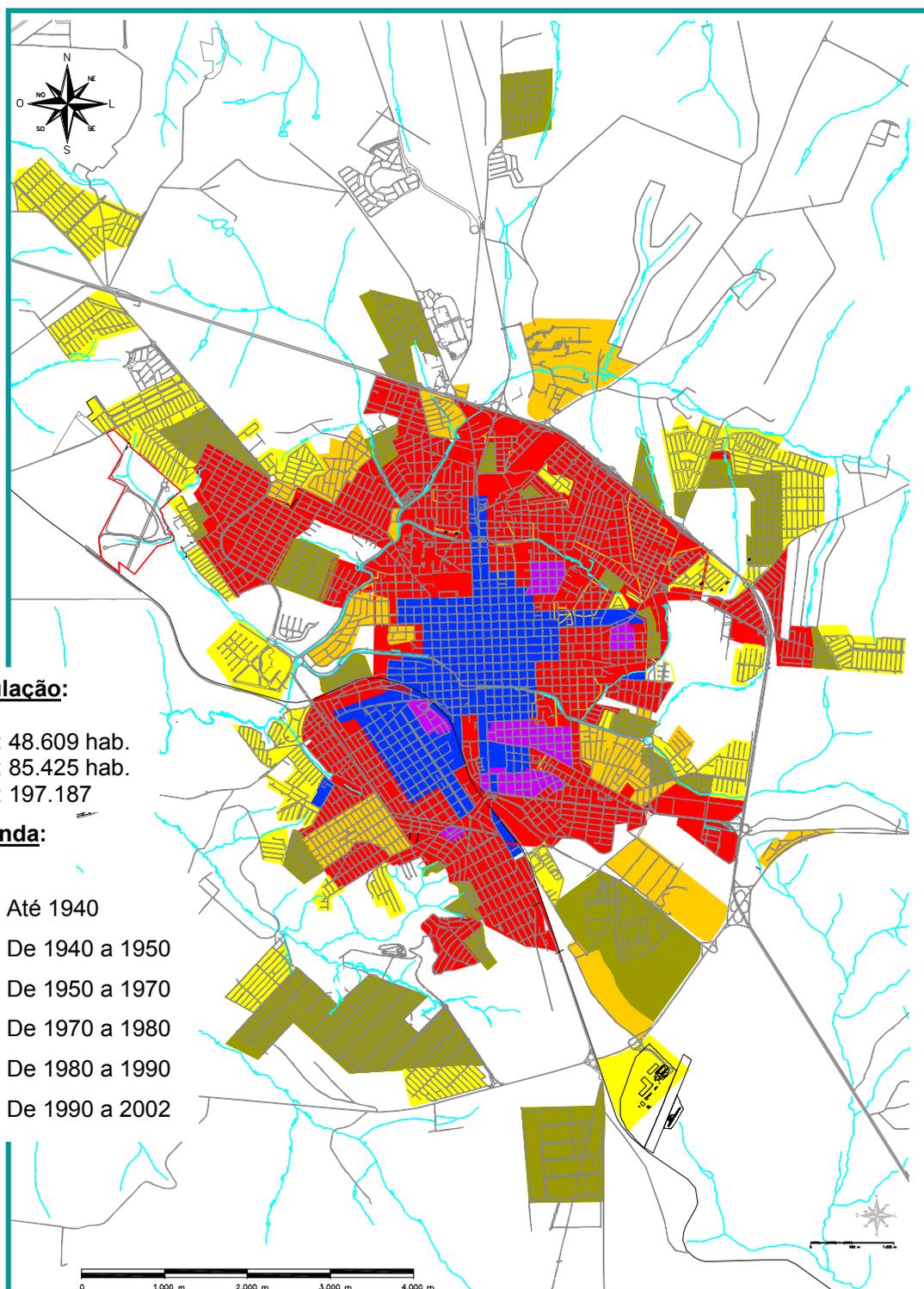


Figura 16: Evolução urbana da cidade de São Carlos - SP.

Fonte: AMORIM, 2004.

De acordo com LAVANDEIRA (1999), a transformação da região central de São Carlos pode ser observada com a especialização das atividades comerciais na área, porém

de forma mais atenuada. Em seu centro histórico, constituído pelo centro comercial próximo à região do mercado municipal, podem ser observadas características como o forte adensamento, a transformação tipológica, pela instalação de letreiros de propagandas ocultando fachadas originais, a especialização do uso comercial e por vezes, a degradação ambiental provocada principalmente pelo uso inadequado do espaço público.

As décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo aumento da ocupação nas proximidades dos córregos, hoje inseridos na malha urbana. De acordo com PMSC (2002), foi a partir dos anos 70 que o conflito entre a expansão urbana e as áreas ambientalmente frágeis se acentuou, principalmente com a implantação das vias marginais e a invasão de áreas de proteção ambiental, às margens dos córregos, como pode ser visualizado nas Figuras 17 e 18. Os índices demográficos mais recentes da cidade de São Carlos podem ser verificados na Tabela 1.

Tabela 1: Índices demográficos da cidade de São Carlos.

Demografia	1980	1990	2000	2004
População	119.012	153.762	192.639	209.009
População Urbana	109.753	144.020	183.092	200.160
População Rural	9.259	9.742	9.547	8.849
Taxa de urbanização (em %)	92,21	93,66	95,04	95,77

Fonte: Prefeitura Municipal de São Carlos, 2002.



Figura 17: Construção da Avenida Marginal em 1974 na região do Córrego do Gregório, nas proximidades da área onde atualmente se localiza o SESC.

Fonte: PMSC, 2002.

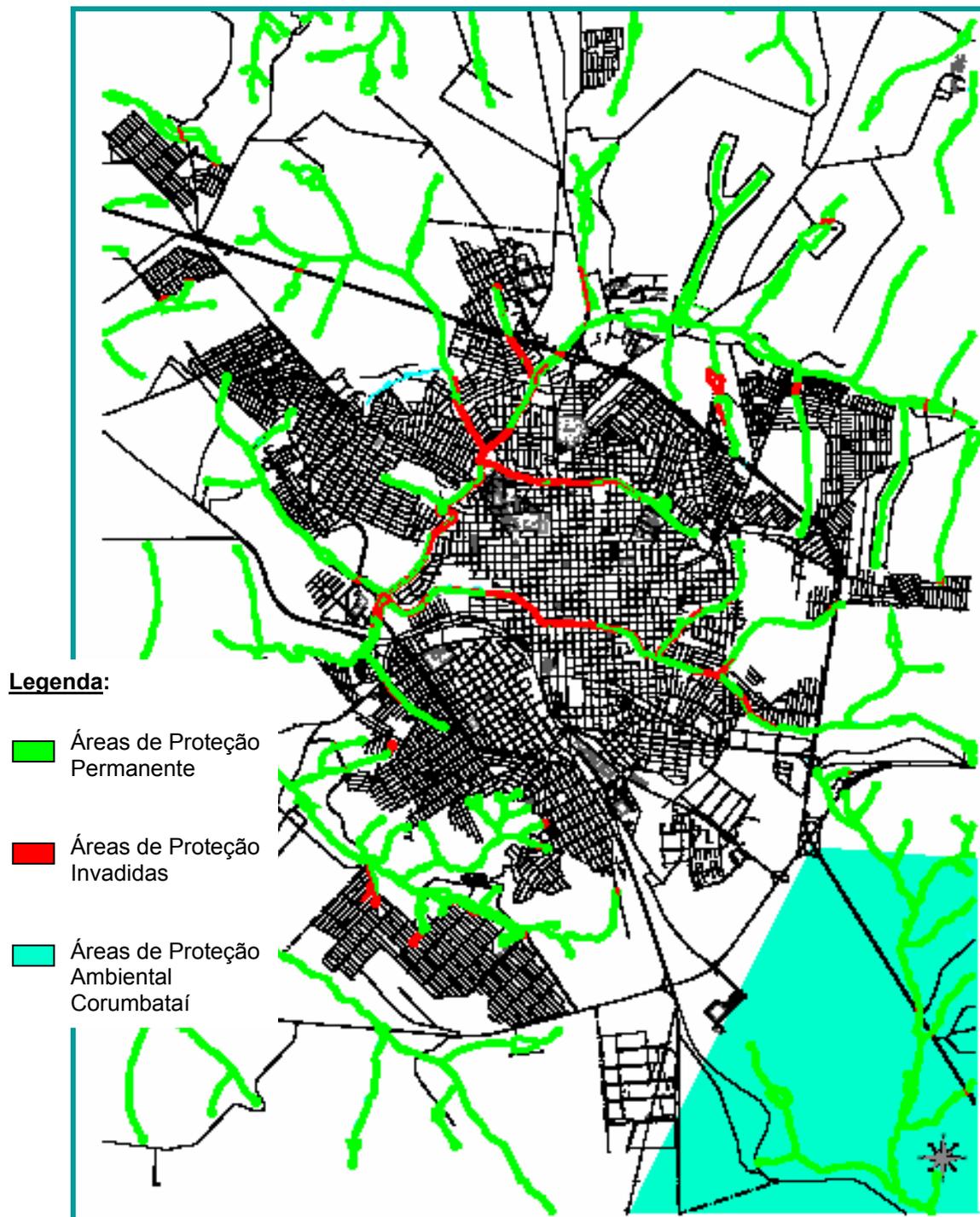


Figura 18: Áreas de Proteção Ambiental da cidade de São Carlos

Fonte: PMSC, 2002.

3.2. Bacia do Córrego do Gregório

3.2.1. Aspectos Gerais

A Bacia do Córrego do Gregório possui área total de 15,6 km² e em estado natural, é formada por vegetação de pequeno porte. À parte urbanizada da bacia compreende o centro de São Carlos e alguns bairros periféricos (TUCCI e MARQUES, 2000).

Por possuir uma área bastante extensa, para viabilização da pesquisa, fez-se necessário delimitar a unidade de análise. Para que essa delimitação não prejudicasse a análise proposta, foi escolhida a área localizada nas mediações do mercado municipal, contornada pelas Ruas Conde do Pinhal, São Paulo, Bento Carlos e Visconde de Inhaúmas (sentido horário), como pode ser verificado na Figura 19 e, com mais detalhes na Figura 20.

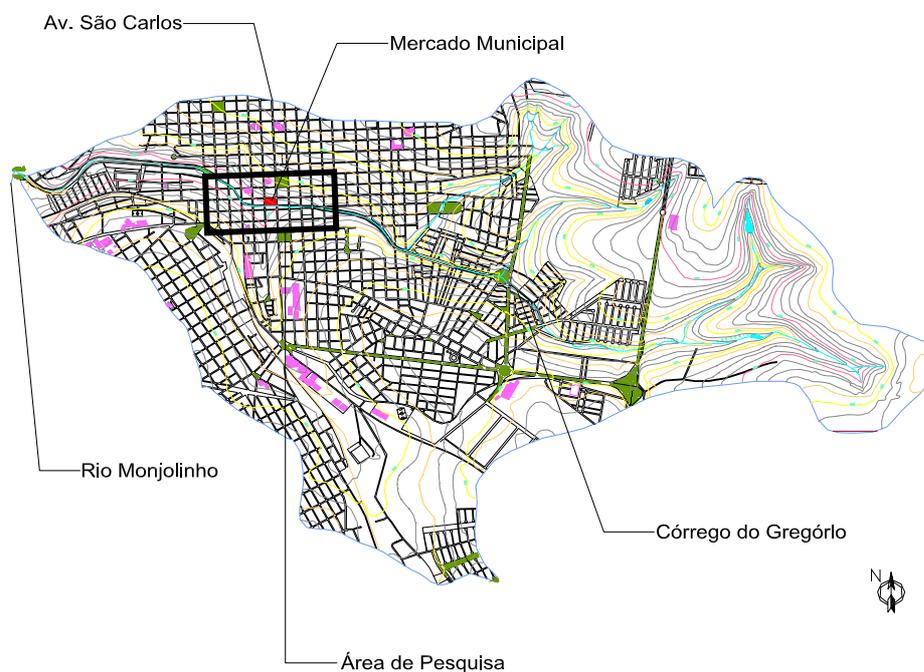


Figura 19: Bacia do Córrego do Gregório e delimitação da Unidade de Análise.

Fonte: Núcleo Integrado de Bacias Hidrográficas – SHS/USP.



Figura 20: Delimitação da Unidade de Análise na Bacia do Córrego do Gregório.
 Fonte: Modificado de Núcleo Integrado de Bacias Hidrográficas – SHS/USP.

O Córrego do Gregório está, em grande parte, canalizado, em alguns locais de forma aberta e em outros de forma tamponada. Na área delimitada para pesquisa, observou-se diferentes tipologias topográficas referentes à forma de ocupação da área. A Figura 21 mostra a localização das tipologias verificadas, elaboradas através de cortes esquemáticos, representados pelas Figuras 22, 23, 24, 25, 26 e 27. Como suas margens foram totalmente ocupadas, nos períodos chuvosos, a população urbana residente ou não em suas proximidades, convivem com problemas de inundações e conseqüentemente, com prejuízos econômicos, físicos e sociais causados pelas mesmas.

De acordo com dados contidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de São Carlos a lógica de ocupação do solo da cidade tem sido regulada pelo interesse do mercado imobiliário, não vinculada às condições de infra-estrutura, gerando problemas de mobilidade, moradia e degradação ambiental.

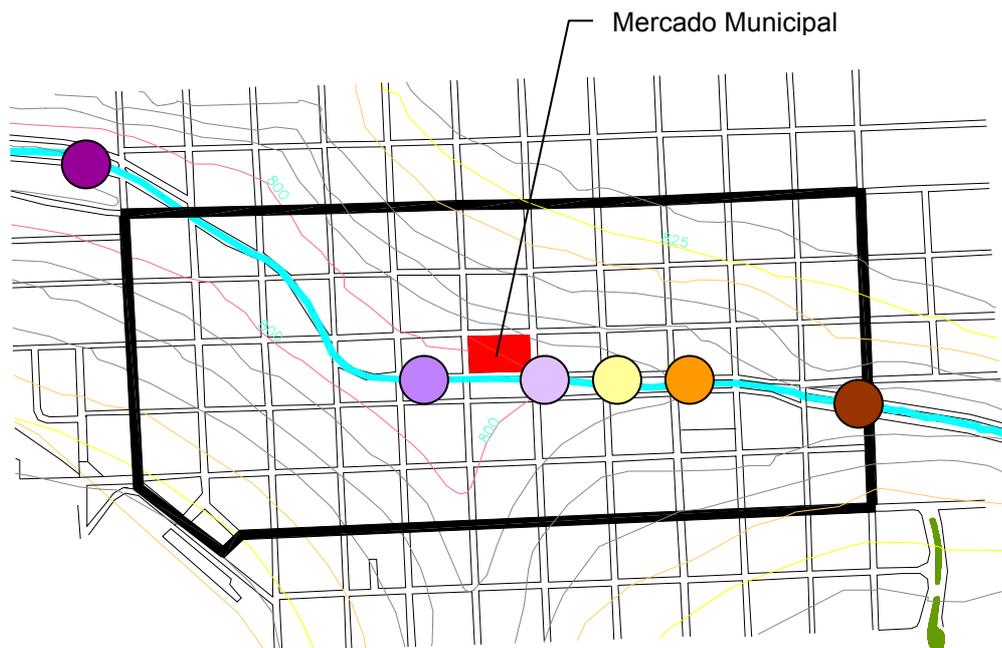


Figura 21: Localização das tipologias verificadas na unidade de análise.
 Fonte: Modificado de Núcleo Integrado de Bacias Hidrográficas – SHS/USP.

Legenda:

-  Tipologia A
-  Tipologia B
-  Tipologia C
-  Tipologia D
-  Tipologia E
-  Tipologia F

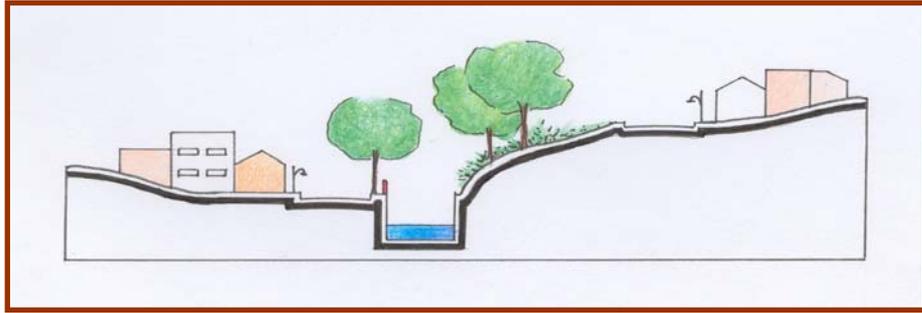


Figura 22: Tipologia A - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale, entre as Ruas São Paulo e Rui Barbosa.

Fonte: BORGES, 2006.

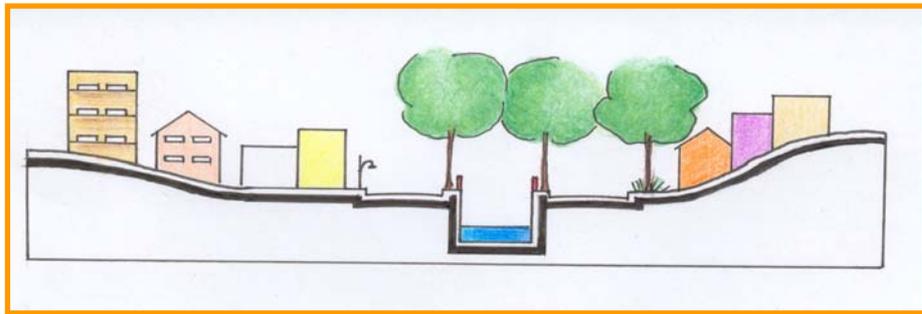


Figura 23: Tipologia B - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale, entre as Ruas São Joaquim e Dona Alexandrina.

Fonte: BORGES, 2006.

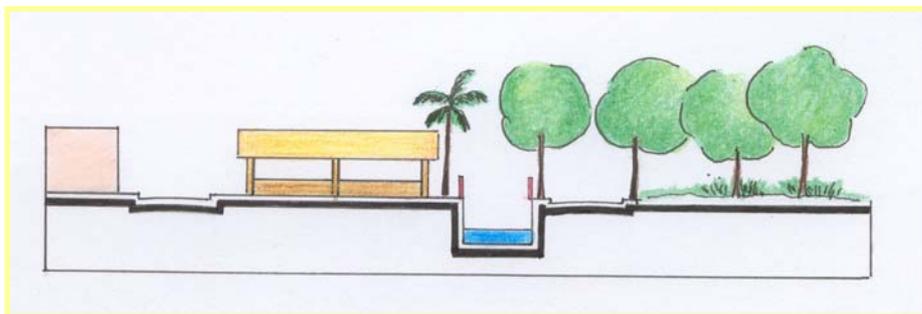


Figura 24: Tipologia C - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale, entre a Rua Dona Alexandrina e Avenida São Carlos.

Fonte: BORGES, 2006.

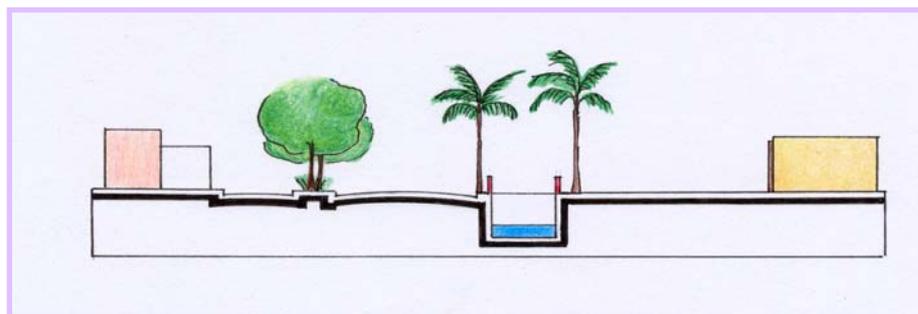


Figura 25: Tipologia D - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale entre a Avenida São Carlos e Rua Episcopal.

Fonte: BORGES, 2006.

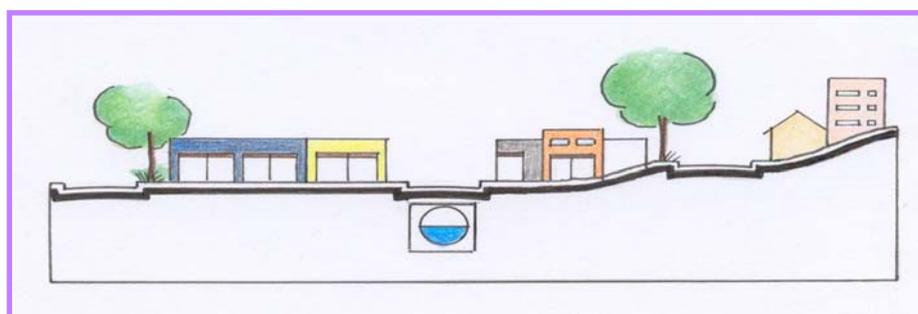


Figura 26: Tipologia E - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale entre as Ruas Episcopal e Nove de Julho.

Fonte: BORGES, 2006.

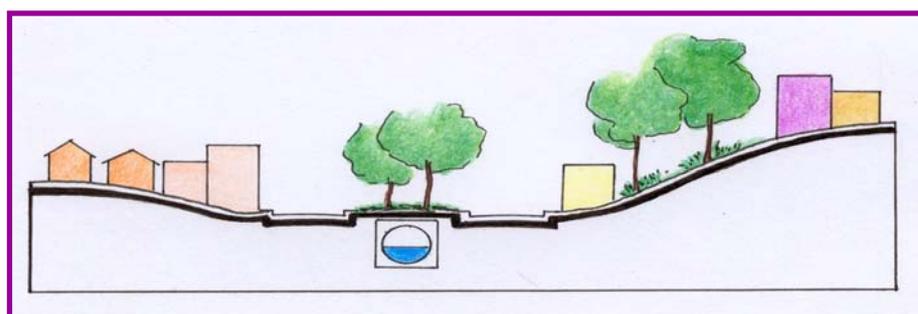


Figura 27: Tipologia F - Corte esquemático da apropriação urbana do fundo de vale entre as Ruas Riachuelo e Visconde de Inhaúma.

Fonte: BORGES, 2006.

3.2.2. Ocorrência de Inundações na Bacia do Córrego do Gregório

Segundo dados da Defesa Civil, o primeiro registro de inundações que se sabe que houve na região central da cidade de São Carlos, na bacia do Córrego do Gregório, foi em 1905 e continua até os dias de hoje, apesar das intervenções realizadas até então.

De acordo com RIGHETTO (1993), a rede de drenagem urbana de São Carlos é ineficiente em vários locais. O Córrego do Gregório é o que mais contribui para as cheias, em vista da grande e crescente ocupação de sua bacia e, como foi canalizado há muitos anos atrás, hoje essas obras não suportam a vazão recebida causando danos cada vez maiores à população.

A região central da cidade de São Carlos é caracterizada pela intensa atividade comercial que possui e nesse sentido, os grandes prejudicados com a ocorrência de inundações são os comerciantes, que possuem imóveis localizados naquela região. As Figuras 28, 30 e 32, mostram a área de pesquisa em condições normais e as Figuras 29, 31, 33, 34, 35, 36 e 37, em dias de chuva intensa.



Figuras 28 e 29: Rua Dona Alexandrina esquina com Rua Geminiano Costa em condição normal e durante precipitação.

Fonte: BORGES, 2005; PROJETO FINEP, 2004.



Figuras 30 e 31: Córrego do Gregório em condição normal e durante forte precipitação.

Fonte: BORGES, 2005; PROJETO FINEP, 2004.



Figuras 32 e 33: Rua Episcopal esquina com Rua Geminiano Costa em condição normal e durante precipitação.

Fonte: BORGES, 2004; Acervo pessoal - CORDEIRO, 2001.

De acordo com os comerciantes, todos os anos essa área central passa por sérios problemas com as inundações, especialmente a partir do mês de novembro, estendendo-se até fevereiro, março do ano seguinte. Os prejuízos são grandes na maioria das vezes, apesar de admitirem que os lucros obtidos ao longo do ano são maiores e por isso, mantêm suas lojas no local.



Figura 34: Inundação (2001) – Avenida São Carlos esquina com Rua Geminiano Costa.

Fonte: PMSC, 2002



Figura 35: Inundação (2001) – Calçada da Rua General Osório

Fonte: Acervo pessoal – CORDEIRO, 2001.



Figura 36: Inundação (01/2004) - Córrego do Gregório em frente ao Mercado Municipal
Fonte: PROJETO FINEP, 2004.



Figura 37: Inundação (01/2004) – Avenida Comendador Maffei esquina com Rua Episcopal
Fonte: PROJETO FINEP, 2004.

Outra fonte utilizada para verificação das inundações ocorridas na Bacia do Córrego do Gregório foram notícias publicadas em jornais locais. Para realização desse levantamento, pode-se contar com tabelas fornecidas pela Defesa Civil de São Carlos (Anexo II), constando dados sobre as precipitações ocorridas nos anos de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004.

Nesse sentido, foram selecionadas algumas das principais notícias publicadas no Jornal Primeira Página (Figuras 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44) ao longo desses dez anos (1995-2005), para comprovar a ocorrência dessas inundações e os danos que causam a população. É relevante informar que também foi realizada uma pesquisa no Jornal “A Tribuna”, mas como as notícias se repetiam, optou-se por selecionar apenas um jornal para coletar os dados.

As principais notícias selecionadas foram das seguintes datas:

- 17 de maio de 1995;
- 10 de dezembro de 1998;
- 27 de março de 2001;
- 25 de maio de 2004;
- 17 de dezembro de 2005;
- 12 de março de 2006.

➤ **Data: 17 de maio de 1995.**



Figura 38: Capa - Jornal Primeira Página (17/05/1995).

“Um Temporal iniciado por volta das 17:00 horas de ontem, inundou completamente a baixada do Mercado Municipal fazendo com que a água invadisse diversas lojas situadas na Avenida Comendador Maffei. A correnteza chegou a arrastar alguns carros que estavam estacionados. No cruzamento da Avenida São Carlos com a Avenida Comendador Maffei, a água atingiu meio metro de altura, complicando o trânsito de carros e ônibus. Com a água até a altura dos joelhos, poucas pessoas se arriscavam atravessar esse trecho (...)”

➤ Data: 10 de dezembro de 1998.



Figura 39: Capa - Jornal Primeira Página (10/12/1998)

Fonte: Jornal Primeira Página.

“Revoltados com os prejuízos causados pela chuva que caiu na última terça-feira em São Carlos (08/12/1998), os comerciantes da região da baixada do Mercado Municipal estão exigindo uma solução dos políticos. O Clima entre os lojistas é de revolta e descrença. Uma das lojas mais prejudicadas em 1997, a Bunny’s, se preveniu com portas de aço para tentar conter a água - Se não impede a entrada da água em 100%, pelo menos retarda a sua entrada e diminui a força, dando tempo para guardar as roupas - afirmou a gerente da loja. Ao lado dessa loja existem quatro prédios, uns ao lado do outro, que estão sendo locados pela Imobiliária Labor com três meses de aluguel gratuito, devido ao risco de prejuízos no local. Apesar do Prefeito esperar verbas do governo estadual, a secretaria de recursos hídricos informou que não existe nenhum recurso previsto para projetos esse ano”.

➤ **Data: 13 de janeiro de 2001**



Figura 40: Capa - Jornal Primeira Página (13/01/2001)

Fonte: Jornal Primeira Página.

“A chuva de ontem (12/01/2001), que começou por volta das 18:00 horas e durou até 19:30 horas, castigou a cidade com alagamentos em pontos habituais, como a baixada do Mercado Municipal e a rotatória do Cristo Redentor. A região do Mercado foi inundada em cerca de um metro e meio, atingindo várias lojas, lanchonetes e bares. O Secretário de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura, esteve no local para fazer, junto aos comerciantes, o levantamento dos prejuízos provocados pelas chuvas. A região do bingo, um quadrilátero de cerca de dois quarteirões, foi interditada pela Defesa Civil, após o desabamento do muro de proteção à margem do Córrego do Gregório (...). No trevo de acesso ao bairro Jardim Tangará, os bombeiros tiveram que resgatar uma mulher que ficou presa num veículo mergulhado nas águas (...) Na rotatório do Shopping a inundação chegou a arrastar alguns veículos”.

➤ Data: 27 de março de 2002.

Plano de combate às enchentes abrangerá três trechos principais

O secretário municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, Renato Anelli, apresentou na última segunda-feira (25), para a comunidade técnica da cidade, na Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, o Plano de Macrodrenagem da Bacia do Gregório, novo projeto de combate às enchentes totalmente elaborado pela atual administração.

O plano abrange a total substituição da canalização do córrego do Gregório entre as ruas Episcopal e Visconde de Inhamã (a parte tamponada ou canalizada), a proteção das margens no trecho a céu aberto até a rotatória do Cristo, que hoje está desmoronando e a conclusão das novas travessias sobre os córregos Monjolinho e Mineirinho, na rotatória do Cristo.

“Os investimentos estão sendo planejados ao longo de vários anos para resolvermos um problema que atinge a cidade há décadas. É um conjunto de intervenções que vai desde o Mercado até os trilhos da Ferrobán, próximo à rotatória do Cristo. Uma obra radical, cara, mas se não pensarmos esse conjunto de situações, a cidade vai continuar a ter prejuízos”, explicou Renato Anelli.

O custo desses três trechos é da ordem de R\$ 9,5 milhões. Já existem, disponibilizados, R\$ 800 mil do governo do Estado, uma soma igual do orçamento da Prefeitura e uma parte do Saae, que vai fazer o emissário de esgoto.

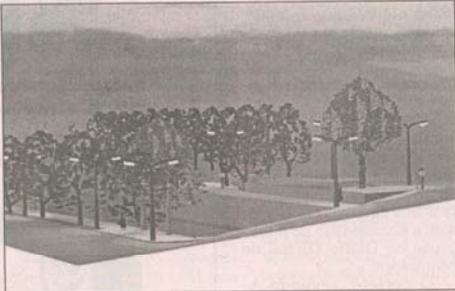
“É o começo da empreitada e ao longo dessa obra tentaremos obter recursos recorrendo às várias fontes de financiamento do governo federal, estadual, do BID e com a credibilidade do governo



Newton Lima temos sido até agora bem servidos na obtenção dessas verbas”, explica o secretário.

A obra está projetada para ser feita em etapas, em módulos de quatro meses, para ocupar o período de estiagem. Portanto, não vai haver uma obra ao longo de três anos e sim ao longo de três anos vão acontecer interrupções de 3 a 4 meses de setores parciais do canal, no sentido de minimizar os prejuízos dos comerciantes durante o período das obras.

“Relutamos muito em assumir essa posição porque ela tem um custo, mas a essa altura acreditamos que é melhor compartilhar esse problema com a sociedade do que vendermos a ilusão de que com intervenções parciais nós poderemos solucionar isso. Nós acreditamos que esse problema só se resolve com esse projeto que estamos apresentando aqui hoje”, finalizou Anelli.



Plano inclui proteção das margens de Gregório até a rotatória do Cristo

Figura 41: Matéria do Jornal Primeira Página (27/03/2002) - “Plano de Macrodrenagem da Bacia do Córrego do Gregório inclui proteção das margens até a rotatória do Cristo”.

Fonte: Jornal Primeira Página.

➤ Data: 25 de maio de 2004.

JORNAL PRIMEIRA PÁGINA CIDADE

Chuva de domingo traz novos prejuízos

Defesa Civil registrou novos danos em vias públicas e alagamento na região da Baixada do Mercado Municipal

ARIADNE LECHNER

São Carlos voltou a ser penalizada pela forte chuva que caiu na noite de domingo e que durou cerca de 50 minutos. Neste período, choveu na região da Vila Monteiro, Jardim Ricetti e Jardim

Travessia da Ferroban agrava problema

A travessia da Ferroban sobre o rio Monjolinho foi uma dos responsáveis pelo alagamento na região da rotatória do Cristo (que dá acesso ao Shopping Iguatemi), na noite do último domingo. A travessia, construída na década de 40, suporta a vazão de apenas 100 m³ de água por segundo. Segundo o Daee, a vazão deveria ser de, no mínimo, 270 m³ por segundo, para evitar alagamentos na área.

A Ferroban recebeu uma nova multa da autarquia no último dia 13, devido a inadequação do local. Desde sua primeira multa em abril de 2003, a empresa não atendeu às notificações e nem obedeceu aos prazos dados pelo Daee.

Considerando que uma nova vistoria foi feita no local e a situação permanece inalterada, o Depratamento fez um novo relatório, dessa vez contendo várias fotografias e aplicou multa diária por 30 dias consecutivos, no valor de 501 UFESP'S (ou R\$ 6.257,49 por guia). Como a empresa tem vinte dias para apresentar recurso, a multa passará a contar a partir do dia 3 de junho.

"Se estes novos prazos não forem cumpridos, eles ficarão sujeitos à intervenção administrativa", revela o diretor do Daee. O próximo passo será o embargo definitivo. (A.L.)

São Carlos (bacia do rio Gregório) cerca de 50 milímetros, além do Centro.

A chuva, que teve início por volta de 20h50, foi ocasionada por uma frente fria, segundo informações do coordenador municipal da Defesa Civil, Pedro Caballero. Ainda de acordo com ele, no início da noite de ontem nova frente fria estaria chegando à cidade por volta das 19h.

A Defesa Civil registrou danos em vias públicas (quebra de asfalto e calçadas), além de uma pequena cheia na região da Baixada do Mercado Municipal, de cerca de 10 centímetros. A água trouxe pequenos estragos e, mais uma vez, prejuízos aos comerciantes do setor. Uma loja de calçados nas esquinas das ruas Nove de Julho e Geminiano Costa perdeu vários artigos devido à água, e, mesmo na noite de domingo, funcionários já estavam fazendo a limpeza do estabelecimento.

Também na rua Nove de Julho uma loja de roupas teve prejuízo ainda maior: a forte chuva estourou a calha e as águas destruíram várias mercadorias do estoque. O sofá do local também foi atingido pela água e ontem encontrava-se na calçada para secar. Uma igreja localizada na rua Jesuino de Arruda também foi invadida pela água, enquanto os fiéis ainda estavam no local.

Caballero explica que a cheia se deu devido à água lateral que desceu as ruas, já que o rio na frente do Mercado Municipal não chegou a encher. A rotatória do Cristo, na região do Shopping Iguatemi, também chegou ao seu limite e invadiu a pista mais uma vez. "Parece que a precipitação se concentrou na área urbana, talvez por ser mais quente", cita Caballero, para explicar a chuva mais forte na região Central da cidade.

A região do Terminal Rodoviário ficou sem energia elétrica das 21h35 às 22h, após um galho haver atingido a rede. Segundo a assessoria de imprensa da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), ao ser atingida, a rede automaticamente desliga os disjuntores por motivo de segurança. Apesar de haver sido prontamente acionados, os técnicos têm que percorrer todo o cabo alimentador da rede para identificar o problema, o que pode ocasionar alguma demora.

O Corpo de Bombeiros registrou três 'inundações' em casas, devido a calhas entupidas, sendo uma na rua Sete de Setembro na Vila Nery e outra na rua São Joaquim, no Centro da cidade. Já em uma residência da rua Duarte Nunes, os bombeiros tiveram que fazer um buraco na parede do muro para escoar a água que entupiu a calha.

Outros registros foram quanto a queda de árvores, na estrada do Broa, na rua Rafael de Cenzi, na Vila São

foi um an...
Caballe...
mudança...
rendo des...
ciclone "C...
abril, nas r...
te do País...
fenômeno...
a entrada...
toda a reg...

Falt...

Quanc...
ta a São...
e 31 de j...
governam...
ckmin (P...
500 mil...
lizar em...
às enche...
gada ao...
nador en...
mento na...
do Muni...
do Cristo...
shopping...
ba. O di...
zado par...
da Com...
Maffei...
Bonifáci...
A ass...
sa da Pr...
tarde de...
ainda nã...

Servi...

greve

Embora...
Estado...
paralisa...
atinge l...
Adolfo Lu...

Servid...
Saúde, em...
de o últim...
assembleia...
ma segund...
São Paulo...
posta sala...
Geraldo Al...
mete fazer...
período de...
categoria p...
moviment...
correr dest...
De acc...
Saúde - si...
ria -, pel...
cerca de...
continuam...
do, exigi...
melhorias...
salarial. r...



Pedro Caballero (Defesa Civil) "neste mês, frentes frias chegam a cada 72 horas"



Travessia sobre o Monjolinho: inadequação da obra provoca alagamentos na rotatória de acesso ao shopping

Figura 42: Matéria do Jornal Primeira Página (25/05/2004) - "Chuva de domingo traz novos prejuízos ao comércio"

Fonte: Jornal Primeira Página.

- Data: 17 de dezembro de 2005.



Figura 43: Capa - Jornal Primeira Página (17/12/2005)

Fonte: Jornal Primeira Página.

Mesmo depois da última obra realizada (em 2003), considerada uma das que apresentou melhores resultados, a forte chuva que caiu no início da noite do dia 16/12/2005, foi suficiente para alagar, novamente, toda a baixada do Mercado Municipal, impossibilitando o trânsito na área.

➤ **Data: 12 de março de 2006.**



Figura 44: Capa – Jornal Primeira Página (12/03/2006).

Fonte: Jornal Primeira Página.

Há previsão da realização de obras para amenizar os problemas causados pelas inundações na região central de São Carlos. O Jornal fez questão de informar – com exclusividade – que o Prefeito atual foi “o único mandatário a realizar intervenções na região da Baixada do Mercado Municipal, com sucesso no combate contra enchentes”. Para finalizar a matéria, foram apresentadas algumas dicas de como evitar ou escapar das enchentes (Quadro 3).

Quadro 3: Dicas para evitar ou escapar das enchentes

DICAS PARA EVITAR OU ESCAPAR DAS ENCHENTES

- A chuva inundou a cidade e você está em local seguro: Não se aventure a enfrentar correntezas e inundações; os riscos são muito grandes.
- Se você precisar mesmo sair, sintonize as rádios que divulgam informações sobre o tempo e as áreas afetadas por alagamentos. Faça seu roteiro evitando esses locais.
- Se a água invadir sua casa, saia e procure um local seguro.
- Não passe por áreas alagadas.
- Ajude a evitar enchentes: Mantenha limpos os ralos e calhas, não jogue lixo ou entulho nos bueiros, rios e galerias.

Fonte: Jornal primeira Página (12/03/2006).

3.2.3. Principais Intervenções realizadas nas mediações do Córrego do Gregório nos últimos dez anos

De acordo com dados obtidos junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, as principais obras realizadas nas imediações do Córrego de Gregório foram:

- Construção de canal paralelo ao Córrego do Gregório, na Rua Geminiano Costa, entre a Avenida São Carlos e Rua Episcopal;
- Construção de canal lateral, entre as Ruas Visconde de Inhaúmas e Riachuelo, com aproximadamente setenta metros, para desviar o excesso de água do trecho com maiores problemas – Essa obra não funciona devido a problemas de emboque;
- Em 2002, foi realizada uma obra, nas proximidades da Padaria Caiçara, aumentando a vazão do Córrego – esta obra foi a que apresentou melhores resultados (Figuras 45 e 46);



Figuras 45 e 46: Obra realizada nas proximidades do Mercado Municipal (2002/2003)

Fonte: Acervo pessoal – CORDEIRO, 2003.

- Em 2003 / 2004: Foi construída uma nova ponte na Rua Alexandrina, que também obteve resultados satisfatórios (Figuras 47 e 48).



Figura 47: Ponte da Rua Dona Alexandrina
Fonte: Acervo Pessoal – CORDEIRO, 2004.



Figura 48: Ponte da Rua Dona Alexandrina (sentido Avenida São Carlos)
Fonte: BORGES, 2005.

Ressalta-se que esses dados foram obtidos através de entrevista formal realizada com um dos engenheiros da Secretaria Municipal de Obras, uma vez que, apesar dessas informações terem sido solicitadas através de ofício, não foi possível consegui-las de forma documentada, já que, segundo funcionários, a Secretaria não possui esses dados documentados.

4- RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Análise Geral:

Para o desenvolvimento da presente pesquisa se fez necessário a realização de um levantamento de dados com o objetivo de coletar as informações necessárias para uma possível comprovação da hipótese principal da pesquisa, traçada pela pesquisadora.

Na fase da coleta, dados relevantes foram levantados, não apenas através da realização das entrevistas, observação direta ligada à entrevista, mas também da percepção da situação encontrada como um todo.

Com relação às regiões de fundo de vale em São Carlos, verificou-se que essas áreas urbanas estão ocupadas, em sua maioria. A cidade de São Carlos possui um potencial hídrico bastante rico, com córregos passando pela área urbana, delimitando bairros, compondo a morfologia da cidade. Embora ainda existam áreas com pouca ocupação nas proximidades desses cursos d' água, existem córregos cujas áreas marginais foram totalmente ocupadas.

A área urbana de São Carlos localiza-se sobre o divisor de águas que limita duas grandes Bacias Hidrográficas: a Mogi-Guaçu e a Tietê-Jacaré, na qual esta inserida toda a malha urbana. A cidade em si está inserida na Bacia do Rio Monjolinho e seu principal afluente é o Córrego do Gregório, o que mais contribui para as cheias, em vista da grande e crescente ocupação de sua bacia.

No que se refere à Bacia do Córrego do Gregório - objeto de estudo dessa pesquisa - percebe-se que a situação é muito complexa, já que grande parte de sua área, está urbanizada ou ocupada de forma irregular e as áreas que ainda restam sem ocupação, já foram loteadas e algumas vendidas (Figuras 49). Ressalta-se que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de São Carlos, estabelece algumas limitações para ocupação dessas áreas através dos coeficientes de ocupação, de permeabilidade e de cobertura

vegetal. A região onde se localiza o centro de São Carlos, por exemplo, de acordo com dados da PMSC, é uma área de proteção ambiental invadida.



Figura 49: Região da Bacia do Córrego do Gregório não ocupada, mas vendida.

Fonte: BORGES, 2006.

Ao analisar a forma de ocupação da bacia de forma generalizada, pode-se observar que a ocupação ocorreu não apenas nas áreas marginais ao córrego. Existem locais em que os córregos foram canalizados, tamponados, e obras foram realizadas por cima de seu leito, como se não existisse um curso d' água passando por ali. Este é o caso do Córrego Simeão que deságua no Gregório e passa pelo subsolo de grandes lojas, como as Pernambucanas, Casas Bahia, entre outras (Figuras 50, 51, 52, 53, 54 e 55). Analisando esse fato, constata-se que o desrespeito com os recursos naturais passou dos limites na região central de São Carlos e por isso, os impactos negativos verificados nessa região nos períodos chuvosos não poderiam ser diferentes.



Figura 50 e 51: Rua Episcopal - O Córrego Simeão passa à direita da rua, no subsolo das lojas.

Fonte: BORGES, 2006.



Figura 52: Rua Episcopal – sentido centro (contra mão).

Fonte: BORGES, 2006.



Figura 53: O Córrego Simeão passa atrás desse muro.

Fonte: BORGES, 2006.



Figura 54 e 55: “Vista” parcial do Córrego do Simeão.

Fonte: BORGES, 2006.

Apesar de algumas obras terem sido executadas recentemente, a canalização do Córrego do Gregório é antiga (Figuras 56 e 57) e existem trechos que precisam de reparos urgentes. De acordo com um funcionário da Defesa Civil de São Carlos, algumas partes antigas da canalização já não comportam a vazão recebida durante os períodos chuvosos, devido à excessiva ocupação da área, impermeabilização do solo e também pelo desgaste natural dos materiais utilizados em sua construção. Existem partes da canalização apoiadas em pilares de madeira, que por não estarem totalmente submersos, já apresentam sinais de apodrecimento.

As inundações ocorridas no centro de São Carlos, causam prejuízos em grande escala, que vão além dos danos materiais e financeiros. Segundo relato dos comerciantes entrevistados, o prejuízo que mais os afeta, são os de ordem emocional, referentes à insegurança, à instabilidade. Foi nesse sentido que surgiu o debate em torno da exclusão social temporária, determinada pela ocorrência dessas inundações e conseqüentemente, pelos prejuízos que causam a população citadina.



Figura 56: Canalização do Córrego do Gregório entre a Rua Episcopal e a Rua Nove de Julho (1974).

Fonte: PMSC, 2002.



Figura 57: Ponte - Rua Nove de Julho (1974).

Fonte: PMSC, 2002.

4.2. Análise das Entrevistas

4.2.1. Grupo 1: Comerciantes

A entrevista foi iniciada com questionamentos referentes à situação do imóvel onde abrigam seus estabelecimentos comerciais. Um fato interessante verificado foi que a maioria dos comerciantes entrevistados são locatários do imóvel (Gráfico 1). Este foi um fato interessante verificado, uma vez que além dos prejuízos que estão sujeitos a ter nos períodos chuvosos, onde os riscos de enchentes são maiores, eles pagam para se manterem no local. Mesmo tendo consciência desse fato, os entrevistados se mostraram satisfeitos com a localização do imóvel, bem como com os lucros que obtêm ao longo dos anos.

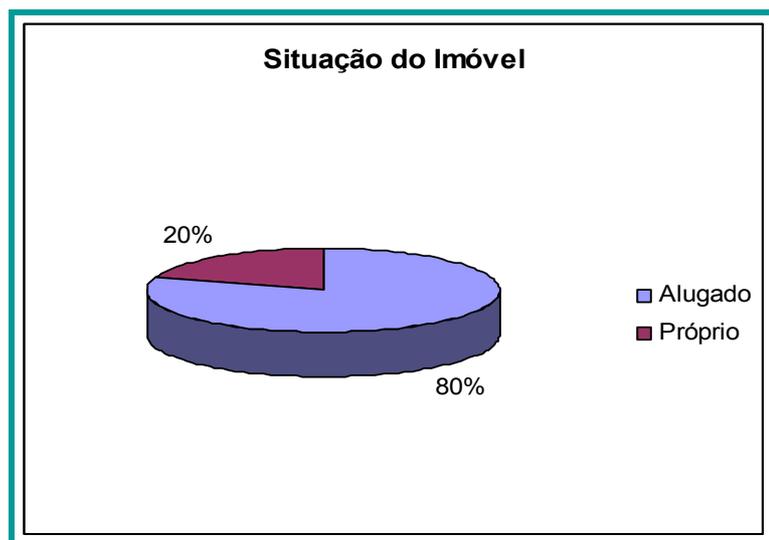


Gráfico 1: Situação do Imóvel - Comerciantes

Assim como os primeiros equipamentos urbanos em São Carlos, surgiram nas margens do Córrego do Gregório, a área comercial também se desenvolveu em suas proximidades. Com isso, ainda foi possível encontrar comerciantes “antigos”, que estão no local há muitos anos, dando continuidade a profissão dos pais, avós e bisavós. Dos entrevistados, todos mantêm suas lojas no local há mais de um ano, variando de um a mais de 15 anos (Gráfico 2 e 3).

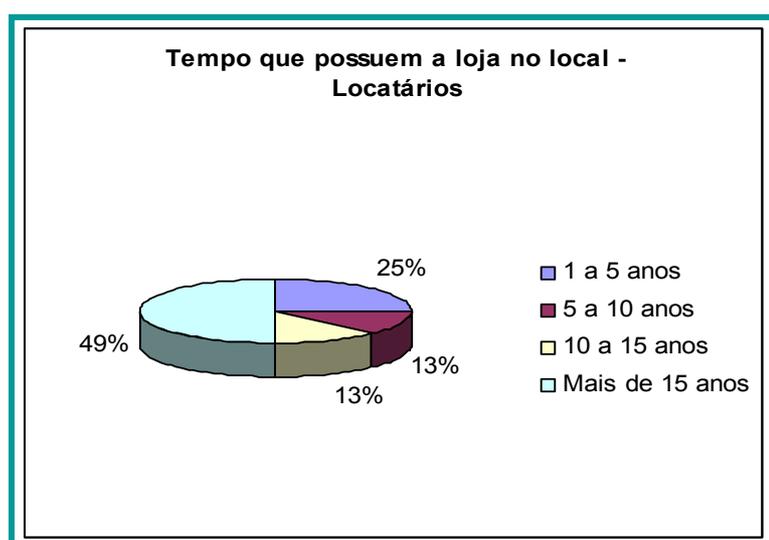


Gráfico 2: Tempo em que os comerciantes (locatários) estão na área de pesquisa



Gráfico 3: Tempo em que os comerciantes (proprietários) estão na área de pesquisa

Quando foram questionados a respeito dos prejuízos acarretados com as inundações, a maioria confirmou ter sofrido muitos prejuízos e afirmaram que já aconteceram várias vezes da água invadir o estabelecimento. Além disso, se mostraram inseguros (Gráfico 4) com esses problemas e relataram que dentre os prejuízos que já sofreram e ainda estão sujeitos a sofrer, os que se destacam são: a perda de mercadorias, estragos no imóvel em si – quando a água invade a loja – e, principalmente, os de ordem emocional e psicológico, como pode ser observado nos relatos abaixo:

“Os maiores prejuízos são a perda de mercadoria, insegurança, prejuízo emocional. Teve um dia, se não estou enganado, foi no dia 17 de maio de 1995, eu fui pra chácara e nem estava preocupado com isso aqui. Eu tinha comprado uma “Kombi” novinha e pedi pro meu irmão buscar na agência enquanto eu ia à chácara. Ele buscou e deixou o carro na porta da loja. Só sei que caiu uma chuva bem forte e isso aqui alagou tudo. A chuva foi tão pesada que a porta da loja da frente caiu e meu carro novo ficou cheio de lama”. (C5)

“Já sofremos bastante. A enchente provoca vários prejuízos, mas eu acho que o maior deles é o psicológico. Nesse local, as enchentes costumam ser muito bravas, então você fica traumatizado uns dias.

Lógico, tem também os prejuízos financeiros, que são grandes na maioria das vezes. (C10)

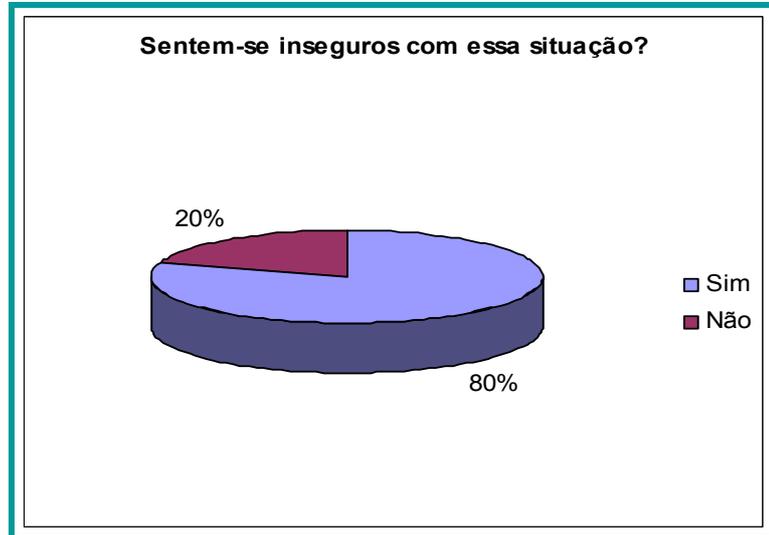


Gráfico 4: Opinião dos comerciantes sobre a insegurança com relação às inundações

O Gráfico 5 mostra que, dos comerciantes entrevistados, a maioria tem prejuízos com as inundações. Nas lojas mais afetadas, o menor nível que a água atingiu foi 10 centímetros e o maior foi 1 metro e 20 centímetros.

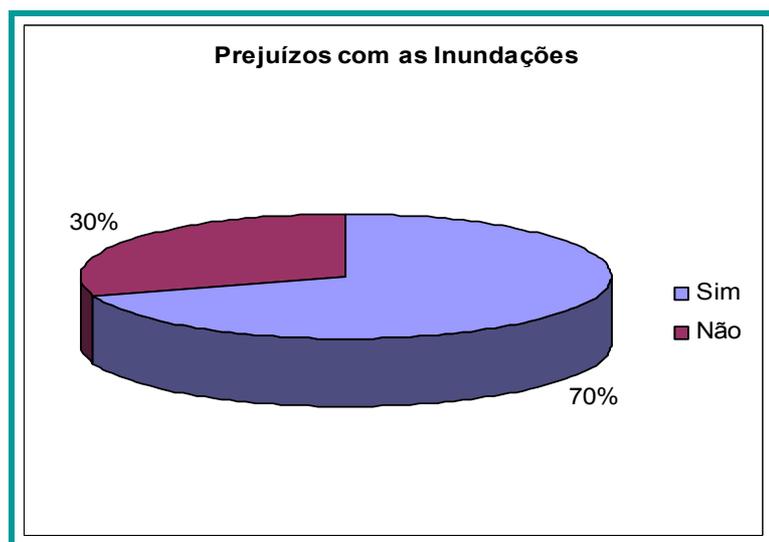


Gráfico 5: Prejuízos com as inundações - Comerciantes

Com relação à exclusão social temporária, apesar de, inicialmente, alguns comerciantes se mostrarem “assustados” com o termo, a maior parte dos entrevistados se consideraram excluídos temporariamente por causa das inundações e dos danos que estas acarretam (Gráfico 6). Afirmaram se sentirem reféns dessa situação, incapazes de fazer qualquer coisa frente a um fenômeno da natureza. Para eles, a sensação de impotência prevalece nessas horas e a única coisa que podem fazer além de esperar a água abaixar, é tentar salvar alguma mercadoria; isso quando dá tempo:

“A gente fica refém dessa situação, não temos o que fazer; só esperar pra ver se alguém resolve fazer alguma coisa pra ajudar, se é que tem alguma coisa que pode ser feita. Pelo o que passaram pra gente (Engenheiros da Prefeitura, etc), não há muito que fazer aqui. Isso aqui é muito complicado”. (C2)

“Nossa loja está localizada numa área de grande risco, estamos na porta do problema e ele pode acontecer a qualquer momento, não podemos fazer nada”. (C9)

“Somos afetados diretamente. Já aconteceu da minha loja estar cheia d’água e as lojas da outra rua não estarem. Nessa hora, você se sente muito excluído, não tenha dúvidas”. (C10)

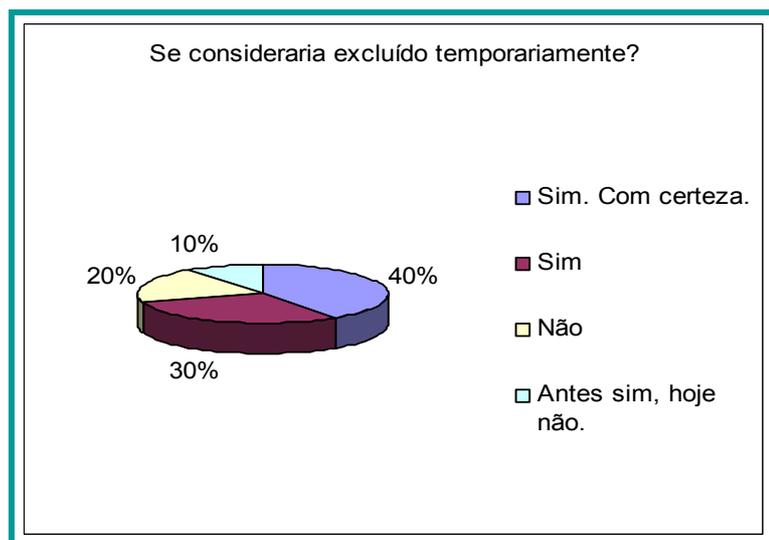


Gráfico 6: Opinião dos comerciantes quanto a condição de exclusão social temporária.

No que se refere às possíveis causas da ocorrência de inundações na região central de São Carlos, os comerciantes tiveram opiniões diferentes. Das quatro alternativas de resposta sugeridas pela pesquisadora, apenas uma não foi escolhida - isoladamente - pelos comerciantes: a falta de uma intervenção adequada da prefeitura. As outras opções foram escolhidas como pode ser observado no Gráfico 7.

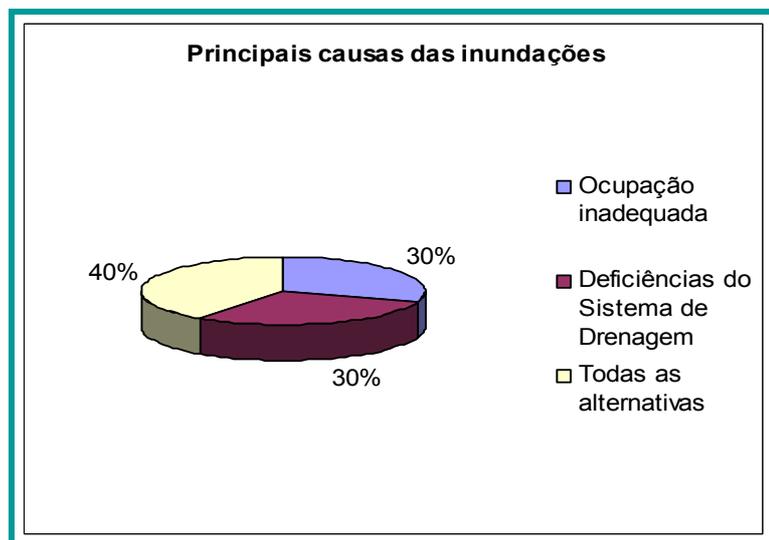


Gráfico 7: Principais causas das Inundações para os comerciantes

Em entrevista, afirmaram:

“É um pouco de cada, porque isso aqui já começou errado; o centro se localiza numa área de córrego, isso aqui, na verdade, é um brejo e, além disso, tem o descaso dos governantes anteriores e até dos de hoje, de quererem realmente resolver. Eles têm... A gente chama de tratamento paliativo; dá uma mexidinha em alguma coisa, dá uma limpada, mas não chega nunca a 100% de solução. Eu, particularmente, não sei se existe essa possibilidade de solucionar 100%.”. (C2)

“Todo lugar que tem brejo, a tendência é encher. Aqui, a ocupação começou errada. Hoje em dia, ninguém mais tem quintal, é tudo cimentado. Antes as pessoas mantinham uma hortinha, hoje não, constroem cômodos para alugar e isso faz com que a água infiltre menos na terra e ela tem que escoar e vai sempre para os pontos mais baixos”. (C4).

“Tudo que você tira do rio ou do mar, ele vem buscar um dia. Aqui o problema principal é a ocupação inadequada. Se você estudar como começou e como está hoje, você vai perceber que a coisa só veio crescendo porque essa é a lógica da natureza. Você a fere e ela aos poucos vai te cobrando. Com o tempo, as dificuldades vão ficando maiores; hoje nós temos oitenta centímetros de água que entra aqui na loja, há cinco, seis anos atrás eram sessenta centímetros, há dez anos atrás eram quarenta centímetros. A cidade está crescendo, São Carlos é um funil, daqui a dez anos, sabe Deus o que acontecerá aqui”. (C10)

Com o passar dos anos, muitas obras foram realizadas nas proximidades do Córrego do Gregório, tanto em suas margens quanto na canalização em si. Foi solicitado na entrevista que os comerciantes, dentro de seus conhecimentos particulares, atribuíssem um conceito para as obras realizadas pela Prefeitura Municipal. Os conceitos eram: A (ótimo), B (muito bom), C (bom), D (regular), E (insuficiente);

O Gráfico 8, mostra os conceitos mais votados:

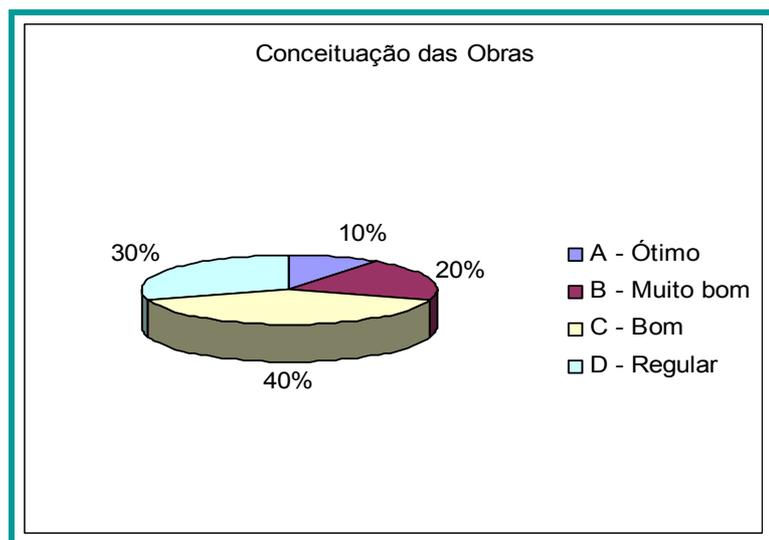


Gráfico 8: Conceitos atribuídos pelos comerciantes às obras realizadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos.

Dois comerciantes fizeram questão de justificarem suas afirmativas:

“Não é uma obra boa. Obra boa custa dinheiro e, nesse caso, é um dinheiro que vai ficar debaixo da terra e o que fica debaixo da terra, politicamente não serve. Esse é o maior problema. Diferente de fazer uma praça bonita que todos vão ver e é isso que traz votos. Político nenhum vai priorizar obras que não geram votos, que não aparecem”. (C4)

“Vou explicar porque marquei A: Até hoje não teve nenhum Prefeito, aliás, minto, teve o Prefeito anterior que até fez a canalização do Tijuco Preto, só que ela não provocava muitos danos, enchentes. Aqui, esse último Prefeito foi o único que teve coragem realmente de mexer aqui, pouco, mas mexeu. Pra quem não tem nada, um grão de arroz já é bom, não é? Lógico que o cronograma de obras aqui é muito grande. Pra ter uma idéia, foi gasto aqui até agora, seiscentos mil reais. “O cronograma completo dessa obra aí beira dez milhões de reais, até chegar ao SESC, então, falta muito”. (C10)

Outro questionamento feito aos comerciantes foi com relação aos seguros contra enchentes. Apenas três comerciantes afirmaram possuir seguro em suas lojas e dois deles

são locatários do imóvel. O “Comerciante 3” soube afirmar apenas que o seguro é do prédio, que possui várias lojas e que, por ter um valor de franquia, o seguro muitas vezes, não é coberto. Relatou não ter conhecimento de qual é a seguradora, já que o responsável pela aquisição do seguro é o proprietário do prédio. Já o “Comerciante 7” afirmou ser responsável pelo seguro, feito por um banco comercial. O “Comerciante 8” apenas confirmou que possuem seguro contra enchente e que este é feito pela seguradora marítima.

Para finalizar a entrevista, a pesquisadora perguntou aos comerciantes se gostariam de fazer alguma crítica ou dar sugestões a respeito da pesquisa na qual estavam contribuindo diretamente. Alguns preferiram não opinar, outros deram sugestões sobre as obras que poderiam ser feitas na área, ressaltaram a importância da realização de pesquisas que abordem o problema das inundações na região central e acreditam poder encontrar nelas, uma forma de apoio; Além disso, aproveitaram para falar a respeito de suas inquietações com relação ao poder público:

“Acho a pesquisa interessante e acredito que quanto mais se tocar no assunto, melhor. Na verdade, isso aqui é muito falado em época de eleição e depois, fica esquecido. A população, de modo geral, de poder igual a zero com relação às ações da Prefeitura, a não ser que seja conveniente pra eles. (C2)

“Acho que toda pesquisa é válida, ela tem que ter um fundamento, certo? Espero que essa pesquisa possa contribuir para mudar alguma coisa. Eu não acredito que mude e se mudar não vai ser pra já, mas acredito que é um caminho. O povo, os comerciantes não têm voz ativa junto aos órgãos públicos. (C4)

“Acho muito importante essa interação da Universidade com a comunidade por meio da pesquisa. Queria ressaltar que esse é o primeiro trabalho, que tenho conhecimento, que se preocupa com nós, comerciantes”. (C6)

Mediante esses relatos, é evidente a contradição verificada. Ao analisar os dados obtidos com a entrevista, 70% afirmaram que tiveram prejuízos, se consideram excluídos temporariamente, 80% se sentem inseguros e ainda assim, 40% consideraram boas as obras realizadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos. Apesar disso, insistem em manter suas lojas no local e descartam a idéia de saírem dali. Em entrevista, alguns até se mostraram irritados quando questionados a respeito de uma possível mudança de localização de seus estabelecimentos comerciais.

Isso posto, constata-se que a entrevista realizada com os comerciantes obteve resultados satisfatórios, tendo em vista que a contribuição deles foi de grande relevância para desenvolvimento da presente pesquisa. Seguem-se os quadros-síntese das informações apuradas (Quadros 4, 5, 6 e 7).

Quadro 4: Síntese da entrevista com os comerciantes (Parte 1)

Comerciantes	Situação do Imóvel	Tempo de localização do estabelecimento na área	Prejuízos com inundações	A água já invadiu a loja? Em que nível chegou?
C1	Próprio	Mais de 15 anos	Não teve.	Sim. Sobe aproximadamente 10 centímetros.
C2	Alugado	De 1 a 5 anos	Perda de mercadorias	Sim, sempre invade. Já subiu uns 30 centímetros, aprox..
C3	Alugado	De 1 a 5 anos	A água invadiu a loja; Danificou produtos.	Sim. Subiu quase 50 centímetros.
C4	Alugado	Mais de 15 anos	Perda de mercadorias	Sim, sempre. Já subiu 50 centímetros acima do piso da loja; praticamente 1 metro em relação à calçada.
C5	Alugado	Mais de 15 anos	- Perda de mercadorias; - Insegurança; - Prejuízo emocional.	Sim. Já subiu uns 60 centímetros.
C6	Alugado	De 5 a 10 anos	- Perda de mercadorias; - Prejuízos com a loja: - A vitrine estourou, inundou tudo.	Sim. Já subiu uns 20 centímetros ou mais.
C7	Alugado	De 1 a 5 anos	Não teve.	Não chegou a invadir.
C8	Próprio	Mais de 15 anos	Perda de mercadorias e embalagens, etc.	Sim, todos os anos. Já chegou a subir 1 metro e 20 centímetros.
C9	Alugado	De 1 a 5 anos	Não teve.	Não chegou a invadir.
C10	Alugado	De 10 a 15 anos	O prejuízo maior foi o psicológico.	Sim. Costuma subir de 60 a 80 centímetros.

Quadro 5: Síntese da entrevista com os comerciantes (Parte 2)

Comerciantes	Principal(ais) causa(s) das inundações	Conceituação das Obras realizadas	Medidas de proteção contra inundações	Seguro contra inundações
C1	- Ocupação inadequada; - Deficiências no SDU; - Falta de intervenção adequada da Prefeitura.	B - Muito bom.	- Placas de metal	Não possui.
C2	- Ocupação inadequada; - Deficiências no SDU; - Falta de intervenção adequada da Prefeitura.	C - Bom	- Placas de madeira revestidas com borracha	Não possui.
C3	- Ocupação inadequada; - Deficiências no SDU; - Falta de intervenção adequada da Prefeitura.	C - Bom	- Placas de madeira	Possui
C4	- Ocupação inadequada.	D - Regular	- Placas de madeira	Não possui.
C5	- Deficiências no SDU;	C - Bom	- Placas de madeira	Não possui.
C6	- Ocupação inadequada.	C - Bom	- Placas de madeira	Não possui.
C7	- Deficiências no SDU;	D - Regular	Não possui.	Possui
C8	- Ocupação inadequada; - Deficiências no SDU; - Falta de intervenção adequada da Prefeitura.	D - Regular	- Placas de madeira de navio	Possui
C9	- Deficiências no SDU;	B - Muito bom	Não possui.	Não possui.
C10	- Ocupação inadequada.	A - Ótimo	- Placas de madeira	Não possui.

Quadro 6: Síntese da entrevista com os comerciantes (Parte 3)

Comerciantes	Mediante aos prejuízos obtidos com as inundações, o Sr. se consideraria excluído temporariamente?	Comentários
C1	Antes sim, hoje não.	Depois que foi realizada essa última obra na porta do Mercado, melhorou muito a situação.
C2	Sim, com certeza.	A gente fica refém dessa situação, não temos o que fazer; só esperar pra ver se alguém resolve fazer alguma coisa pra ajudar, se é que tem alguma coisa que pode ser feita.
C3	Sim, com certeza.	-----
C4	Sim.	Não podemos fazer nada diante de um fenômeno natural como esse.
C5	Sim, com certeza.	A sensação de impotência diante de um fenômeno como esse, é grande demais.
C6	Sim, com certeza.	A gente não tem o que fazer, só rezar e tentar salvar as mercadorias que ficam nas partes baixas das estantes.
C7	Não.	----
C8	Não.	O que podemos fazer diante de um fenômeno da natureza?
C9	Sim.	A nossa loja está localizada numa área de grande risco, estamos na porta do problema e ele pode acontecer a qualquer momento, não podemos fazer nada.
C10	Se for do ponto de vista da inundação, antes ou após, sim.	Porque somos afetados diretamente. Já aconteceu da minha loja estar cheia d'água e as lojas da outra rua não estarem. Nessa hora, você se sente muito excluído, não tenha dúvidas.

Quadro 7: Síntese da entrevista com os comerciantes (Parte 4)

Comerciantes	Por que mantêm a loja nessa área?	Se sentem inseguros com essa situação?
C1	Porque o mercado é um lugar de grande movimento, sempre passam pessoas na porta da loja e com isso, sempre temos clientes e, conseqüentemente, lucros.	Não.
C2	Porque os lucros são maiores que os prejuízos e isso aqui é o coração do centro. As enchentes não são freqüentes a ponto de mudar minha idéia de manter a loja aqui.	Sim. Principalmente de madrugada quando ocorrem essas chuvas a partir de novembro até fevereiro, março. A gente não consegue nem dormir direito.
C3	Quando danifica uma mercadoria, você tem prejuízos e tem que vender com preço mais baixo. A área do comércio central é aqui em volta do Mercado. O movimento aqui é bom, sair seria pior.	Sim. A insegurança continua mesmo porque, apesar de não encher aqui, o Rio já chegou a transbordar, mesmo depois da última obra.
C4	Por ser uma área comercial. De repente, aqui os aluguéis são até mais baratos por causa das enchentes e, além disso, compensa manter a loja nessa área porque os lucros são bem maiores que os prejuízos.	Sim. O tempo fechou e começa a chover forte, a preocupação começa. A gente está em casa e tem que vir correndo pra loja tentar fazer alguma coisa, levantar as mercadorias, pra se o prejuízo é menor.
C5	Se o comercio não funcionar aqui, vai funcionar onde? Aqui é o lugar de comércio mais importante da cidade.	Sim. Principalmente de outubro até março, abril.
C6	Compensa manter a loja aqui. Na verdade, o prejuízo emocional é bem maior que o financeiro.	Sim.
C7	Porque é um ponto muito bom de comércio e no meu caso, não tenho problemas com as enchentes, apesar dela ocorrer na minha porta.	Não.
C8	Porque é um ponto muito bom de comércio, o imóvel é próprio e os lucros compensam.	Sim.
C9	Porque é um ponto bom de comércio, a loja fica na entrada do mercado, todo mundo que passa por aqui, a loja é bem visível e os lucros são bons.	Sim. A insegurança existe mais pelos clientes. Se começar a chover forte e tiver clientes na loja, eles ficam ilhados aqui, sem poder sair.
C10	Porque é uma área central, o fluxo de veículos e pessoas é grande. Tem a época do verão que enche, mas tem o resto do ano que não tem problema de enchente. A gente aposta nisso, é uma área central e compensa pelos lucros. Senão os comerciantes não estariam mais aqui.	Sim. Depois das últimas obras que foram feitas que melhorou um pouco; tudo que fizer para conter a enchente dá um resultado, pouco, mais dá. Nós ainda temos muitos problemas.

4.2.2. Grupo 2: Transeuntes

O primeiro questionamento realizado foi referente ao nível de escolaridade (Gráfico 9) do entrevistado para que fosse possível analisar as respostas tendo conhecimento do grau de instrução de cada um deles.

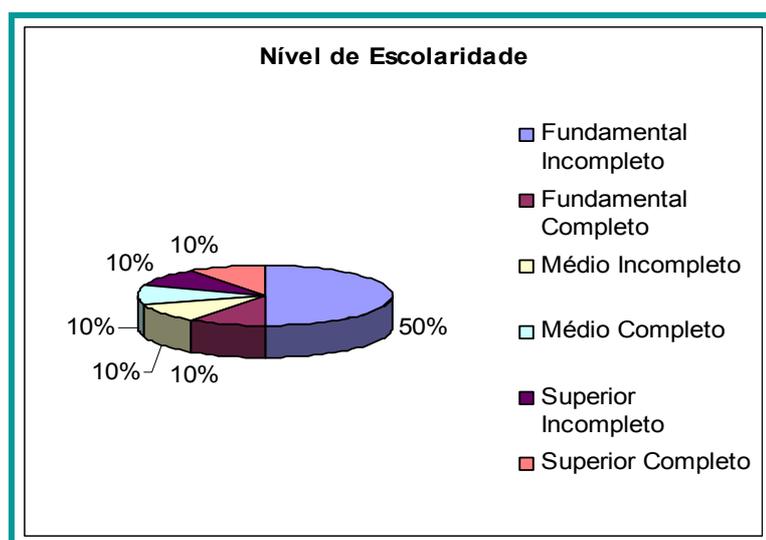


Gráfico 9: Nível de escolaridade dos entrevistados

Na entrevista, os questionamentos iniciais se basearam em informações referentes à proximidade de suas residências com relação à região central de São Carlos, a frequência com que vão ao centro, meio de transporte que utilizam e quais seriam os serviços mais procurados, isso com o objetivo de traçar um perfil desses entrevistados.

Assim, verificou-se que, de modo geral – com algumas exceções – as pessoas que freqüentam o centro de São Carlos, de acordo com a entrevista, não moram ou trabalham em suas proximidades, apesar de irem com frequência à área, o meio de transporte que mais utilizam é o ônibus, os serviços de que mais demandam são comércio e rede bancária e não tiveram, até o momento, problemas ou prejuízos devido às inundações. Apenas um entrevistado afirmou ter sido prejudicado, mas não com relação à perda de bens materiais ou coisas nesse sentido, mas pela incapacidade de locomoção.

Com relação à exclusão social temporária, dos dez entrevistados, cinco afirmaram que se considerariam excluídos, mesmo que temporariamente, caso enfrentassem alguma dificuldade ou tivessem algum prejuízo devido às inundações. Os outros cinco entrevistados discordaram desse fato.

No que se referem às possíveis causas da ocorrência de inundações na região central de São Carlos, apenas um entrevistado respondeu que todas alternativas de resposta traçadas pela pesquisadora estariam corretas. Os demais tiveram opiniões diferentes, como pode ser visto no Gráfico 10.

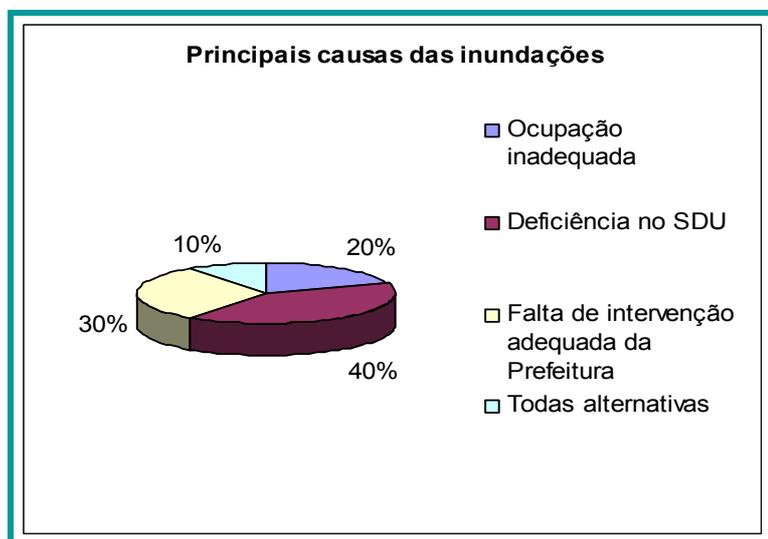


Gráfico 10: Principais causas das inundações para os Transeuntes

Quando foi solicitado que os entrevistados, dentro de seus conhecimentos particulares, atribuíssem um conceito para as obras realizadas pela Prefeitura Municipal, percebeu-se uma variedade de opiniões. Os conceitos mais votados foram: C - Bom; D - Regular; B - Muito bom e E - Insuficiente (Gráfico 11).

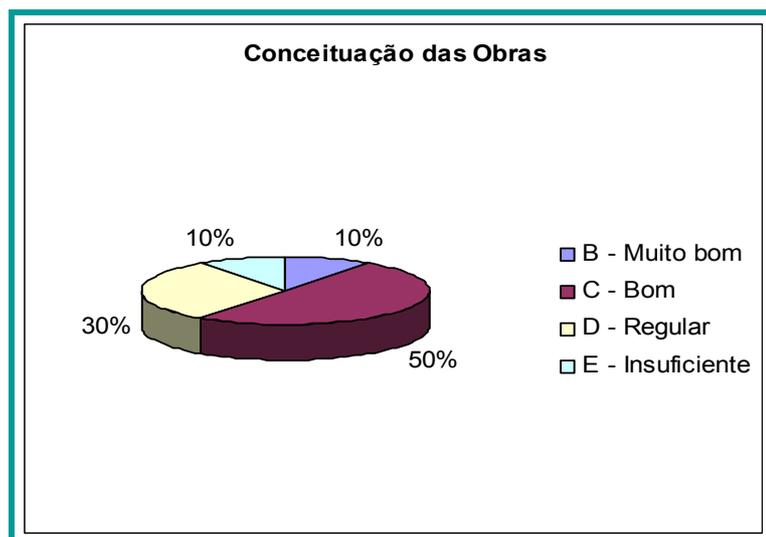


Gráfico 11: Conceitos atribuídos pelos transeuntes às obras realizadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos.

Apesar das dificuldades encontradas na realização das entrevistas com os transeuntes, o resultado verificado foi relevante para a pesquisa. Pode-se constatar que, apesar de alguns entrevistados concordarem com a questão da exclusão social temporária, este fato não os define como excluídos temporários porque eles têm a possibilidade de escapar do problema, o que não ocorre com os comerciantes.

Foi possível perceber, durante as visitas realizadas na área de pesquisa, as diversas reações das pessoas frente à “ameaça” da chuva. Num determinado momento, enquanto entrevistava um comerciante, estava armando muita chuva, com nuvens carregadas e o entrevistado alertou sobre o perigo da inundação que poderia ocorrer e pediu para observar a reação das pessoas. Percebeu-se que num prazo de, no máximo, dez minutos, já não haviam mais carros parados nas proximidades da loja. As pessoas logo iam saindo do local, porque estavam cientes do problema ao qual estariam sujeitas a enfrentar se continuassem ali. Nesse sentido, percebe-se que a forma indireta da exclusão temporária pode ocorrer, mas em pequenas e quase inéditas ocasiões.

Seguem-se os quadros-síntese das informações apuradas (Quadros 8 e 9).

Quadro 8: Síntese da entrevista com os transeuntes (Parte 1)

Transeuntes	Nível de Escolaridade	Mora ou trabalha nas proximidades do Centro de São Carlos?	Bairro em que reside	Vem com frequência ao centro?	Meio de transporte que utiliza	Principais Serviços buscados	Já teve algum prejuízo ou problema com as inundações?
T1	Fundamental incompleto	Não	Redenção	Sim	Ônibus Bicicleta	Comércio	Não
T2	Fundamental incompleto	Sim	Vila Prado	Sim	Ônibus A pé	Comércio Rede Bancária	Não
T3	Fundamental completo	Não	Jardim Paulistano	Sim	Carro	Rede Bancária	Não
T4	Superior incompleto	Sim	Vila Prado	Não	Ônibus	Rede Bancária	Sim
T5	Fundamental incompleto	Não	Água Vermelha	Não	Ônibus	Comércio Rede Bancária	Não
T6	Fundamental incompleto	Sim. Trabalho.	Botafogo	Sim	Carro	Rede Bancária Trabalho	Não
T7	Médio incompleto	Sim. Trabalho	Botafogo	Sim	Carro	Comércio Rede Bancária Trabalho	Não
T8	Médio completo	Não	Vila Costa do Sol	Sim	Ônibus	Comércio Rede Bancária	Não
T9	Superior Completo	Não	Cidade Jardim	Não	Ônibus Carro	Comércio Rede Bancária	Não
T10	Fundamental incompleto	Não	Parque A. Schimidt	Não	Ônibus	Comércio Rede Bancária	Não

Quadro 9: Síntese da entrevista com os transeuntes (Parte 2)

Transeuntes	Mediante aos prejuízos obtidos com as inundações, o Sr. se consideraria excluído temporariamente? Por quê?	Principal (ais) causa(s) das inundações	Conceituação das Obras realizadas
T1	Sim. Porque não tem o que fazer. A força da natureza é muito maior que a nossa.	- Deficiências no SDU;	D - Regular
T2	Sim. Muitas vezes a gente demora tanto para conseguir alguma coisa e de repente a enchente leva tudo. A única coisa que a gente pode fazer é tentar se proteger.	- Falta de intervenção adequada da Prefeitura.	C - Bom
T3	Sim. Você não tem o que fazer. Ou você vai para um lugar alto pra se proteger ou corre risco também.	- Deficiências no SDU;	C - Bom
T4	Sim. É uma situação complicada. A gente se sente como se estivesse preso, sem poder se mover.	- Ocupação inadequada;	C - Bom
T5	Não.	- Deficiências no SDU;	B - Muito bom
T6	Não.	- Falta de intervenção adequada da Prefeitura.	E - Insuficiente
T7	Não.	- Falta de intervenção adequada da Prefeitura.	D - Regular
T8	Não.	- Deficiências no SDU;	C - Bom
T9	Sim. Qualquer prejuízo que possa vir a ter seja emocional ou financeiro é motivo suficiente para nos sentirmos excluídos.	- Ocupação inadequada;	C - Bom
T10	Não.	- Ocupação inadequada; - Deficiências no SDU; - Falta de intervenção adequada da Prefeitura.	D - Regular

4.2.3. Grupo 3: Pesquisadores

A entrevista realizada com os pesquisadores foi diferenciada das demais por ser constituída de questões abertas, de tabulação um pouco mais complicada, mas dados mais precisos e detalhados.

O primeiro questionamento realizado foi referente à linha ou linhas de pesquisa as quais os pesquisadores estariam trabalhando atualmente, com o objetivo de avaliar a percepção do pesquisador em relação ao debate proposto. Foram entrevistados: engenheiros, arquitetos, químicos, economistas e sociólogos; no entanto, foi possível perceber uma inter-relação entre as linhas pesquisas mencionadas. Questões referentes aos impactos ambientais, à drenagem urbana, inundações e a sustentabilidade urbana, foram as mais se destacaram.

Dando continuidade aos questionamentos, foi colocado para os pesquisadores o problema das inundações que ocorrem no centro da cidade de São Carlos e a dificuldade se encontrarem soluções realmente eficazes para o fato em questão. O questionamento feito pela pesquisadora foi referente às pesquisas científicas, ou seja, se existiria a possibilidade de encontrar possíveis soluções com a realização das mesmas. As respostas podem ser observadas no Gráfico 12.

Sabe-se que muitas obras foram realizadas nas proximidades do Córrego do Gregório, tanto em suas margens quanto na canalização em si. Algumas obtiveram bons resultados e outras, nem tanto. Foi solicitado aos pesquisadores que conceituassem as obras realizadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos até então. Os conceitos eram: A (ótimo), B (muito bom), C (bom), D (regular) e E (insuficiente). O Gráfico 13 mostra os conceitos mais “votados” pelos pesquisadores.

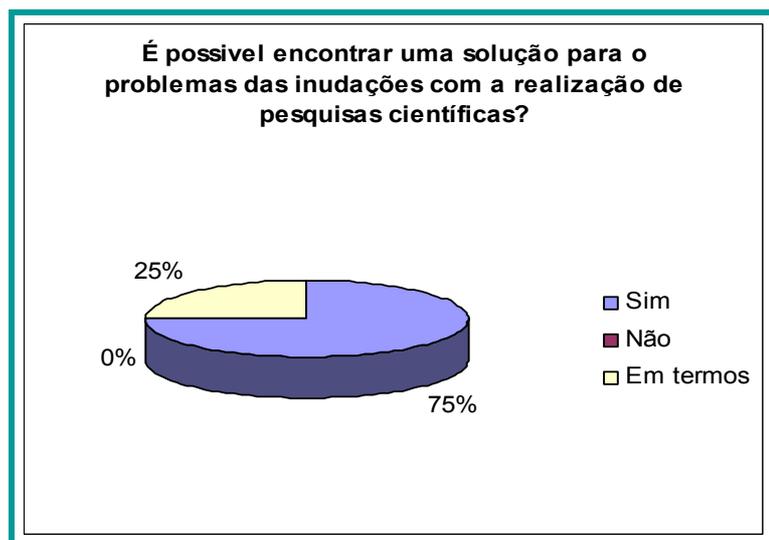


Gráfico 12: Possibilidade de encontrarem-se soluções para o problema das inundações no centro de São Carlos com a realização de pesquisas científicas.

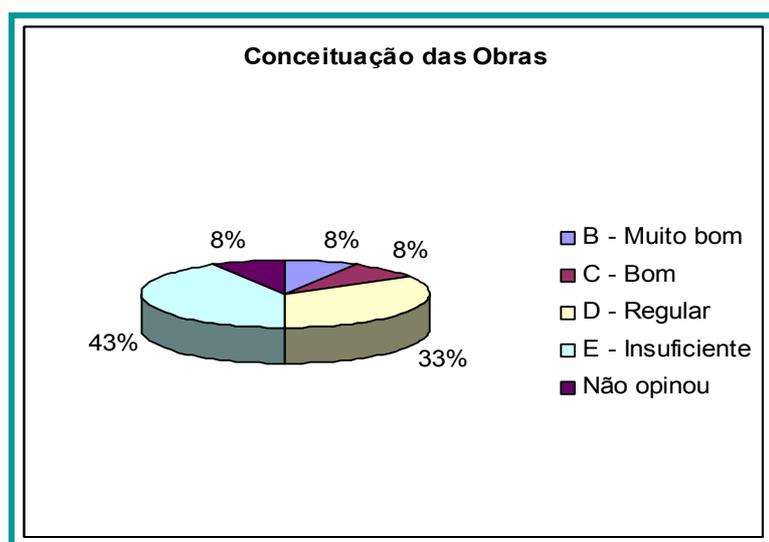


Gráfico 13: Conceitos atribuídos às obras realizadas pela Prefeitura Municipal pelos pesquisadores.

Com relação as principais causas das inundações ocorridas na região central da São Carlos, os pesquisadores foram unânimes ao escolherem uma das opções definidas pela pesquisadora, mas não teceram maiores comentários sobre a opção selecionada. Para todos os entrevistados, a grande causa desses problemas é a ocupação inadequada da área.

Voltando ao assunto referente às pesquisas científicas, sabe-se que muitas pesquisas foram e estão sendo realizadas tendo como objeto empírico a Bacia do Córrego do Gregório, abrangendo diversas áreas de conhecimento. Entretanto, percebe-se que, na maioria dos casos, essas pesquisas não são utilizadas para subsidiar possíveis intervenções na área por parte da Prefeitura Municipal. Ao serem indagados sobre o assunto, os pesquisadores relatam diversas questões sobre o assunto:

- Desconhecimento por parte da Prefeitura;
- Não participação dos pesquisadores na vida da cidade;
- Falta de ações que transformem resultados acadêmicos em produtos a serem aplicados na prática;
- Falta de parceria da Prefeitura com as Universidades;
- Falta de estudos mais abrangentes, entre outros.

Apoiando essas idéias, alguns pesquisadores afirmaram:

“Acho que existe um histórico de falta de diálogo entre as entidades de pesquisa e o setor público, principalmente devido à falta de vontade política”. (P2)

As pesquisas “ficam escondidas nas paginas dos relatórios técnicos”. E não são utilizadas “por causa do orgulho de ambas as partes; pela transferência ineficiente de tecnologia / conhecimento do pesquisador ao agente público; por politicagem”. (P6)

“Fundamentalmente, porque não há ainda uma estrutura legal e consolidada através de um estatuto que tenha como objetivo a transferência imediata dos conhecimentos das pesquisas para os formadores de opinião e tomadores de decisão em políticas públicas; ao mesmo tempo, não existe um Fundo Municipal de Recursos Hídricos nem um Plano Municipal de Águas Urbanas, que seja contemplado com metas e ações prioritárias no curto, médio e longo prazo, que possam influenciar na cobrança pelo uso - adequado ou não - dos recursos hídricos urbanos, especialmente relativos com inundações urbanas”. (P8)

“Por que o próprio organismo público (prefeitura) não tem interesse político em solucionar o problema e sim manter da forma que está, com medidas paliativas e às vezes até minimizar o impacto causado, mas utilizando como barganha eleitoral”. (P12)

Na seqüência, os pesquisadores foram “provocados” com relação à credibilidade ou a falta de credibilidade por parte da Prefeitura para com eles e com as pesquisas científicas que realizam. As respostas, de modo geral, podem ser observadas através do Gráfico 14.

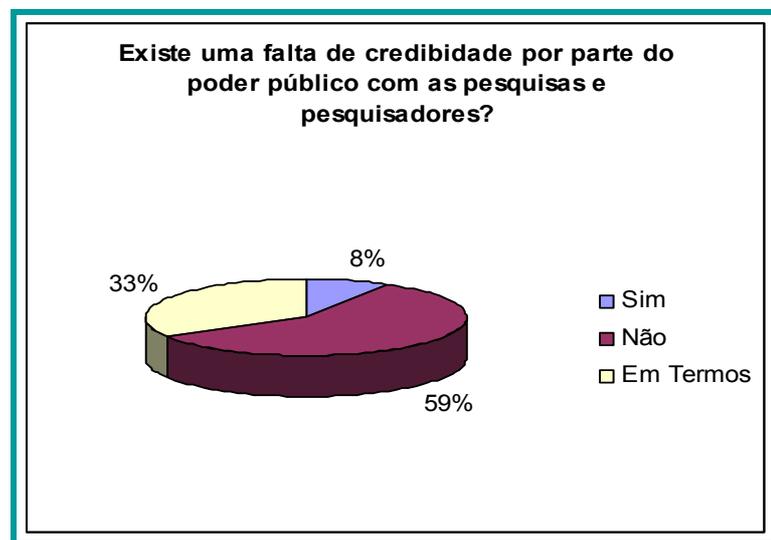


Gráfico 14: Opinião dos pesquisadores quanto à falta de credibilidade por parte do poder público para com eles e as pesquisas que realizam.

Ao que se refere a presente pesquisa, os entrevistados se mostraram favoráveis ao desenvolvimento da mesma e a maioria considerou o debate proposto pela pesquisadora, pertinente e de grande relevância.

Com relação à exclusão social temporária, os pesquisadores, em sua maioria, afirmaram que o tema é novidade e se mostraram favoráveis a essa discussão (Gráfico 15). Apoiando essa idéia, afirmaram:

“Entendo que é uma exclusão causada em função de um prejuízo causado por um evento. É caracterizada de temporária porque o indivíduo pode se recuperar, voltando à condição em que se encontrava

antes do evento, porém isso levará certo tempo. Sim, é um termo novo para mim”. (P3)

“Estou conhecendo o tema com sua pesquisa. Entendo que é um tipo de exclusão social que atinge um determinado grupo em diferentes momentos, causa de fenômenos temporários, não uma exclusão constante. Acho que o termo mais adequado é “exclusão temporária”, pois tirando o termo “social”, desvincula dos aspectos sociológicos e seus fatores como renda, educação, etc.”. (P5)

“Entendo o que seja exclusão social. O termo exclusão social temporária me é desconhecido como termo técnico. Creio que exclusão social temporária seja algo próximo à “impacto sócio-econômico” causado por algum evento inesperado / ocasional”. (P6)

“A exclusão social é um termo conhecido e bastante debatido, já a exclusão social temporária é um termo novo para mim, e como é algo temporário então a exclusão social cujo título da pesquisa se refere é por um determinado período de tempo”. (P9)

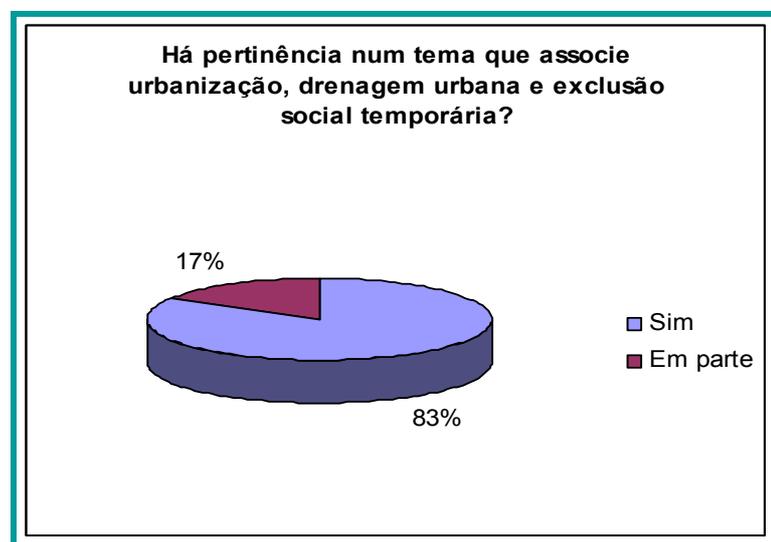


Gráfico 15: Opinião dos pesquisadores quanto à pertinência do tema da pesquisa

Ao que refere ao fato de que a “vítima” da exclusão social temporária não seja necessariamente pobre, os pesquisadores também concordaram, em sua maioria com essa

questão, já que o tipo de exclusão tratada nessa pesquisa pode atingir qualquer pessoa que esteja no local durante a inundação. Em entrevista, alguns pesquisados salientaram:

“Concordo, embora os números pareçam indicar que os pobres constituem a maioria (ou então, o efeito da exclusão sobre eles é mais acentuado). Isto me induz a pensar que a exclusão não pode ser abordada apenas em termos quantitativos (número de excluídos), mas também qualitativos (grau de exclusão: no caso da exclusão temporária, P.ex., duração da mesma)”. (P1)

“As pessoas que utilizam o centro de São Carlos, por exemplo, são vítimas da exclusão temporária em dias de enchente. Pelo centro circulam pessoas de diferentes classes sociais, com objetivos distintos”. (P4)

“No Brasil, é fundamentalmente o de menor recurso a vítima sempre. Nós também catalogamos os analfabetos ambientais, muitas vezes de alto poder econômico. Em certa forma é “um excluído social”, porque ele está “isolado” do resto. Se for assim a visão, vale. Não?” (P8)

“A velha exclusão social, atribuída a baixos níveis de renda e escolaridade, atingindo com mais frequência os migrantes, analfabetos, mulheres, famílias numerosas e a população negra, soma-se à chamada “nova exclusão social” que atinge segmentos até então relativamente preservados do processo de exclusão: jovens com elevada escolaridade, pessoas com mais de quarenta anos, homens não-negros e famílias mono parentais.”. (P9)

Quando indagados a respeito de considerar os comerciantes, moradores e transeuntes que vão ao centro em busca de serviços ou coisas afins como excluídos temporariamente pela ocorrência de inundações, eles também se mostraram, em sua maioria, de acordo com esse fato (Gráfico 16).

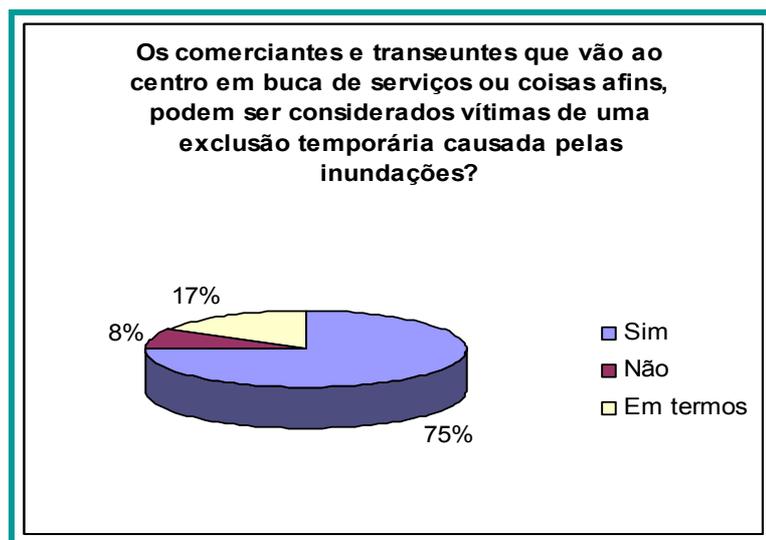


Gráfico 16: Opinião dos pesquisadores com relação as possíveis “vítimas” da exclusão social temporária causada pela ocorrência de inundações.

Nesse sentido, alguns pesquisadores justificaram suas respostas:

“Concordo. Porque os danos causados podem determinar uma exclusão social principalmente aos comerciantes. Por exemplo, a chance dos comerciantes serem afetados com grande magnitude é maior do que a de que os usuários dos serviços da região o sejam. Porém, é necessário considerar que todos podem ser afetados”. (P3)

“Sim. Porém, vítimas da “exclusão temporária”, ou algum outro termo parecido. Elas acabam sendo excluídas de receberem serviços ou de prestarem serviços, pois ficam impossibilitadas de trânsito e comércio”. (P5)

“Não concordo. Considero o termo exclusão social muito forte. Prefiro dizer que são vítimas de enchentes e que o município é bastante afetado por impactos sócio-econômicos decorrentes de enchentes no centro (baixada do mercado Municipal)”. (P6)

“Considero os moradores e comerciantes como excluídos temporários, porém quem vai ao centro, eu não considero, pois os últimos só estão sujeitos a essa exclusão se quiserem. Já os moradores e comerciantes, não têm escolha”. (P10)

Para finalizar a entrevista, a pesquisadora deu oportunidade para os pesquisadores de fazerem críticas e/ou darem sugestões sobre a pesquisa. Alguns preferiram não opinar, enquanto a maioria opinou e muito contribuíram na realização da presente pesquisa:

“Como arquiteta e urbanista, gostaria de ressaltar a importância do tema dessa pesquisa para o planejamento das cidades, principalmente porque são muitas as cidades brasileiras que têm as suas regiões de fundo de vale ocupadas inadequadamente e que sofrem com problemas relacionados à ocorrência de inundações”. (P2)

“Acho uma pesquisa relevante e inovadora e trata de um caso que merece atenção principalmente da gestão pública municipal. A sugestão é em relação ao termo utilizado, pois o “social” pode causar discórdia pelos sociólogos. Sugiro somente “exclusão temporária” ou algo parecido que qualifique o público ou a comunidade que fica restrita aos serviços oferecidos por aquele local devido às inundações e prejuízos que ali ocorrem”. (P5)

“Considero esta pesquisa muito útil para a pesquisa universitária em andamento, porém de pouca utilidade pública”. (P6)

As entrevistas realizadas com os pesquisadores foram de grande relevância para confirmar a credibilidade da presente pesquisa. Ao indagar pessoas com diferentes formações, opiniões, conhecimentos e experiências, têm-se a oportunidade de ter acesso a informações extremamente ricas para o desenvolvimento de um trabalho como esse – que buscou integrar em seu tema, três áreas de conhecimentos diferentes entre si. Seguem-se os quadros-síntese das informações apuradas (Quadros 10, 11 e 12).

Quadro 10: Síntese da entrevista com os Pesquisadores (Parte 1)

<u>Pesquisadores</u>	Linha (s) de Pesquisa	Acredita na possibilidade de se encontrar, através de pesquisas, soluções p/ o problema das inundações no centro de SC?	Conceituação das Obras realizadas	Principal causa das inundações
P1	- Sustentabilidade urbana e regional; - Resíduos sólidos urbanos.	Sim.	D - Regular	- Ocupação inadequada
P2	- Transporte urbano sustentável	Sim.	D - Regular	- Ocupação inadequada
P3	- Histórico de inundações urbanas	Sim.	E - Insuficiente	- Ocupação inadequada
P4	- Requalificação urbana e regional	Em parte.	D - Regular	- Ocupação inadequada
P5	- Planejamento e gestão do ambiente urbano e regional;	Sim.	E - Insuficiente	- Ocupação inadequada
P6	- Drenagem urbana; - Planejamento de recursos hídricos.	Mais pesquisas? Chega, não?	D - Regular	- Ocupação inadequada
P7	- Gestão de riscos	Sim.	E - Insuficiente	- Ocupação inadequada
P8	- Recursos hídricos urbanos.	Sim.	E - Insuficiente	- Ocupação inadequada
P9	- Drenagem urbana	Sim.	C - Bom	- Ocupação inadequada

P10	- Gerenciamento de resíduos químicos.	Sim.	B - Muito bom	- Ocupação inadequada
P11	- Sistemas hídricos urbanos	Em termos.	----	- Ocupação inadequada
P12	- Capacitação comunitária para mitigação de impactos de desastres ambientais; - Ssistemas de alerta antecipada.	Sim.	E - Insuficiente	- Ocupação inadequada

Quadro 11: Síntese da entrevista com os Pesquisadores (Parte 2)

<u>Pesquisadores</u>	Porque as pesquisas não são, na maioria das vezes, utilizadas para subsidiar intervenções da Prefeitura?	Considera que existe uma falta de credibilidade por parte do poder público com relação as pesquisas e pesquisadores?
P1	Desconhecimento por parte da Prefeitura, não participação dos pesquisadores na vida da cidade, falta de ações que transformem resultados acadêmicos e produtos a serem aplicados na prática.	Em parte, pois os resultados acadêmicos nem sempre têm aplicação imediata; falta esta etapa de transformar ciência em tecnologia; além disto, algumas pesquisas podem ser mesmo muito teóricas, e, de certa forma, descoladas da realidade.
P2	Acho que existe um histórico de falta de diálogo entre as entidades de pesquisa e o setor público, principalmente devido à falta de vontade política.	Acredito que não.
P3	Acredito que isso acontece porque, em geral, as realidades da academia e da administração pública são muito distintas, e falta interação entre elas para buscar objetivos comuns.	Acredito que o principal motivo é a falta de preocupação dos pesquisadores em desenvolver pesquisas que possam ser de fato aplicadas, o que acaba gerando falta de credibilidade por parte do poder público.
P4	Muitas vezes não há um diálogo entre a Prefeitura e a Universidade com intuito de trocas de conhecimento, levantamento, propostas, etc.	Não acredito na falta de credibilidade, mas sim na falta de diálogo e interesse mútuo. Além disso, certos projetos do poder público já são feitos com intuito de serem destinados a empresas privadas.
P5	Porque a prefeitura não faz parcerias com as universidades para encontrar uma solução cabível (tecnicamente e economicamente) para os problemas, por meio da pesquisa e da atuação de técnicos capacitados.	Não.
P6	(1) As pesquisas ficam escondidas nas paginas dos relatórios técnicos.(2) Por causa do orgulho de ambas as partes; pela transferência ineficiente de tecnologia / conhecimento do pesquisador ao agente público; por politicagem.	Pouco provável.

P7	Devido à falta de pesquisadores e estudos mais abrangentes e não apenas através de obras estruturais se resolva o problema.	Exato.
P8	Fundamentalmente, porque não há ainda uma estrutura legal e consolidada através de um estatuto que tenha como objetivo a “transferência” imediata dos conhecimentos das pesquisas para os formadores de opinião e tomadores de decisão em políticas públicas;	Não.
P9	Muitas destas pesquisas ficam arquivadas em prateleiras de Bibliotecas e quando ocorre o interesse por alguma delas, o problema maior é a falta de recursos financeiros para que possam ser colocadas em prática.	A credibilidade das pesquisas e pesquisadores é um fator muito importante para a aceitação e aplicação, pois sendo o problema maior recursos financeiros, os poder público não vai investir em projetos que não lhe garantam uma segurança.
P10	Acredito que estas pesquisas deveriam ser mais acessíveis ao conhecimento do cidadão, pois o poder público tem conhecimento dessas pesquisas, mas aproveita muito pouco.	Não, acredito que é falta de vontade do poder público.
P11	Geralmente o que é produzido é publicado e, aos pesquisadores, seria interessante a implementação. Parece haver um descompasso entre academia e empresa pública ou privada e as razões são diversas: políticas, técnicas e etc.	Não creio que seja isto... Acho que estão envolvidas questões como o controle sobre a coisa, capacitação etc.
P12	Por que o próprio organismo publico (prefeitura) não tem interesse político em solucionar o problema e sim manter da forma que esta com paliativos e as vezes ate minimizar o impacto causado, mas utilizando como barganha eleitoral.	Não. Acredito que seja o contrario que os pesquisadores têm todo interesse em solucionar o problema que é o contrario que os administradores públicos querem.

Quadro 12: Síntese da entrevista com os Pesquisadores (Parte 3)

<u>Pesquisadores</u>	O que entende por exclusão social temporária? O termo é novidade para o Sr(a)?	Consideraria os comerciantes, moradores e qualquer pessoa que vai ao centro em busca de serviços, vítimas da exclusão temporária causada pelas inundações? Por que?
P1	Sim, é um termo novo e não conheço bem sua fundamentação para considerá-lo ou não um termo adequado.	Sim. Porque ficam privados de um ou mais direitos básicos de cidadania (ainda que temporariamente).
P2	Considero a exclusão social temporária um tipo de exclusão social que atinge uma dada parcela da população somente por determinados períodos de tempo.	Sim. Porque têm algum aspecto de suas vidas prejudicado pelas inundações, sendo assim impossibilitadas de realizar as atividades do seu cotidiano.
P3	Entendo que é uma exclusão causada em função de um prejuízo causado por um evento. É caracterizada de temporária porque o indivíduo pode se recuperar, voltando à condição em que se encontrava antes do evento, porém isso levará um certo tempo. Sim, é um termo novo para mim.	Sim. Porque os danos causados podem determinar uma exclusão social principalmente aos comerciantes. Por exemplo, a chance dos comerciantes serem afetados com grande magnitude é maior do que a de que os usuários dos serviços da região o sejam. Porém, é necessário considerar que todos podem ser afetados.
P4	Entendo que seja uma exclusão que ocorra em um determinado período de tempo (não contínuo), devido a um determinado fator. Exemplo: enchentes.	Sim. Porque todas as pessoas, independente da classe social, circulam pelos espaços públicos e locais das enchentes no centro de São Carlos.
P5	Estou conhecendo o tema com sua pesquisa. Entendo que é um tipo de exclusão social que atinge um determinado grupo em diferentes momentos, causa de fenômenos temporários, não uma exclusão constante.	Sim. Porém, vítimas da “exclusão temporária”, ou algum outro termo parecido. Elas acabam sendo excluídas de receberem serviços ou de prestarem serviços, pois ficam impossibilitadas de trânsito e comércio.
P6	Entendo o que seja exclusão social. O termo “exclusão social temporária” me é desconhecido como termo técnico. Creio que “exclusão social temporária” seja algo próximo à “impacto sócio-econômico” causado por algum evento inesperado / ocasional.	Não. Considero o termo exclusão social muito forte (exagerado). Prefiro dizer que são vítimas de enchentes e que o município é bastante afetado por impactos sócio-econômicos decorrentes de enchentes no centro (baixada do mercado Municipal).
P7	Perdas financeiras decorrentes da inundação. Criei um modelo de seguros contra enchentes que possibilita a	Sim. Devido a toda vez que ocorre chuva forte tem inundação e conseqüentemente perdas financeiras.

	melhoria através da transferência de riscos aliada ao Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas.	
P8	Não é novidade. Nós temos um termo chamado “flood poverty cycle” , que nada mais é que o ciclo vicioso de pobreza que se cria por falta de gestão de risco de inundações.	Acho que eles são vítimas de exclusão SOCIO-AMBIENTAL TEMPORÁRIA
P9	A exclusão social é um termo conhecido e bastante debatido, já a exclusão social temporária é um termo novo para mim, e como é algo temporário então a exclusão social cujo título da pesquisa se refere é por um determinado período de tempo.	Sim. A inundação ocorre em um determinado período do ano dependendo da região considerada, então a consequência que as vítimas deste acontecimento sofrem é a exclusão social temporária.
P10	Esse termo é novidade, mas acredito que essa exclusão temporária é causada por um fator, ou fatores, com começo e fim determinados.	Sim. Considero os moradores e comerciantes como excluídos temporários, porém quem vai ao centro, eu não considero, pois os últimos só estão sujeitos a essa exclusão se quiserem. Já os moradores e comerciante, não tem escolha.
P11	Excluir é eliminar, por exemplo, a pobreza exclui segmentos sociais do acesso à saúde, à escola, ao lazer etc., você acresce o termo temporária e o aplica a outra causa. Já tinha ouvido falar.	Sim. Mas depende de definições sobre a questão, para poder-se responder.
P12	Exclusão circunstancial de pessoas, marginalizando de bens, serviços e qualidade de vida, por circunstâncias, que pode ser dependentes do espaço geográfico e do tempo. Não é novo para min, pois o EIRD / ONU já tratava do tema desde 1988.	Sim. Qualquer um deles estaria diretamente afetado por uma inundação, como e publico no caso do Córrego Gregório na região do mercado municipal.

4.2.4. Grupo 4: Representante da Prefeitura Municipal de São Carlos

Como foi explicado na metodologia, o questionário foi aplicado para um representante dos Engenheiros da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. O funcionário atualmente ocupa o cargo de diretor de obras públicas e é contratado pela Prefeitura Municipal de São Carlos.

A aplicação da entrevista foi bastante tranqüila, sem maiores dificuldades e os resultados obtidos foram satisfatórios, embora o objetivo da pesquisadora fosse entrevistar um funcionário “antigo” que pudesse relatar fatos ocorridos no período ao qual foi delimitada a presente pesquisa.

Entrando no assunto da pesquisa em si, o primeiro questionamento apresentado ao entrevistado foi referente às inundações ocorridas na região central da cidade de São Carlos, nas proximidades do mercado municipal. De acordo com o Engenheiro, após a realização das últimas obras – Ponte da Rua Alexandrina e aumento da vazão do Córrego do Gregório com intervenção na canalização – as inundações melhoraram bastante. Já não há relatos de problemas tão sérios como acontecia anteriormente. Para o entrevistado, o problema maior, atualmente, está no trecho em as Ruas São Joaquim e Dona Alexandrina e ressalta que, o escoamento superficial é um fator agravante.

As medidas aplicadas pela Prefeitura Municipal para amenizar as inundações, no período da pesquisa (1995-2005), foram estruturais, envolvendo intervenções na canalização, pontes, entre outras. Para esse ano de 2006, será realizada outra intervenção na canalização do Córrego do Gregório: no trecho da Rua José Bonifácio, onde hoje, tem uma rotatória, vai ser construída uma ponte. Esse trecho está com problema de fuga de solo.

Com relação à participação da população nas intervenções realizadas pela Prefeitura, o entrevistado informou que estes mais atrapalham do que ajudam e citou um caso ocorrido em 2005, também mencionado por alguns comerciantes. Nesse ano, tinha

saído uma licitação para realização de uma obra no canal do Córrego do Gregório, interligando o Córrego Simeão à ponte da Rua José Bonifácio. Esse trecho seria reconstruído, mas os comerciantes impediram a realização da obra, alegando que seriam prejudicados no que se refere à acessibilidade às suas lojas.

Quanto às obras realizadas no período entre 1995 a 2005, o Engenheiro afirmou que as obras realizadas no período de 2001 até 2005, foram tecnicamente corretas. Já as anteriores, não funcionam totalmente por problemas técnicos e também porque dependiam de outras obras que deveriam ter sido realizadas anteriormente.

Voltando ao assunto das inundações na baixada do Mercado Municipal, o entrevistado informou que nunca teve problemas ou prejuízos devido às inundações e quando foram mencionados os prejuízos que, principalmente, os comerciantes têm todos os anos, foi solicitada uma opinião sobre a permanência dos comerciantes na área em questão.

Num primeiro momento, esperava-se ouvir uma resposta fria, técnica, mas, no entanto, a pesquisadora foi surpreendida quando o entrevistado informou possuir duas opiniões: “Como engenheiro, acho que eles deveriam sair daquela área, mas me colocando no lugar deles, acho que devem reivindicar mesmo. Eles possuem suas lojas numa área comercial consolidada e, portanto, eles têm direito”.

No que diz respeito à exclusão social temporária, o entrevistado afirmou conhecer o que seria a exclusão social tradicional, caracteriza pela pobreza, pela falta de acesso a infraestrutura urbana, condições precárias de vida, etc. Quando foi explicado o que seria a exclusão temporária e como estava sendo tratada na pesquisa, o entrevistado afirmou não concordar com a possibilidade dos comerciantes ou qualquer pessoa que tenha prejuízos com as inundações serem consideradas vítimas da exclusão social temporária. Para ele, “esses problemas que enfrentam não são tão graves a ponto de os caracterizarem dessa forma”.

Apesar de não concordar totalmente com o assunto abordado na pesquisa, o entrevistado se mostrou favorável à conclusão da mesma e, finalizando a entrevista, forneceu informações relevantes para um futuro bem próximo. De acordo com o Engenheiro, São Carlos, através do Ministério das Cidades, conseguiu recursos para elaboração de um

Plano Diretor de Drenagem Urbana Ambientalmente Sustentável. Esse Plano Diretor contemplará, segundo o entrevistado, medidas não-estruturais para amenizar o problema das enchentes e afirmou que a verba já foi aprovada e empenhada pela Caixa Econômica Federal.

4.2.5. Grupo 5: Representante da Defesa Civil de São Carlos

A entrevista foi iniciada com questionamentos referentes a registros da Defesa Civil sobre as inundações ocorridas nas proximidades do Mercado Municipal. O primeiro deles foi desde qual época / data a Defesa Civil possui registro da ocorrência de inundações na área.

De acordo com o entrevistado, a Defesa Civil possui arquivos sistematizados desde 1992 e registrados desde 1905. A época na qual a Defesa Civil é acionada com frequência é no verão, “época das chuvas” – período que vai de dezembro até abril do ano seguinte.

Com relação às intervenções realizadas pela prefeitura Municipal ao longo desses dez anos, o entrevistado afirmou que as obras amenizaram os problemas causados pelas inundações, mas em pontos específicos. “Na realidade, essas obras levam um mesmo problema para outros pontos da cidade, a jusante e a montante”.

Quanto aos maiores prejudicados com as inundações na região central de São Carlos, o entrevistado afirmou ser o cidadão são-carlense, desde o próprio comerciante, passando pelo dono do imóvel até o cliente, chegando à redução do recolhimento de impostos pela dificuldade de venda. Além disso, afirmou não ter conhecimento de vítimas fatais no ponto de vista dos fatores hidrometeorológicos. Como a principal causa das inundações na baixada, foi citada a ocupação inadequada da área.

De acordo com dados coletados na entrevista, a Defesa Civil não possui iniciativas envolvendo uma política de educação junto à população sobre precauções a serem tomadas com relação às inundações. Segundo o entrevistado, o governo estadual forneceu material para distribuição em campanhas, mas por questões políticas, nunca foi autorizado o uso desse material no município.

No que se refere à exclusão social temporária, o entrevistado afirmou que diante as inúmeras situações de emergência nas quais a Defesa Civil foi acionada, considera as pessoas prejudicadas excluídas temporariamente de forma traumática e até violenta e, ressaltou, que os prejudicados não são necessariamente pobres. Como exemplo, citou um caso ocorrido no Condomínio Parque Faber I, onde um desastre de origem natural causou prejuízos a uma comunidade de alto padrão econômico.

Para finalizar a entrevista, o entrevistado enfatizou a relevância da pesquisa, "pois o poder público sozinho não conseguiria solucionar problemas deste tipo, precisando da intervenção da sociedade que ao mesmo tempo, precisa ser instruída sobre o assunto".

4.2.6. Análise dos dados obtidos

Para melhor compreensão dos resultados obtidos com as entrevistas, se fez necessário explicar que os cinco grupos de atores sociais definidos, se inserem em três esferas de análise: na primeira esfera, encontra-se o poder público, representado pela Prefeitura Municipal de São Carlos e Defesa Civil; na segunda esfera, a população, representada pelos comerciantes e transeuntes; e na terceira esfera, os pesquisadores (Figura 58).

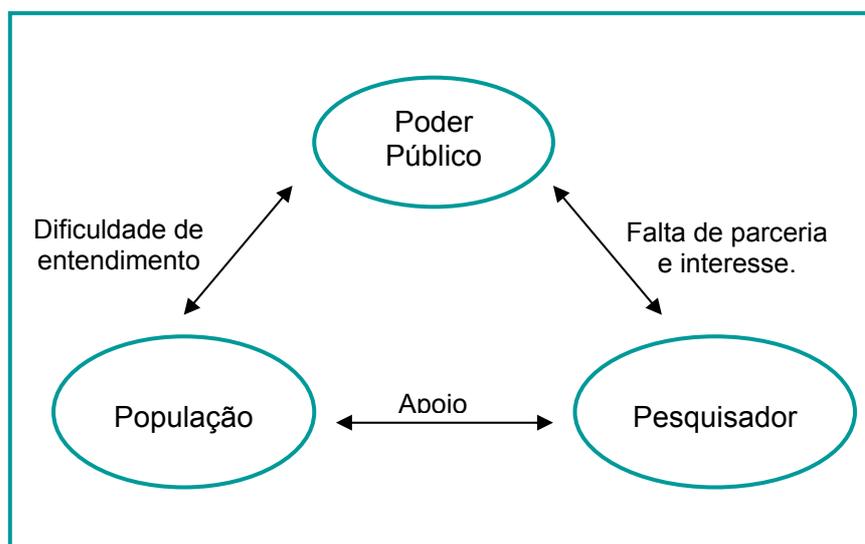


Figura 58: Análise dos dados obtidos

A relação existente entre essas três esferas, gera uma série de análises. Entre o poder público e a população, foi possível observar uma dificuldade de entendimento de ambas as partes, que pode estar relacionada a interesses, a erros e omissão, também das duas partes. Embora os comerciantes sejam os maiores interessados na realização de intervenções para amenizar os danos causados pelas inundações, segundo o poder público, eles mais atrapalham do que ajudam. Esse conflito pode ser facilmente explicado quando consideramos que o tempo da Prefeitura, não é um tempo de reflexão, ao contrário dos pesquisadores, por exemplo. Existem épocas durante o ano em que as atividades comerciais são mais intensas e isso não é levado em consideração quando é liberada determinada verba para realização de uma obra.

Entre a população e os pesquisadores, foi verificada uma relação de “apoio”. Os comerciantes, por exemplo, consideram que essa relação serve como forma de comunicação, uma representação deles, através dos pesquisadores junto aos órgãos municipais. As pesquisas são bem vistas pelos comerciantes porque os pesquisadores estão trabalhando em áreas de seus interesses, os quais eles poderiam reivindicar, mas não fazem nada, ficam omissos. A população se apóia nas pesquisas, mas na realidade, não acredita na validade delas, como explicado por um comerciante durante a entrevista.

Fazendo uma análise dos pesquisadores com relação ao poder público, percebe-se que existe uma relação de falta de parceria e interesse. Na verdade, os pesquisadores são considerados, no caso dessa pesquisa, grandes observadores, dotados de conhecimento, tempo reflexivo e espírito científico. Para os órgãos públicos, seria viável a realização de pesquisas que trouxessem resultados imediatos, o que nem sempre acontece, uma vez que muitas pesquisas são realizadas em longo prazo. Além disso, percebe-se também a falta de ações que transformem os resultados acadêmicos em produtos a serem aplicados na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

“Um arquiteto é, necessariamente, um artista e um cidadão. Por isso mesmo, ele tem responsabilidades como arquiteto, como artista e como cidadão. Nós, todos, temos que assumir um papel político, que nos cabe e, na medida do impossível, fazer tudo para transformar a realidade brutal e injusta, melhorar a qualidade de vida do povo, lutar em defesa dos direitos de quem não tem voz, criar beleza, harmonia e promover a paz”.

Oscar Niemeyer

Quando surgiu a oportunidade de trabalhar com um tema que integrasse três áreas de conhecimento, não poderia ter a idéia de que a pesquisa se transformasse em um instrumento de grande valor social.

Além de abordar a questão das inundações ocorridas na região central de São Carlos e a ocupação inadequada dessa área, teve-se a preocupação em levantar dados referentes à parcela da população afetada diretamente por esses problemas - fato destacado pelos comerciantes durante entrevista.

Em uma análise da área de estudo, verificou-se uma forma de urbanização inadequada, que foi surgindo ao longo dos anos e refletindo características de cada época, sem considerar a questão dos recursos hídricos e os riscos que poderiam surgir num futuro não muito distante.

Com a realização das entrevistas, observação direta e a percepção do local com um todo, foi possível concluir que os maiores prejudicados são os comerciantes que possuem suas lojas nas proximidades do fundo de vale onde se localiza o Mercado Municipal. Refere-se aos comerciantes porque na área delimitada para a pesquisa, praticamente, não há imóveis residenciais nos locais onde o risco de inundação é maior e mais freqüente.

Na realidade, os problemas das inundações afetam a população são-carlense de forma generalizada. Os problemas não dizem respeito, exclusivamente, às lojas inundadas, às mercadorias perdidas, mas também a incapacidade de mobilidade. As pessoas não têm como atravessar a área inundada - enfrentar uma correnteza seria arriscado e perigoso; com isso, pessoas, ônibus e carros ficam imobilizados, na expectativa de ver a água se esvaindo.

Apesar das críticas recebidas por mencionar a existência de uma exclusão social temporária, o que, com certeza, ultrapassa o conceito da exclusão social tradicional, a presente pesquisa se mostrou pertinente, trazendo resultados relevantes. É importante afirmar que o debate proposto não teve a pretensão de ultrapassar os estudos realizados na área das Ciências Sociais e, muito menos, ignorá-los, mas sim complementá-los.

O objetivo dessa pesquisa não foi em nenhum momento buscar possíveis soluções para as inundações e os impactos que geram, mas sim verificar e divulgar a gravidade de um problema, ainda pouco discutido no meio científico. A intenção foi verificar a existência da exclusão social temporária, se existiam e quem seriam suas vítimas. No ponto de vista da pesquisadora, no momento em que ocorrem as inundações, essa forma de exclusão existe e suas vítimas, nesse caso, são os comerciantes que possuem suas lojas na área onde os impactos causados pelas inundações são maiores, apesar de estarem no local por opção e os lucros obtidos ao longo dos anos serem ainda maiores que os prejuízos. Como o próprio termo explica, essa exclusão social é temporária, não é constante; ela acontece mediante os problemas causados pelas inundações na área delimitada para realização da presente pesquisa.

No entanto, apesar da relevância dessa discussão e dos resultados obtidos com as entrevistas, foi possível perceber que a exclusão social temporária pode ser considerada uma consequência da ocupação de fundos de vale em áreas urbanas para algumas pessoas e não ser considerada para outras. Este fato depende da análise que cada um poderá fazer com relação a esse debate.

Acredita-se que essa pesquisa, através dos levantamentos realizados, dos resultados que apresenta, poderá subsidiar novos debates, buscar novos conceitos sobre questões relacionadas à ocupação das áreas urbanas de fundos de vale e suas conseqüências para a população, para a cidade em si e para o meio ambiente.

Nesse sentido, recomenda-se que o poder público municipal estabeleça grupos de trabalho multidisciplinares, que estudem os problemas existentes nas áreas urbanas de forma integrada, no sentido de diminuir os riscos em função do crescimento das cidades; Os problemas verificados na área hoje estudada podem aumentar e outras áreas poderão surgir com problemas idênticos ou até maiores que os atuais. Além disso, seria de grande relevância a realização de trabalhos técnicos com o objetivo de resgatar toda a questão dos projetos e das obras realizadas para minimizar o problema das inundações.

Apesar de não ter sido mencionada na revisão bibliográfica, se faz necessário destacar a publicação (no dia 27 de março de 2006), da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº. 369, referente “aos casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APP's)”. Essa resolução demonstra uma maior preocupação com relação à ocupação dessas áreas e pode ser utilizada para complementar as limitações impostas pelo Código Florestal.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, L. M. de. **Ocupação de Fundos de Vale em Áreas Urbanas**. Estudo de Caso: Córrego do Mineirinho, São Carlos – SP. São Carlos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da UFSCar. São Carlos, 2004.
- BARROS, T. L. de B. **Drenagem Urbana: Bases conceituais e planejamento**. In: Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. PHILIPPI, A. Jr. (ed). Barueri – SP: Manole, 2005.
- BARROS, R. T. de V. et al. **Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios**. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. Vol. 2 – Saneamento, 221p.
- BECK, U. **Die Risikogesellschaft**. [A Sociedade de Risco]. Frankfurt: Editora Suhrkamp, 1986.
- BORJA, J.; CASTEL, M. **Local y global - La gestion de la ciudades en la era de la informacion**. Madrid: Taurus, 1998.
- BOTELHO, M. H. C. **Águas de chuvas**, São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1985. 235p.
- CASTEL, R. **La piege de la exclusion in lien social et politiques**. Paris: RIAC 34, 1995.
- CASTELLANO, E. G.; CHAUDHRY, F. H. **Desenvolvimento Sustentado: Problemas e Estratégias**. EESC – USP. São Carlos. Projeto REENCHE, 2000.
- CAVEDON, F. de S. **Função Social e Ambiental da Propriedade**. Florianópolis: Visualbooks, 2003.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. Editora Edgard Blücher Ltda, 2º edição. São Paulo-SP, 1991.
- CONTANDRIOPOULOS, A.; CHAMPAGNE, F. (et al). **Saber preparar uma pesquisa**. São Paulo: Hucitec, 1994.

- COSTA, B.S. Resgate da Dívida Social: Déficit em Saneamento Ambiental exige medidas urgentes. **Revista Brasileira De Saneamento e Meio Ambiente**. São Paulo: Bio, caderno especial, p. 46-49, julho/setembro de 2003.
- DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999, 339p.
- DESLANDES, S. F., et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- DUPAS, M. A. **Pesquisando e Normalizando**: Noções básicas e recomendações úteis para elaboração de trabalhos científicos. São Carlos: EdUFSCar, 2004. 71 p.
- ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 1999. 276p.
- FIGUEIREDO, I. B. S. **Os Reflexos da Urbanização no Sistema de Drenagem em Fundos de Vale**. Estudo de caso: Parque do Povo: Presidente Prudente – SP. São Carlos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da UFSCar. São Carlos, 2002.
- FIGUEIREDO, R. B. **Engenharia Social: Soluções para áreas de risco**. São Paulo: Makron Books, 1994.
- FONTES, A. R. M. Estudo **Analítico da Morfologia Urbana no processo de Urbanização visando o Planejamento do Sistema de Drenagem na cidade de São Carlos – SP**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da UFSCar, 2000.
- FORMAN, R. T. T. **Land Mosaic: The Ecology of Landscapes and Regions**. Cambridge. Cambridge University Press, 1995.
- FRANÇA, E.; BAYEUX, G. Favelas Upgrading. In: LA BIENNALE DI VENEZIA: 8ª MOSTRA INTERNAZIONALE D'ARCHITETTURA NEXT. Veneza, 2002. **Abstracts...** São Paulo: Fundação Bienal e São Paulo, 2002.

- FREDERIKSEN, H. D. **Institutional principles for sound management of water and related environmental resources.** In: Water resources – environmental planning management and development. BISWAS, A. K. (ed.), New York, McGrawHill, 1996.
- GOMIDE, A.A. **Transporte urbano e inclusão social; elementos para políticas públicas.** Brasília: Ipea, julho de 2003 (Texto para Discussão n. 960).
- GERRA, A.J.T. e CUNHA, S.B. da. **Geomorfologia - uma atualização de bases e conceitos.** Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, RJ, 1994.
- LAVANDEIRA, L. M. L. **Apreensão da diversidade urbana: Análise comparativa da morfologia e do uso do espaço público de dois fragmentos na cidade de São Carlos – SP.** Dissertação de Mestrado. PPGEU / UFSCar, 1999.
- LIMA, G. L. de. **Segurando as Águas: modelo de reabilitação de sistema de drenagem urbana com enfoque em retenção urbanística.** São Paulo. Tese de doutorado. FAUUSP, 2003.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade.** São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1980.
- MARCONDES, M. J. A. **Cidades e natureza: proteção dos mananciais e exclusão social.** São Paulo: Studio Nobel. Editora da USP e FAPESP, 1999.
- MARICATO, E. **Conhecer para resolver a cidade ilegal.** In: Urbanização Brasileira: Redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.
- MARTINS, J. de S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.
- MORETTI, R. S. Terrenos de fundo de vale: conflitos e propostas. **Téchne.** São Paulo, n. 48, p. 64-67, 2000.
- MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente.** Rio de Janeiro - ABES, 1999.
- MUSETTI, R. A. **Da proteção jurídico ambiental dos recursos hídricos.** Leme: Editora de Direito, 2001.
- PAUGAN, S. (ed.). **L'exclusion: L'état desenvolvimento socio.** Paris: Editions La Decouverle, 1996.
- PINHO, P. M. **Aspectos Ambientais da Implantação de “Vias Marginais” em Áreas Urbanas de Fundos de Vale.** Dissertação de Mestrado. PPGEU / UFSCar, 1999.

- POMPÊO, C. A. Drenagem Urbana sustentável. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. n.1, p. 15-23, jan/mar. 2000.
- PORTO et al. **Drenagem Urbana**. In: Hidrologia: ciência e aplicação. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS/ABRH, 2001, cap. 21, p.805-847.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS (PMSC). **Conferência da cidade**: Processo de elaboração do Plano Diretor do Município de São Carlos. São Carlos, 2002.
- OLIVEIRA, I. C. E. de. **Estatuto da cidade; para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- REZENDE, S. C. e HELLER, L. **O Saneamento no Brasil – Políticas e Interfaces**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Escola de Engenharia da UFMG, 2002.
- REVISTA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE. São Paulo: Bio, caderno especial, p. 20-34, abril/junho 2002.
- RIBEIRO, E. R. **Avaliação de impactos ambientais em assentamentos urbanos de interesse social**: estudo da viabilidade de aplicação de matrizes de interação. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da UFSCar. São Carlos, 1999.
- ROLNIK, R. **O Estatuto da Cidade – novas perspectivas para a Reforma Urbana**. Campinas: FAU – PUC, 2002.
- ROLNIK, R. É possível uma política urbana contra a exclusão? In: MAGALHÃES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V. (Orgs.). **Governo e Cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 121-128.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 3ª ed., 1996.
- SILVA, J. A. **Do regime jurídico da atividade urbanística**. In: Direito Urbanístico Brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997, cap. 1, p. 15-29.
- SILVEIRA, A. L. L. **Ciclo Hidrológico e Bacia Hidrográfica**. In: Hidrologia: ciência e aplicação. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS/ABRH, 2001, cap. 2, p.35-51.

- SILVEIRA, A. L. L. **Ciclo Hidrológico e bacia hidrográfica**. In: Hidrologia urbana na Bacia do Prata. Porto Alegre: ABRH / CAPES-SCYT / IPH / UFRGS / UNNE, 2001, p.11-17.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.
- TUCCI, C. E. M. **Controle de Enchentes**. In: Hidrologia: ciência e aplicação. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS/ABRH, 2001, cap. 16, p. 621-658.
- TUCCI, C. E. M. **Inundações e Drenagem Urbana**. In: Inundações Urbanas na América do Sul. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003. p. 45-150.
- TUCCI, C. E. M. Gerenciamento da Drenagem Urbana. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 5-28, Jan/Mar.,2002.
- TUCCI, C. E. M., et al. **Inundações urbanas**. In: Drenagem Urbana. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS/ABRH, 1995, cap. 1, p. 15-36.
- TUCCI, C. E. M.; BERTONI, J. C. **Inundações Urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.
- TUCCI, C. E. M.; MARQUES, D. da M. **Avaliação e Controle da Drenagem Urbana**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2000.
- VALÊNCIO, N. F. L. da S. et al. **Caracterização da vulnerabilidade dos assentamentos humanos perante os perigos hidrometeorológicos: um estudo de caso no município de São Carlos/SP**. In: II ENCONTRO DA ANPPAS. Indaiatuba, maio de 2004.
- VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 169-243.
- VILLAÇA, F. **A recente urbanização brasileira**. In: Urbanização Brasileira: Redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.
- YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO I: Código Florestal – Artigos 2 e 3.

ANEXO II: Tabelas com dias de precipitações nos anos de 1998 a 2004.

ANEXO I

Código Florestal (Artigos 2 e 3)

Dispõe o Código Florestal:

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

i) áreas metropolitanas definidas em Lei.

Parágrafo único. No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.

Art. 3º Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

a) a atenuar a erosão das terras;

b) a fixar as dunas;

c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público.

§ 1º A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

§ 2º As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente (letra g) pelo só efeito desta Lei.

ANEXO II

Tabelas com dias de precipitação de 1998 a 2004.

Legenda – Tabelas

Legenda	Mínima (mm/h)	Máxima (mm/h)
S (sem chuva)	0	0
FR (chuva fraca)	0,5	3
M (chuva moderada)	3	12
FT (chuva forte)	25	100
TP (temporal)	100	200

Tabela 1: Dias com Precipitação no ano de 1998.

Dias / Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1			FT									
2												FT
3		FR										
4			M									
5	FT											
6												FT
7				M								FT
8												FR
9												
10												
11												FT
12						M						FT
13												
14												M
15												
16		FR										
17												
18						M						
19												M
20												FR
21		FT										FR
22												M
23												FT
24												
25												
26												FT
27												
28	M	M										
29		-				FR						
30		-										
31		-		-		-			-		-	

Fonte: Instituto de Pesquisas Meteorológicas da UNESP, 1998.

Tabela 2: Dias com Precipitação no ano de 1999.

Dias / Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1		FR										
2	FT	FR								FR		
3	FT											M / FT
4							M					M / FT
5	M										FR / M	
6	M											M / FT
7	FR								FR			M / FT
8									FR / M	FR / FT	FR	M
9									M		M / FT	
10		FR										FT / M
11		M	M									FR
12	FR	FR							FR		FR	FR
13	FR	FT							M			FT / M
14	FR					M						FR
15	M									FR		
16	M	FR		M								
17	FR	FR		M						M		
18												
19											M	
20						M					M / FT	
21		M									M / FT	
22			FR								FT	M / FT
23		M	M								FR	
24		M					M					
25		M	M									FR / M
26		M								M	FR	FR
27		FT										FR / M
28		FT										
29		-				FR				FR		
30	FR	-									FT / M	M
31	M	-		-		-			-		-	

Fonte: Instituto de Pesquisas Meteorológicas da UNESP, 1999.

Tabela 3: Dias com Precipitação no ano de 2000.

Dias / Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1	FT	M							M			
2	FT								M			
3	FT	FT							FR	FR		
4	FT	FT								M		M
5	M							FR		M		
6	FR	FT			FR				FR			
7	FR		FT									
8	FT	FT							FR			
9		FR								M		
10		M	FR								M	
11		M	M								M	FR
12	M	M							M			
13	M	M					FR		FR		M	FR
14		M					M				M	M
15	M		FR					M	FR			M
16	M	FT							M			
17	FT	M	M					M	M			
18	FT		M								FR	
19				FR								FT
20												
21			FR									FT
22							M					FR
23			M				FR					
24		FT	M							FR		
25	M										M	
26	FT		FT		FR						M	
27		FR	M									FR
28					M			M				
29		FT	M					M			FR	FR
30	FT	-	FT		FR	FR						FR
31	-	-		-		-		FR	-		-	

Fonte: Instituto de Pesquisas Meteorológicas da UNESP, 2000.

Tabela 4: Dias com Precipitação no ano de 2001.

Dias / Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1				FR						M		
2				FR						M	FR	
3			FR								M	
4	FT		FT								FR	
5		M										FR
6												FR
7		FR	FR									FT
8		M	M	FR						FR		FR
9	M	M	FR									FR
10		M	FT			FR				FR		M
11	M		FR		FR						TP	FR
12	FR	FR			FT		FR				FR	FR
13									M		FR	FR
14	FT								M		FT	FR
15	M								M			FT
16												FT
17										M		
18											FR	
19	FT									M	M	
20												FT
21								FR	FR	FR		M
22				FR				M	FR		FR	FR
23	FR							M			M	FR
24	FR		FR						FR			
25			M				FR	FR				
26	FR					M						
27	FR				FR		FR	FR	FR			
28	FR						FR	FR			M	FR
29	M	-										M
30	FT	-	FT						FR		FR	FR
31		-		-		-			-		-	

Fonte: Instituto de Pesquisas Meteorológicas da UNESP, 2001.

Tabela 5: Dias com Precipitação no ano de 2002.

Dias / Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1	FR	FT	FR					M	M	M		M
2			M					FR				
3					M			FR				FR
4	FR				FR						M	FT
5			FR		FR							FR
6	FR	FR								FR		
7	M	M							FT			M
8	FR	FR										M
9	M	FT	FR									
10		FT									FT	
11							FR					M
12	FT						FR				M	
13	FT	FR	FR						FR		FR	FR
14	M	FT	FR									
15	FR	FR									FR	FT
16		M							FR			FR
17					FR							
18	FR				FR						FR	
19	M		FR		FR						FR	
20	M	M	FR		FR				M		FT	FR
21		FT			M				FR		M	
22	FR	FT					FR		FR		FR	FR
23	FR	FT	M						FR	FR	FR	FR
24	FR	FT	M						FR	FT	M	FR
25	FT		M								FR	FR
26			FR									
27	FR	FT	FT									
28	FR		FR									
29		-						FR		M	FR	FR
30		-		FR			FR	FR			FR	
31	M	-		-		-	M	FR	-		-	

Fonte: Instituto de Pesquisas Meteorológicas da UNESP, 2002.

Tabela 6: Dias com Precipitação no ano de 2003.

Dias / Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1		FR									FR / M	M / FR
2	M											
3	FR		FR		FR							FR
4	FT			FR		FR						M
5	M	FR	FR			FR / M		FR			FT	M
6		FR	FT	FR	FR			FR		FR	M / FT	M
7			FT					FR		M / FT	M	FR
8		FT	FR			M	FR			FR / M		FR
9	FR		M				FR		FR	M		FR
10	FR		M / FR						FR			FR
11	M / FT		FR	FR					FR			FR
12	M	M	FR								FR / M	FR
13	FR	M	FR								FR / M	
14		FR										FR
15	FR	FR	M						FR		FR	
16	FR	FR							FR		FR	M
17	M	M									FR / M	
18		FT									FR	
19			FR	M							FR	
20	FR / FT	M / FT		M / FT								M
21	FR		FR	M / FT						FR		M / FR
22	FR / M	FT								FR	FR	FR
23	FR / M	M			M / FR						FR	M
24	FR				FR						FR	
25	FR							FR			FR	
26	FR	FR									FR / M	
27	FR								M	FR / M	FR	M
28	M	FT	FR					FR		FR		
29	FT	-								FR / M	FR	FR
30	M	-								FR	FR / M	
31		-		-		-			-	FR	-	FR

Fonte: Instituto de Pesquisas Meteorológicas da UNESP, 2003.

Tabela 7: Dias com Precipitação no ano de 2004.

Dias / Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1	M	FR	FR							FR		
2	FR	FR				FR				FR	FR	
3	FR	FR	FR			FR				FR / M		FR
4				FR		FR					FR	
5		FR		FR								
6		FT	FR	FR / M	FR							M
7	FR / M		FR	FR	FR							FR
8	FR / FT						FR					M
9	FR						FR			FR / M		FT
10							FR			FR		FR
11											M	
12	FR	FR				FR				FR	FR	
13		FR	FR							M	FR	
14		FT	FR	FR / M	FR	FR				M	M	
15		FT		FR		FR				M	M	FT
16		FR			FR					FR	FR	FR
17			FR		FR					FR	FR	FR
18					FR		FR		FR	M	M	FT
19			FR	FR			FR / M			FR		M
20			FR	FR	FR							FR
21				M	M							FR
22	FR	FT			FR							M
23	FR / M	FT			FT							M
24	FR / M	FT			FR					FR		FR
25	M	FR / M			M					FR		M
26	M	FR	M	FR	FR					FR		FR
27	FR								FR		M	
28	FR	FR									M	
29	FR										FR	
30	TP	-										
31		-	FR	-	FR	-			-		-	

Fonte: Instituto de Pesquisas Meteorológicas da UNESP, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE I: Termo de consentimento livre e esclarecido.

APÊNDICE II: Questionário aplicado aos comerciantes.

APÊNDICE III: Questionário aplicado aos transeuntes.

APÊNDICE IV: Questionário aplicado aos pesquisadores.

APÊNDICE V: Questionário aplicado ao representante da Prefeitura Municipal de São Carlos.

APÊNDICE VI: Questionário aplicado ao representante da Defesa Civil

APÊNDICE VII: Entrevistas Respondidas.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (para informantes individuais, que serão entrevistados)

Ciente dos objetivos da pesquisa A EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA COMO CONSEQUÊNCIA DA OCUPAÇÃO DE FUNDOS DE VALE EM ÁREAS URBANAS, sob a responsabilidade da pesquisadora, mestranda do curso de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Arquiteta Urbanista Juliana Queiroz Borges, autorizo a utilização de informações por mim fornecidas na entrevista, para finalidades científicas e acadêmicas, desde que preservado o sigilo sobre minha identidade em qualquer circunstância em que estas informações sejam utilizadas. Declaro ainda estar ciente de que poderei interromper minha participação no estudo a qualquer momento, sem necessidade de justificativa.

Assinatura da Pesquisadora

Assinatura do Participante

APÊNDICE II

Questionário aplicado aos Comerciantes

Pesquisa: A Exclusão Social Temporária como consequência da ocupação de fundos de vale em áreas urbanas. Caso: Córrego do Gregório, São Carlos – SP.

Pesquisadora: Juliana Queiroz Borges

1- O Sr (a) é proprietário ou locatário desse imóvel?

2- Há quanto tempo possui o estabelecimento nesse local?

- () menos de 1 ano;
- () de 1 a 5 anos;
- () de 5 a 10 anos;
- () de 10 a 15 anos;
- () mais de 15 anos;

3- O Sr (a) já sofreu algum tipo de prejuízo devido às inundações que ocorreram e ainda ocorrem nessa área?

- () Sim
- () Não

Se a resposta for afirmativa, que tipo de prejuízos o Sr (a) teve?

4- Quando chove muito e, conseqüentemente há água em excesso escoando pelas ruas, o que acontece com seu estabelecimento? A água chegou a invadir sua loja? Em que nível já chegou?

5- O Sr (a) se sente inseguro diante esses problemas?

- () Sim
- () Não

6- Diante de alguma dificuldade que possa vir a enfrentar ou ter enfrentado com as inundações, o Sr (a) se consideraria naquele momento, excluído socialmente? Por quê?

7- Quando comprou ou alugou este imóvel, pensou que poderia futuramente estar sujeito a esses problemas que enfrentou até hoje?

- () Sim
- () Não

8- Por que mantém seu estabelecimento comercial nessa área? Manter a loja na área central da cidade de São Carlos traz benefícios, lucros ou é somente sinônimo de status?

9- De acordo com sua opinião, dentre as alternativas abaixo, as enchentes ocorridas na região central de São Carlos, são causadas principalmente por qual desses problemas?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todas alternativas acima.

10- Com o passar dos anos, muitas obras foram realizadas pela prefeitura no Córrego do Gregório, tanto em suas margens, quanto na própria canalização. Se o Sr (a) pudesse conceituar as obras que foram realizadas, que conceito daria?

- A - Ótimo
- B - Muito bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

11- O estabelecimento possui alguma medida de proteção contra enchentes? Especifique.

12- Possuem algum tipo de seguro contra enchentes?

- Sim
- Não

Se a resposta for afirmativa, qual tipo de seguro possui e em qual seguradora?

13- O Sr (a) gostaria de fazer alguma crítica ou dar sugestões sobre esta pesquisa?

APÊNDICE III

Questionário aplicado aos Transeuntes

Pesquisa: A Exclusão Social Temporária como consequência da ocupação de fundos de vale em áreas urbanas. Caso: Córrego do Gregório, São Carlos – SP.

Pesquisadora: Juliana Queiroz Borges

1- O Sr (a) mora ou trabalha nas proximidades do centro de São Carlos?

- () Sim
- () Não

2- Em qual bairro o Sr (a) reside?

3- Qual meio de transporte utiliza para vir ao centro da cidade?

- () Ônibus
- () Carro
- () Bicicleta
- () A pé

4- O Sr (a) vem com frequência ao centro de São Carlos?

- () Sim
- () Não

5- Quais são os principais serviços que o Sr (a) busca?

- () Comércio
- () Rede Bancária
- () Medicamentos
- () Trabalho
- () Outros. Citar: _____

6- O Sr (a) já sofreu algum tipo de problema devido às inundações que ocorreram e ainda ocorrem nessa área?

- () Sim
- () Não

Se a resposta for afirmativa, que tipo de problema o Sr (a) enfrentou?

7- Diante de alguma dificuldade que possa vir a enfrentar ou ter enfrentado com as inundações no centro de São Carlos, o Sr (a) se consideraria naquele momento, excluído socialmente?

- () Sim

() Não

Por quê? _____

8- De acordo com sua opinião, dentre as alternativas abaixo, as enchentes ocorridas na região central de São Carlos, são causadas principalmente por qual desses problemas?

- () Ocupação inadequada da área;
- () Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- () Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- () Todas alternativas acima.

9- Com o passar dos anos, muitas obras foram realizadas pela prefeitura no Córrego do Gregório, tanto em suas margens, quanto na própria canalização. Se o Sr (a) pudesse conceituar as obras que foram realizadas, que conceito daria?

- () A - Ótimo
- () B - Muito Bom
- () C - Bom
- () D - Regular
- () E - Insuficiente

10- O Sr (a) gostaria de fazer alguma crítica ou dar sugestões sobre esta pesquisa?

APÊNDICE IV

Questionário aplicado aos Pesquisadores

Pesquisa: A Exclusão Social Temporária como consequência da ocupação de fundos de vale em áreas urbanas. Caso: Córrego do Gregório, São Carlos – SP.

Pesquisadora: Juliana Queiroz Borges

1- Em qual linha de pesquisa esta trabalhando atualmente?

2- Qual sua opinião sobre as inundações que ocorreram e ocorrem na região central de São Carlos?

3- O Sr (a) vê alguma possibilidade de se encontrar, através de pesquisas, uma solução para esse problema?

4- Com o passar dos anos, muitas obras foram realizadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos no Córrego do Gregório, tanto em suas margens, quanto na canalização. Se o Sr (a) pudesse conceituar as obras que foram realizadas, que conceito daria?

- () A - Ótimo
- () B - Muito Bom
- () C - Bom
- () D - Regular
- () E - Insuficiente

5- De acordo com sua opinião, dentre as alternativas abaixo, as enchentes ocorridas na região central de São Carlos, são causadas principalmente por qual desses problemas?

- () Ocupação inadequada da área;
- () Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- () Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- () Todas alternativas acima.

6- Sabe-se que uma série de pesquisas foram e estão sendo realizadas na Bacia do Córrego do Gregório, abrangendo diversas áreas de conhecimento. Para o Sr (a), o que acontece com essas pesquisas? Por que não são, na maioria dos casos, utilizadas para subsidiar possíveis intervenções da Prefeitura?

7- O Sr (a) considera que este fato pode estar associado a uma falta de credibilidade por parte do poder público com relação às pesquisas e pesquisadores?

8- São Carlos é uma cidade que possui um professor doutor para cada 230 habitantes e é conhecida como pólo tecnológico e científico e, no entanto, é palco de muitos problemas sociais e ambientais. Qual é sua opinião sobre essa dicotomia existente em São Carlos?

9- O Sr (a) consideraria pertinente um debate que associe urbanização, drenagem urbana e exclusão social? Dê sua opinião.

10- Poderia me explicar, o que entende por exclusão social temporária? Esse termo é novidade para o Sr (a)?

11- O Sr (a) concorda com o fato de que a “vítima” da exclusão social temporária não seja necessariamente pobre? Dê sua opinião.

12- O Sr (a) gostaria de fazer alguma crítica ou dar sugestões sobre esta pesquisa?

APÊNDICE V

Questionário aplicado ao representante da Prefeitura Municipal de São Carlos.

Pesquisa: A Exclusão Social Temporária como consequência da ocupação de fundos de vale em áreas urbanas. Caso: Córrego do Gregório, São Carlos – SP.

Pesquisadora: Juliana Queiroz Borges

1- Há quanto tempo o Sr (a) trabalha na Prefeitura Municipal de São Carlos?

- () menos de 1 ano;
- () de 1 a 5 anos;
- () de 5 a 10 anos;
- () de 10 a 15 anos;
- () mais de 15 anos;

2- O Sr (a) é funcionário efetivo ou contratado pela prefeitura?

3- Em qual setor / secretaria da Prefeitura o Sr (a) trabalha?

4- Qual sua opinião a respeito das inundações ocorridas na região do mercado municipal?

5- As intervenções realizadas no Córrego do Gregório foram em grande parte estruturais ou não estruturais?

- () Estruturais
- () Não estruturais

6- O Sr (a) acha que essas intervenções amenizaram os problemas ocorridos com as inundações?

7- O Sr (a) saberia me dizer qual é a atuação da população nessas intervenções? As opiniões da população são consideradas no planejamento das possíveis intervenções?

8- Como profissional, qual sua opinião sobre as obras de canalização do Córrego do Gregório? E qual seria sua opinião como cidadão?

9- O Sr (a) já foi vitimado pelas inundações no centro de São Carlos?

() Sim

() Não

10- Qual sua opinião sobre os comerciantes / moradores que permanecem nessa área?

11- O que o Sr (a) entende por exclusão social?

12- O Sr (a) consideraria excluídas socialmente as pessoas que, de alguma forma, são prejudicadas com as inundações ocorridas na região central de São Carlos?

13- O Sr (a) gostaria de fazer alguma crítica ou dar sugestões sobre esta pesquisa?

APÊNDICE VI

Questionário aplicado ao representante da Defesa Civil

Pesquisa: A Exclusão Social Temporária como consequência da ocupação de fundos de vale em áreas urbanas. Caso: Córrego do Gregório, São Carlos – SP.

Pesquisadora: Juliana Queiroz Borges

1- Há quanto tempo trabalha na Defesa Civil?

- () menos de 1 ano;
- () de 1 a 5 anos;
- () de 5 a 10 anos;
- () de 10 a 15 anos;
- () mais de 15 anos;

2- A Defesa Civil possui registros de inundações na área central da cidade de São Carlos, desde qual ano?

3- Em qual época do ano a defesa civil é mais acionada nessa área?

4- Para o Sr (a) as intervenções realizadas ao longo dos anos pela Prefeitura Municipal de São Carlos, minimizaram os problemas causados pelas inundações?

5- Em sua opinião, quem são os maiores prejudicados com a ocorrência de inundações na região central de São Carlos?

6- Já houve registro de perdas de vidas humanas nessa área central?

- () Sim
- () Não

7- De acordo com sua opinião, dentre as alternativas abaixo, as enchentes ocorridas na região central de São Carlos, são causadas principalmente por qual desses problemas?

- () Ocupação inadequada da área;
- () Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- () Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- () Todas alternativas acima.

8- A defesa civil possui alguma política de educação junto à população sobre precauções a serem tomadas com relação às inundações?

9- Diante das inúmeras situações de emergência nas quais a Defesa Civil foi acionada, o Sr (a) consideraria as pessoas prejudicadas, excluídas socialmente naquele momento?

10- Na sua opinião, a realização de uma pesquisa que tenha como debate central a exclusão social temporária como consequência da ocupação de fundos de vale em áreas urbanas, seria relevante?

11- O Sr (a) concorda com o fato de que a “vítima” da exclusão social temporária não seja necessariamente pobre? Dê sua opinião.

12- O Sr (a) gostaria de fazer alguma crítica ou dar sugestões sobre esta pesquisa?

APÊNDICE VII

Entrevistas Respondidas:

Grupo 1 (Atores Sociais): Comerciantes

Entrevistado (a): C1

Data: 27/10/2005.

1- O SR (A) É PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DESSE IMÓVEL?

Proprietário.

2- HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O ESTABELECIMENTO NESSE LOCAL?

- () menos de 1 ano;
- () de 1 a 5 anos;
- () de 5 a 10 anos;
- () de 10 a 15 anos;
- (x) mais de 15 anos;

3- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PREJUÍZO DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- () Sim
- (x) Não

4- QUANDO CHOVE MUITO E, CONSEQÜENTEMENTE HÁ ÁGUA EM EXCESSO ESCOANDO PELAS RUAS, O QUE ACONTECE COM SEU ESTABELECIMENTO? A ÁGUA CHEGOU A INVADIR SUA LOJA? EM QUE NÍVEL JÁ CHEGOU?

A água já invadiu a loja sim. Chegou num nível de aproximadamente 10 centímetros.

5- O SR (A) SE SENTE INSEGURO DIANTE ESSES PROBLEMAS?

- () Sim
- (x) Não

6- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE? POR QUÊ?

Antes sim, hoje não. O mercado possui umas placas que são colocadas como barreiras, o que impede que uma grande quantidade de água atinja as lojas. Mas, isso só amenizou um pouco depois que foi realizada essa última obra na porta do Mercado.

7- QUANDO COMPROU OU ALUGOU ESTE IMÓVEL, PENSOU QUE PODERIA FUTURAMENTE ESTAR SUJEITO A ESSES PROBLEMAS QUE ENFRENTOU ATÉ HOJE?

Sim. Sempre soube.

8- POR QUE MANTÉM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL NESTA ÁREA? MANTER A LOJA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS TRAZ BENEFÍCIOS, LUCROS OU É SOMENTE SINÔNIMO DE STATUS?

O mercado é um lugar de grande movimento, sempre passam pessoas na porta da loja e com isso, sempre temos clientes e, conseqüentemente, lucros.

9- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

10- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

11- O ESTABELECIMENTO POSSUI ALGUMA MEDIDA DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES? ESPECIFIQUE.

Não. Contamos somente com as placas colocadas na porta do Mercado.

12- POSSUEM ALGUM TIPO DE SEGURO CONTRA ENCHENTES?

- Sim
- Não

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Não.

Entrevistado (a): C2

Data: 27/10/2005.

1- O SR (A) É PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DESSE IMÓVEL?

Locatário.

2- HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O ESTABELECIMENTO NESSE LOCAL?

- menos de 1 ano;
- de 1 a 5 anos;
- de 5 a 10 anos;
- de 10 a 15 anos;
- mais de 15 anos;

3- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PREJUÍZO DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- Sim
- Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUE TIPO DE PREJUÍZOS O SR (A) TEVE?

Perda de mercadoria. Você não consegue vender a mercadoria pelo preço real; mercadorias manchadas, molhadas são impossíveis vender com preço normal. Então, os prejuízos que temos é mais nesse sentido porque a loja em si, a gente limpa e pronto.

4- QUANDO CHOVE MUITO E, CONSEQÜENTEMENTE HÁ ÁGUA EM EXCESSO ESCOANDO PELAS RUAS, O QUE ACONTECE COM SEU ESTABELECIMENTO? A ÁGUA CHEGOU A INVADIR SUA LOJA? EM QUE NÍVEL JÁ CHEGOU?

Sim, sempre invade. Bom... Aqui a água já subiu uns 30 centímetros, aproximadamente.

5- O SR (A) SE SENTE INSEGURO DIANTE ESSES PROBLEMAS?

- Sim
 Não

Principalmente de madrugada quando ocorrem essas chuvas a partir de novembro até fevereiro, março. A gente não consegue nem dormir direito.

6- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE? POR QUÊ?

Sim, com certeza. A gente fica refém dessa situação, não temos o que fazer; só esperar pra ver se alguém resolve fazer alguma coisa pra ajudar, se é que tem alguma coisa que pode ser feita. Realmente, pelo o que passaram pra gente (Engenheiros da Prefeitura, etc), não há muito que fazer aqui. Teriam que ser feitas obras em outros pontos por onde o rio passa. Mas também, tem um grande problema quando for mexer aqui, atrapalha o movimento do comércio, etc. Isso aqui é muito complicado.

7- QUANDO COMPROU OU ALUGOU ESTE IMÓVEL, PENSOU QUE PODERIA FUTURAMENTE ESTAR SUJEITO A ESSES PROBLEMAS QUE ENFRENTOU ATÉ HOJE?

Sim.

8- POR QUE MANTÉM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL NESSA ÁREA? MANTER A LOJA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS TRAZ BENEFÍCIOS, LUCROS OU É SOMENTE SINÔNIMO DE STATUS?

Os lucros são maiores que os prejuízos e isso aqui é o coração do centro. As enchentes, na realidade, ocorrem 99% nessa época de final de ano; não é qualquer chuva que vira enchente. Então, às vezes, por ano, a gente tem quatro, cinco enchentes fortes. Não é freqüente a ponto de mudar minha idéia de manter a loja aqui, mas é claro que se esse problema fosse evitado seria bem melhor.

9- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
 Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
 Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
 Todos acima.

É um pouco de cada, porque isso aqui já começou errado; o centro se localiza numa área de córrego, isso aqui, na verdade, é um brejo e, além disso, tem o descaso dos governantes anteriores e até dos de hoje, de quererem realmente resolver. Eles têm... A gente chama de tratamento paliativo; dá uma mexidinha em alguma coisa, dá uma limpada, mas não chega nunca a 100% de solução. Eu, particularmente, não sei se existe essa possibilidade de solucionar 100%. Talvez mexendo no Rio aqui, ele estoure pra frente; então, quer dizer, aquela parte do SESC, do Shopping, seja mais atingida. Aqui, eles conseguiram amenizar um pouco o problema, mas ali na Avenida São Carlos, perto do Magazine Luiza, por ali, tem enchido mais que antes. É um problema delicado.

10- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÔRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

11- O ESTABELECIMENTO POSSUI ALGUMA MEDIDA DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES? ESPECIFIQUE.

Temos umas placas de madeira revestidas com borracha e, além disso, a gente levanta algumas mercadorias.

12- POSSUEM ALGUM TIPO DE SEGURO CONTRA ENCHENTES?

- Sim
- Não

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Acho a pesquisa interessante e acredito que quanto mais se tocar no assunto, melhor. Na verdade, isso aqui é muito falado em época de eleição e depois, fica esquecido. A população, de modo geral, de poder igual a zero com relação às ações da Prefeitura, a não ser que seja conveniente pra eles.

Entrevistado (a): C3

Data: 27/10/2005.

1- O SR (A) É PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DESSE IMÓVEL?

Locatário.

2- HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O ESTABELECIMENTO NESSE LOCAL?

- menos de 1 ano;
- de 1 a 5 anos;
- de 5 a 10 anos;
- de 10 a 15 anos;
- mais de 15 anos;

3- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PREJUÍZO DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESSA ÁREA?

- Sim
- Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUE TIPO DE PREJUÍZOS O SR (A) TEVE?

A água invadiu a loja, molhou mercadorias, danificou muitos produtos, etc.

4- QUANDO CHOVE MUITO E, CONSEQÜENTEMENTE HÁ ÁGUA EM EXCESSO ESCOANDO PELAS RUAS, O QUE ACONTECE COM SEU ESTABELECIMENTO? A ÁGUA CHEGOU A INVADIR SUA LOJA? EM QUE NÍVEL JÁ CHEGOU?

Agora aqui é o seguinte: Depois que concluíram essa última obra, nós não tivemos problemas com enchente, mas antes da obra sim e várias vezes. Uma ou duas ou três vezes que choveu bastante, a água invadiu a loja e chegou a subir quase meio metro.

5- O SR (A) SE SENTE INSEGURO DIANTE ESSES PROBLEMAS?

- Sim
- Não

A insegurança continua mesmo porque, apesar de não encher aqui, o rio já chegou a transbordar, mesmo depois da última obra.

6- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE? POR QUÊ?

Sim, com certeza.

7- QUANDO COMPROU OU ALUGOU ESTE IMÓVEL, PENSOU QUE PODERIA FUTURAMENTE ESTAR SUJEITO A ESSES PROBLEMAS QUE ENFRENTOU ATÉ HOJE?

Sim. Aqui na baixada, se algum comerciante disser que não sabia é mentira.

8- POR QUE MANTÉM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL NESSA ÁREA? MANTER A LOJA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS TRAZ BENEFÍCIOS, LUCROS OU É SOMENTE SINÔNIMO DE STATUS?

Na realidade, o que acontece é o seguinte: Não vamos falar que os lucros são maiores ou menores. O que acontece é que quando danifica uma mercadoria, você tem prejuízos e tem que vender com preço mais baixo. A área do comércio central é aqui em volta do Mercado. O movimento aqui é bom, sair seria pior.

9- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

Tudo isso e mais um pouco. O que acontece é que nós ficamos uns quatro meses com essa reforma no Rio, mas o problema não é o Rio aqui e sim lá embaixo, na marginal onde a “boca” é muito estreita e segundo o pessoal, não pode ser aberto porque aquilo ali é da FEPASA. E, outra coisa, antes a cidade era pequena, hoje é muita água que cai no Rio e ele não comporta porque a cidade cresceu bastante.

10- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

11- O ESTABELECIMENTO POSSUI ALGUMA MEDIDA DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES? ESPECIFIQUE.

Temos placas de madeira para barrar a entrada da água; todas as lojas aqui da baixada têm isso.

12- POSSUEM ALGUM TIPO DE SEGURO CONTRA ENCHENTES?

- Sim
 Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUAL TIPO DE SEGURO POSSUI E EM QUAL SEGURADORA?

O seguro é do prédio. Só que tem um detalhe: o seguro tem um valor de franquia, que muitas vezes, não é coberto. Não tenho conhecimento de qual é a seguradora, já que quem fez o seguro foi o proprietário do prédio, mas sei que é feito direto no banco.

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Acho muito importante que vocês tenham a preocupação de ouvir o pessoal aqui da baixada.

Entrevistado (a): C4

Data: 27/10/2005.

1- O SR (A) É PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DESSE IMÓVEL?

Locatário. Só da Loja na Rua Nove de Julho, as outras são próprias.

2- HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O ESTABELECIMENTO NESSE LOCAL?

- menos de 1 ano;
 de 1 a 5 anos;
 de 5 a 10 anos;
 de 10 a 15 anos;
 mais de 15 anos;

3- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PREJUÍZO DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- Sim
 Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUE TIPO DE PREJUÍZOS O SR (A) TEVE?

Perda de mercadoria, algumas estragam, aí tem que abaixar o preço, outras vão direto para o lixo, não dá pra aproveitar.

4- QUANDO CHOVE MUITO E, CONSEQÜENTEMENTE HÁ ÁGUA EM EXCESSO ESCOANDO PELAS RUAS, O QUE ACONTECE COM SEU ESTABELECIMENTO? A ÁGUA CHEGOU A INVADIR SUA LOJA? EM QUE NÍVEL JÁ CHEGOU?

A loja sempre é invadida pela água. Chega a 50 centímetros acima do piso da loja, quer dizer, praticamente um metro em relação à calçada.

5- O SR (A) SE SENTE INSEGURO DIANTE ESSES PROBLEMAS?

- Sim
 Não

O tempo fechou e começa a chover forte, a preocupação começa. A gente está em casa e tem que vir correndo pra loja tentar fazer alguma coisa, levantar as mercadorias, pra se o prejuízo é menor.

6- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE? POR QUÊ?

Sim. Ontem mesmo ficamos preocupados quando a televisão anunciou que poderiam cair alguns temporais na região. Não podemos fazer nada diante de um fenômeno natural como esse.

7- QUANDO COMPROU OU ALUGOU ESTE IMÓVEL, PENSOU QUE PODERIA FUTURAMENTE ESTAR SUJEITO A ESSES PROBLEMAS QUE ENFRENTOU ATÉ HOJE?

Sim. Isso já vem de mais de meio século. Todos aqui na baixada sabem disso, mas ninguém aceita sair daqui, porque é uma área comercial e sempre vai ser.

8- POR QUE MANTÉM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL NESSA ÁREA? MANTER A LOJA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS TRAZ BENEFÍCIOS, LUCROS OU É SOMENTE SINÔNIMO DE STATUS?

Por ser uma área comercial. De repente, aqui os alugueis são até mais baratos por causa das enchentes e, além disso, compensa manter a loja nessa área porque os lucros são bem maiores que os prejuízos. Se o fosse o contrário, ninguém ficava aqui.

9- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- (x) Ocupação inadequada da área;
- () Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- () Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- () Todos acima.

Todo lugar que tem brejo, a tendência é encher. Ali, a ocupação começou errada. Hoje em dia, ninguém mais tem quintal, é tudo cimentado. Antes as pessoas mantinham uma horta, hoje não, as pessoas constroem cômodos para alugar e isso faz com que a água infiltre menos na terra e ela tem que escoar e vai sempre para os pontos mais baixos. Por mais soluções que se tenta encontrar, nunca se sabe o volume de água que vai cair. Hoje, as soluções, a engenharia que tem que estudar, mas penso que se desviasse pelo menos 50% da água a partir da Rua 13 de Maio, toda água que vem da parte alta da cidade, se ela fosse canalizada na Rua Major mais ou menos, acho que diminuiria muito o problema das enchentes, o que não significa que não haverá mais. Amanhã pode cair uma tromba d'água e pode subir uns dois metros e chegar até na Rua General Osório; ninguém sabe o que pode acontecer amanhã ou daqui a um mês, um ano, dez anos. Há uns cinquenta anos atrás de uma tromba d'água que alagou todo o centro de São Carlos. Alguns nem lembram disso, mas nós, o povo mais antigo, a gente lembra bem e pode contar o que virou isso aqui.

10- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- () A - Ótimo
- () B - Muito bom
- () C - Bom
- (x) D - Regular
- () E - Insuficiente

Não é uma obra boa. Obra boa custa dinheiro e, nesse caso, é um dinheiro que vai ficar debaixo da terra e o que fica debaixo da terra, politicamente não serve. Esse é o maior problema. Diferente de fazer uma praça bonita que todos vão ver e é isso que traz votos. Político nenhum vai priorizar obras que não geram votos, que não aparecem.

11- O ESTABELECIMENTO POSSUI ALGUMA MEDIDA DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES? ESPECIFIQUE.

Sim. Placas de madeira que colocamos para segurar a água.

12- POSSUEM ALGUM TIPO DE SEGURO CONTRA ENCHENTES?

- Sim
 Não

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Acho que toda pesquisa é válida, ela tem que ter um fundamento, certo? Espero que essa pesquisa possa contribuir para mudar alguma coisa. Eu não acredito que mude e se mudar não vai ser pra já, mas acredito que é um caminho. O povo, os comerciantes não têm voz ativa junto aos órgãos públicos.

Entrevistado (a): C5

Data: 28/10/2005.

1- O SR (A) É PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DESSE IMÓVEL?

Locatário.

2- HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O ESTABELECIMENTO NESSE LOCAL?

- menos de 1 ano;
 de 1 a 5 anos;
 de 5 a 10 anos;
 de 10 a 15 anos;
 mais de 15 anos;

3- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PREJUÍZO DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- Sim
 Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUE TIPO DE PREJUÍZOS O SR (A) TEVE?

Perda de mercadoria, insegurança, prejuízo emocional, etc. Teve um dia, se não estou enganado, foi no dia 17 de maio de 1995, eu fui pra chácara e nem estava preocupado com isso aqui. Eu tinha comprado uma "Kombi" novinha e pedi pro meu irmão buscar na agência enquanto eu ia à chácara. Ele buscou e deixou o carro na porta da loja. Só sei que caiu uma chuva bem forte e isso aqui alagou tudo. Foi tão pesada a chuva que a porta da loja da frente caiu e meu carro novo ficou cheio de lama.

4- QUANDO CHOVE MUITO E, CONSEQÜENTEMENTE HÁ ÁGUA EM EXCESSO ESCOANDO PELAS RUAS, O QUE ACONTECE COM SEU ESTABELECIMENTO? A ÁGUA CHEGOU A INVADIR SUA LOJA? EM QUE NÍVEL JÁ CHEGOU?

Sim, sempre invade. A água aqui chega num nível de sessenta centímetros pra mais.

5- O SR (A) SE SENTE INSEGURO DIANTE ESSES PROBLEMAS?

- Sim
 Não

Principalmente de outubro até março, abril.

6- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE? POR QUÊ?

Sim, com certeza. A sensação de impotência diante de um fenômeno como esse, é grande demais.

7- QUANDO COMPROU OU ALUGOU ESTE IMÓVEL, PENSOU QUE PODERIA FUTURAMENTE ESTAR SUJEITO A ESSES PROBLEMAS QUE ENFRENTOU ATÉ HOJE?

Sim.

8- POR QUE MANTÉM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL NESSA ÁREA? MANTER A LOJA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS TRAZ BENEFÍCIOS, LUCROS OU É SOMENTE SINÔNIMO DE STATUS?

Respondo com outra pergunta: Se o comercio não funcionar aqui, vai funcionar onde? Aqui é o lugar de comércio mais importante da cidade. Os lucros compensam.

9- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

10- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

11- O ESTABELECIMENTO POSSUI ALGUMA MEDIDA DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES? ESPECIFIQUE.

Sim. Placas de madeira.

12- POSSUEM ALGUM TIPO DE SEGURO CONTRA ENCHENTES?

- Sim
- Não

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Essas pesquisas deveriam servir para mostrar aos órgãos públicos o grande problema que enfrentamos todos os anos. Pra você ter uma idéia, existe uma verba que o governo do estado liberou pra fazer uma obra entre a Rua Nove de Julho e a José Bonifácio. Aí, nós comerciantes, fizemos uma reunião com o povo da Prefeitura. Veio engenheiros, Secretário de Obras, até o Prefeito apareceu aqui. Mas nós ganhamos, não deixamos fazer a obra! Puxa vida! Eles queriam começar a obra numa época de maior movimento do comércio. A rua ia ficar interditada muito tempo. Nós temos compromisso com nossos clientes, fornecedores e, além disso, tem a questão da renda familiar.

Entrevistado (a): C6

Data: 28/10/2005.

1- O SR (A) É PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DESSE IMÓVEL?

Locatário.

2- HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O ESTABELECIMENTO NESSE LOCAL?

() menos de 1 ano;

() de 1 a 5 anos;

(x) de 5 a 10 anos;

() de 10 a 15 anos;

() mais de 15 anos;

3- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PREJUÍZO DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

(x) Sim

() Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUE TIPO DE PREJUÍZOS O SR (A) TEVE?

Perda de material escolar, justo na época de volta às aulas. Teve uma vez que a vitrine estourou por causa da pressão da água e lá no fundo da loja, no banheiro, tem até hoje a marca de onde a água chegou.

4- QUANDO CHOVE MUITO E, CONSEQÜENTEMENTE HÁ ÁGUA EM EXCESSO ESCOANDO PELAS RUAS, O QUE ACONTECE COM SEU ESTABELECIMENTO? A ÁGUA CHEGOU A INVADIR SUA LOJA? EM QUE NÍVEL JÁ CHEGOU?

Sim. A água subiu uns vinte centímetros pra mais.

5- O SR (A) SE SENTE INSEGURO DIANTE ESSES PROBLEMAS?

(x) Sim

() Não

6- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE? POR QUÊ?

Sim, com certeza. A gente não tem o que fazer; só rezar e tentar salvar as mercadorias que ficam nas partes baixas das estantes.

7- QUANDO COMPROU OU ALUGOU ESTE IMÓVEL, PENSOU QUE PODERIA FUTURAMENTE ESTAR SUJEITO A ESSES PROBLEMAS QUE ENFRENTOU ATÉ HOJE?

Sim.

8- POR QUE MANTÉM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL NESTA ÁREA? MANTER A LOJA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS TRAZ BENEFÍCIOS, LUCROS OU É SOMENTE SINÔNIMO DE STATUS?

Compensa manter a loja aqui. Na verdade, o prejuízo emocional é bem maior que o financeiro.

9- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

10- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

Amenizou o problema, hoje em dia, já não inunda como antes.

11- O ESTABELECIMENTO POSSUI ALGUMA MEDIDA DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES? ESPECIFIQUE.

Só as placas que são colocadas para segurar a água. Além disso, eu e as meninas tiramos os materiais que ficam em lugares baixos e colocamos em lugar mais seguro.

12- POSSUEM ALGUM TIPO DE SEGURO CONTRA ENCHENTES?

- Sim
- Não

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Acho muito importante essa interação da Universidade com a comunidade por meio da pesquisa. Queria ressaltar que esse é o primeiro trabalho, que tenho conhecimento, que se preocupa com nós, comerciantes.

Entrevistado (a): C7

Data: 31/10/2005.

1- O SR (A) É PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DESSE IMÓVEL?

Locatário.

2- HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O ESTABELECIMENTO NESSE LOCAL?

- menos de 1 ano;
- de 1 a 5 anos;
- de 5 a 10 anos;
- de 10 a 15 anos;
- mais de 15 anos;

3- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PREJUÍZO DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- Sim
- Não

4- QUANDO CHOVE MUITO E, CONSEQÜENTEMENTE HÁ ÁGUA EM EXCESSO ESCOANDO PELAS RUAS, O QUE ACONTECE COM SEU ESTABELECIMENTO? A ÁGUA CHEGOU A INVADIR SUA LOJA? EM QUE NÍVEL JÁ CHEGOU?

Apesar da proximidade da loja com relação ao Córrego do Gregório, a água não chegou a invadi-la.

5- O SR (A) SE SENTE INSEGURO DIANTE ESSES PROBLEMAS?

- Sim
- Não

6- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE? POR QUÊ?

Não.

7- QUANDO COMPROU OU ALUGOU ESTE IMÓVEL, PENSOU QUE PODERIA FUTURAMENTE ESTAR SUJEITO A ESSES PROBLEMAS QUE ENFRENTOU ATÉ HOJE?

Sim.

8- POR QUE MANTÉM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL NESSA ÁREA? MANTER A LOJA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS TRAZ BENEFÍCIOS, LUCROS OU É SOMENTE SINÔNIMO DE STATUS?

Porque é um ponto muito bom de comércio e no meu caso, não tenho problemas com as enchentes, apesar dela ocorrer na minha porta.

9- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

10- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

11- O ESTABELECIMENTO POSSUI ALGUMA MEDIDA DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES? ESPECIFIQUE.

Não.

12- POSSUEM ALGUM TIPO DE SEGURO CONTRA ENCHENTES?

- Sim
- Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUAL TIPO DE SEGURO POSSUI E EM QUAL SEGURADORA?

A loja possui seguro contra roubo, incêndio. O seguro foi feito pelo Unibanco.

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Não.

Entrevistado (a): C8

Data: 31/10/2005.

1- O SR (A) É PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DESSE IMÓVEL?

Proprietário.

2- HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O ESTABELECIMENTO NESSE LOCAL?

- () menos de 1 ano;
- () de 1 a 5 anos;
- () de 5 a 10 anos;
- () de 10 a 15 anos;
- (x) mais de 15 anos;

3- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PREJUÍZO DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- (x) Sim
- () Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUE TIPO DE PREJUÍZOS O SR (A) TEVE?

Perda de mercadoria, embalagens, entre outros.

4- QUANDO CHOVE MUITO E, CONSEQÜENTEMENTE HÁ ÁGUA EM EXCESSO ESCOANDO PELAS RUAS, O QUE ACONTECE COM SEU ESTABELECIMENTO? A ÁGUA CHEGOU A INVADIR SUA LOJA? EM QUE NÍVEL JÁ CHEGOU?

Sim, todos os anos. A água já subiu um metro e vinte centímetros de altura.

5- O SR (A) SE SENTE INSEGURO DIANTE ESSES PROBLEMAS?

- (x) Sim
- () Não

6- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE? POR QUÊ?

Não. O que podemos fazer diante de um fenômeno da natureza?

7- QUANDO COMPROU OU ALUGOU ESTE IMÓVEL, PENSOU QUE PODERIA FUTURAMENTE ESTAR SUJEITO A ESSES PROBLEMAS QUE ENFRENTOU ATÉ HOJE?

Sim. Pertencemos a um grupo de risco.

8- POR QUE MANTÉM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL NESTA ÁREA? MANTER A LOJA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS TRAZ BENEFÍCIOS, LUCROS OU É SOMENTE SINÔNIMO DE STATUS?

Porque é um ponto muito bom de comércio, o imóvel é próprio e os lucros compensam.

9- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

10- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

11- O ESTABELECIMENTO POSSUI ALGUMA MEDIDA DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES? ESPECIFIQUE.

Sim. Placas de madeira de navio.

12- POSSUEM ALGUM TIPO DE SEGURO CONTRA ENCHENTES?

- Sim
- Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUAL TIPO DE SEGURO POSSUI E EM QUAL SEGURADORA?

Seguradora Marítima.

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

A única coisa que posso dizer é que tudo que se estuda sobre esse assunto é válido e muito importante.

Entrevistado (a): C9

Data: 31/10/2005.

1- O SR (A) É PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DESSE IMÓVEL?

Locatário.

2- HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O ESTABELECIMENTO NESSE LOCAL?

- menos de 1 ano;
- de 1 a 5 anos;
- de 5 a 10 anos;
- de 10 a 15 anos;
- mais de 15 anos;

3- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PREJUÍZO DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- Sim
 Não

4- QUANDO CHOVE MUITO E, CONSEQÜENTEMENTE HÁ ÁGUA EM EXCESSO ESCOANDO PELAS RUAS, O QUE ACONTECE COM SEU ESTABELECIMENTO? A ÁGUA CHEGOU A INVADIR SUA LOJA? EM QUE NÍVEL JÁ CHEGOU?

Não chegou a invadir a loja, mas já chegou quase na porta. Invadiu o mercado.

5- O SR (A) SE SENTE INSEGURO DIANTE ESSES PROBLEMAS?

- Sim
 Não

A insegurança existe mais pelos clientes. Se começar a chover forte e tiver clientes na loja, eles ficam ilhados aqui, sem poder sair.

6- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE? POR QUÊ?

Sim. A nossa loja está localizada numa área de grande risco, estamos na porta do problema e ele pode acontecer a qualquer momento, não podemos fazer nada.

7- QUANDO COMPROU OU ALUGOU ESTE IMÓVEL, PENSOU QUE PODERIA FUTURAMENTE ESTAR SUJEITO A ESSES PROBLEMAS QUE ENFRENTOU ATÉ HOJE?

Sim. Sabia que correria o risco porque o rio enche muito rápido.

8- POR QUE MANTÉM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL NESSA ÁREA? MANTER A LOJA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS TRAZ BENEFÍCIOS, LUCROS OU É SOMENTE SINÔNIMO DE STATUS?

Porque é um ponto bom de comércio, a loja fica na entrada do mercado, todo mundo que passa por aqui, a loja é bem visível e os lucros são bons.

9- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
 Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
 Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
 Todos acima.

10- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
 B - Muito bom
 C - Bom
 D - Regular
 E - Insuficiente

11- O ESTABELECIMENTO POSSUI ALGUMA MEDIDA DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES? ESPECIFIQUE.

A loja não, só na entrada do mercado.

12- POSSUEM ALGUM TIPO DE SEGURO CONTRA ENCHENTES?

- Sim
 Não

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Acho a pesquisa muito interessante. A gente precisa ter um apoio, ter mais uma segurança porque uma área comercial teria que ser segura porque não envolve somente os comerciantes, mas todas as pessoas que fazem uso dele e de outros serviços disponíveis aqui no centro.

Entrevistado (a): C10

Data: 31/10/2005.

1- O SR (A) É PROPRIETÁRIO OU LOCATÁRIO DESSE IMÓVEL?

Locatário.

2- HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O ESTABELECIMENTO NESSE LOCAL?

- menos de 1 ano;
 de 1 a 5 anos;
 de 5 a 10 anos;
 de 10 a 15 anos;
 mais de 15 anos;

3- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PREJUÍZO DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- Sim
 Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUE TIPO DE PREJUÍZOS O SR (A) TEVE?

Já sofremos bastante. A enchente provoca vários prejuízos, mas eu acho que o maior deles é o psicológico. Nesse local, as enchentes costumam ser muito bravas, então você fica traumatizado uns dias. Lógico, tem também os prejuízos financeiros, que são grandes na maioria das vezes.

4- QUANDO CHOVE MUITO E, CONSEQÜENTEMENTE HÁ ÁGUA EM EXCESSO ESCOANDO PELAS RUAS, O QUE ACONTECE COM SEU ESTABELECIMENTO? A ÁGUA CHEGOU A INVADIR SUA LOJA? EM QUE NÍVEL JÁ CHEGOU?

Sim. A água entra aqui setenta, oitenta centímetros.

5- O SR (A) SE SENTE INSEGURO DIANTE ESSES PROBLEMAS?

- Sim
 Não

Olha, depois das últimas obras que foram feitas, lógico que melhorou um pouco; tudo que se fizer para conter a enchente dá um resultado, pouco, mais dá. Mas é assim: Se a chuva for muito forte, essas obras aí não vão adiantar nada. Por exemplo: A água que antes entrava na loja vinte centímetros, hoje não entra mais, mas se chover forte em vez de entrar um metro vai entrar oitenta centímetros... Então nós ainda temos muitos problemas com a enchente.

6- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE? POR QUÊ?

Se for do ponto de vista da enchente, na hora ou após e enchente, sim. Porque somos afetados diretamente. Já aconteceu da minha loja estar cheia d'água e as lojas da outra rua não estarem. Nessa hora, você se sente muito excluído, não tenha dúvidas.

7- QUANDO COMPROU OU ALUGOU ESTE IMÓVEL, PENSOU QUE PODERIA FUTURAMENTE ESTAR SUJEITO A ESSES PROBLEMAS QUE ENFRENTOU ATÉ HOJE?

Sim. Desde 1930 tem enchentes aqui na baixada.

8- POR QUE MANTÉM SEU ESTABELECIMENTO COMERCIAL NESSA ÁREA? MANTER A LOJA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS TRAZ BENEFÍCIOS, LUCROS OU É SOMENTE SINÔNIMO DE STATUS?

Porque é uma área central, o fluxo de veículos e pessoas é grande, então, o que acontece, você aposta pra ver. Tem a época do verão que enche, mas tem o resto do ano que não tem problema de enchente. A gente aposta nisso, é uma área central e compensa pelos lucros, senão os comerciantes já não estariam aqui. Só que existe os prejuízos da época, mas esses a gente convive com eles há muitos anos. Infelizmente, estamos acostumados.

9- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

Tudo que você tira do rio ou do mar, ele vem buscar um dia. Os outros itens colaboram, mas o problema principal é a ocupação inadequada.

10- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

Vou te explicar por que:

Até hoje não teve nenhum Prefeito, aliás, minto, teve o Prefeito anterior que até fez a canalização do Tijuco Preto, só que ela não provocava muitos danos, enchentes. Aqui, esse último Prefeito foi o único que teve coragem realmente de mexer aqui, pouco, mas mexeu. Pra quem não tem nada, um grau de arroz já é bom, não é? Lógico que o cronograma de obras aqui é muito grande. Pra ter uma idéia, foi gasto aqui até agora, seiscentos mil reais. O cronograma completo dessa obra aí beira dez milhões de reais, até chegar no SESC, então, falta muito.

11- O ESTABELECIMENTO POSSUI ALGUMA MEDIDA DE PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES? ESPECIFIQUE.

Sim. Temos as tábuas de madeira. Mas isso aí não vira nada quando a água é forte... Mas ajuda.

12- POSSUEM ALGUM TIPO DE SEGURO CONTRA ENCHENTES?

- Sim
- Não. É muito caro.

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Sugestões à gente têm muitas... (*risos*). Se você for mais a fundo nesse problema das enchentes em São Carlos, você vai perceber que cada governo teve um pouquinho de erro de isenção, né? Se você estudar como começou e como está hoje, você vai perceber que a coisa só veio crescendo porque essa é a lógica da natureza. Você a fere e ela aos poucos vai te cobrando. Com o tempo, as dificuldades vão ficando maiores; hoje nós temos oitenta centímetros de água que entra aqui na loja, há cinco, seis anos atrás eram sessenta centímetros, há dez anos atrás eram quarenta centímetros. Vai chegar uma hora..., A cidade está crescendo, São Carlos é um funil, daqui a dez anos, sabe Deus o que acontecerá aqui. A tendência é piorar e muito.

Hoje não tem lugar para a água infiltrar. A cidade cresceu muito. Agora, na minha opinião, a única solução que tem aqui é fazer galerias nas ruas paralelas ao rio. Aqui no centro é muito difícil mexer; ia precisar fazer umas desapropriações e eu não acredito nisso porque é muito caro, inviável. Tem que criar alternativas, fazer essas galerias, aumentar as pontes, como já começou em duas e faltam duas pra fazer, abrir lá em baixo na FERROBAN, que é outro assunto complicado porque ali passa não sei quantos milhões de reais em cargas por dia... Quer dizer, a FERROBAN não vai correr o risco por causa de uma ponte; Pra fazer a obra, precisa do aval deles e eles, por sua vez, acham complicado... Mas alternativas devem ser estudadas.

Eu faço parte da comissão dos comerciantes já há muitos anos. Estamos discutindo com a Prefeitura qual é a melhor maneira, sempre temos reuniões, o Prefeito – nisso eu tenho obrigação de falar bem dele – nos atende muito bem, discute os problemas da baixada, escuta na maioria das vezes as opiniões que damos, já que somos nós quem convive com as enchentes. Acho que estamos caminhando para melhorar.

A nascente do Córrego do Gregório fica a uns doze quilômetros da cidade. Se fizer um trabalho da nascente vindo em direção à cidade, tirando as erosões que tem no caminho, alargando um pouco o córrego, tudo isso poderia dar bons resultados. Mas isso é uma corrente, complexa. Precisa ter engajamento da prefeitura, do governo do estado, dos comerciantes, moradores, dos proprietários dos lotes nas margens do rio. Precisa ver se todos estão sintonizados.

Grupo 2 (Atores Sociais): Transeuntes

Entrevistado (a): T1

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

1- O SR (A) MORA OU TRABALHA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- () Sim
(x) Não

2- EM QUAL BAIRRO O SR (A) RESIDE?

Redenção

3- O SR (A) VEM COM FREQUÊNCIA AO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- (x) Sim
() Não

4- QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZA PARA VIR AO CENTRO DA CIDADE?

- (x) Ônibus
() Carro
(x) Bicicleta
() A pé

5- QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS QUE O SR (A) BUSCA?

- Comércio
- Rede Bancária
- Educação
- Trabalho
- Outros. Citar: _____

6- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PROBLEMA DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESSA ÁREA?

- Sim
- Não

7- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE?

- Sim
- Não

POR QUÊ? Porque não tem o que fazer. A força da natureza é muito maior que a nossa.

8- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

9- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

10- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Não.

Entrevistado (a): T2

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

1- O SR (A) MORA OU TRABALHA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

2- EM QUAL BAIRRO O SR (A) RESIDE?

Vila Prado

3- O SR (A) VEM COM FREQUÊNCIA AO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

4- QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZA PARA VIR AO CENTRO DA CIDADE?

- Ônibus
- Carro
- Bicicleta
- A pé

5- QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS QUE O SR (A) BUSCA?

- Comércio
- Rede Bancária
- Educação
- Trabalho
- Outros. Citar: _____

6- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PROBLEMA DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESSA ÁREA?

- Sim
- Não

7- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE?

- Sim
- Não

POR QUÊ? Muitas vezes a gente demora tanto para conseguir alguma coisa e de repente a enchente leva tudo. A única coisa que a gente pode fazer é tentar se proteger.

8- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

9- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

10- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Não.

Entrevistado (a): T3

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental completo

1- O SR (A) MORA OU TRABALHA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
 Não

2- EM QUAL BAIRRO O SR (A) RESIDE?

Jardim Paulistano

3- O SR (A) VEM COM FREQUÊNCIA AO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
 Não

4- QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZA PARA VIR AO CENTRO DA CIDADE?

- Ônibus
 Carro
 Bicicleta
 A pé

5- QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS QUE O SR (A) BUSCA?

- Comércio
 Rede Bancária
 Educação
 Trabalho
 Outros. Citar: _____

6- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PROBLEMA DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESSA ÁREA?

- Sim
 Não

7- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE?

- Sim
 Não

POR QUÊ? Você não tem o que fazer. Ou você vai para um lugar alto pra se proteger ou corre risco também.

8- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
 Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
 Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
 Todos acima.

9- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA

CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

10- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Não.

Entrevistado (a): T4

Nível de escolaridade: Superior incompleto

1- O SR (A) MORA OU TRABALHA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

2- EM QUAL BAIRRO O SR (A) RESIDE?

Vila Prado

3- O SR (A) VEM COM FREQUÊNCIA AO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

4- Qual meio de transporte utiliza para vir ao centro da cidade?

- Ônibus
- Carro
- Bicicleta
- A pé

5- QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS QUE O SR (A) BUSCA?

- Comércio
- Rede Bancária
- Educação
- Trabalho
- Outros. Citar: _____

6- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PROBLEMA DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- Sim
- Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUE TIPO DE PROBLEMA ENFRENTOU?

Em uma das vezes que inundou o centro, o ônibus que eu estava teve que ficar parado na Avenida São Carlos porque não tinha jeito de passar. Com isso, perdi um horário da aula.

7- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE?

- Sim
- Não

POR QUÊ? É uma situação complicada. Não adianta ter carro, nada. A gente se sente como se estivesse preso, sem poder se mover.

8- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

9- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

10- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Não.

Entrevistado (a): T5

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

1- O SR (A) MORA OU TRABALHA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

2- EM QUAL BAIRRO O SR (A) RESIDE?

Água Vermelha

3- O SR (A) VEM COM FREQUÊNCIA AO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

4- QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZA PARA VIR AO CENTRO DA CIDADE?

- Ônibus
- Carro
- Bicicleta
- A pé

5- QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS QUE O SR (A) BUSCA?

- Comércio
- Rede Bancária
- Educação
- Trabalho
- Outros. Citar: _____

6- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PROBLEMA DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESSA ÁREA?

- Sim
- Não

7- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE?

- Sim
- Não

8- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

9- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

10- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Não.

Entrevistado (a): T6

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

1- O SR (A) MORA OU TRABALHA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

2- EM QUAL BAIRRO O SR (A) RESIDE?

Botafogo

3- O SR (A) VEM COM FREQUÊNCIA AO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
 Não

4- QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZA PARA VIR AO CENTRO DA CIDADE?

- Ônibus
 Carro
 Bicicleta
 A pé

5- QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS QUE O SR (A) BUSCA?

- Comércio
 Rede Bancária
 Educação
 Trabalho
 Outros. Citar: _____

6- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PROBLEMA DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESSA ÁREA?

- Sim
 Não

SE A RESPOSTA FOR AFIRMATIVA, QUE TIPO DE PROBLEMA O SR (A) ENFRENTOU?

Num dia que aconteceu uma enchente dessas, a água danificou algumas partes do caminhão que uso para trabalhar.

7- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE?

- Sim
 Não

POR QUÊ? Você fica ilhado, não dá pra fazer nada; a gente acaba perdendo serviço.

8- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
 Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
 Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
 Todos acima.

9- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
 B - Muito Bom
 C - Bom
 D - Regular
 E - Insuficiente

10- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Não.

Entrevistado (a): T7

Nível de escolaridade: Ensino Médio incompleto

1- O SR (A) MORA OU TRABALHA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
 Não

2- EM QUAL BAIRRO O SR (A) RESIDE?

Botafogo

3- O SR (A) VEM COM FREQUÊNCIA AO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
 Não

4- QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZA PARA VIR AO CENTRO DA CIDADE?

- Ônibus
 Carro
 Bicicleta
 A pé

5- QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS QUE O SR (A) BUSCA?

- Comércio
 Rede Bancária
 Educação
 Trabalho
 Outros. Citar: _____

6- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PROBLEMA DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESSA ÁREA?

- Sim
 Não

7- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE?

- Sim
 Não

8- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
 Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
 Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
 Todos acima.

9- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA

CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

10- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Acho toda pesquisa importante e espero que esta possa ajudar a mostrar que as pessoas sofrem com o pouco caso dos políticos.

Entrevistado (a): T8

Nível de escolaridade: Ensino Médio completo

1- O SR (A) MORA OU TRABALHA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

2- EM QUAL BAIRRO O SR (A) RESIDE?

Vila Costa do Sol

3- O SR (A) VEM COM FREQUÊNCIA AO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

4- QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZA PARA VIR AO CENTRO DA CIDADE?

- Ônibus
- Carro
- Bicicleta
- A pé

5- QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS QUE O SR (A) BUSCA?

- Comércio
- Rede Bancária
- Educação
- Trabalho
- Outros. Citar: _____

6- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PROBLEMA DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESSA ÁREA?

- Sim
- Não

7- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE?

- Sim
- Não

8- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

9- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

10- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Não.

Entrevistado (a): T9

Nível de escolaridade: Superior completo

1- O SR (A) MORA OU TRABALHA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

2- EM QUAL BAIRRO O SR (A) RESIDE?

Cidade Jardim

3- O SR (A) VEM COM FREQUÊNCIA AO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
- Não

4- QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZA PARA VIR AO CENTRO DA CIDADE?

- Ônibus
- Carro
- Bicicleta
- A pé

5- QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS QUE O SR (A) BUSCA?

- Comércio
- Rede Bancária
- Educação
- Trabalho
- Outros. Citar: _____

6- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PROBLEMA DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- Sim
 Não

7- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE?

- Sim
 Não

POR QUÊ? Qualquer prejuízo que possa vir a ter seja emocional ou financeiro é motivo suficiente para nos sentirmos excluídos.

8- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
 Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
 Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
 Todos acima.

9- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
 B - Muito Bom
 C - Bom
 D - Regular
 E - Insuficiente

10- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Acho a pesquisa muito interessante, espero que traga bons resultados.

Entrevistado (a): T10

Nível de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto

1- O SR (A) MORA OU TRABALHA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
 Não

2- EM QUAL BAIRRO O SR (A) RESIDE?

Parque Arnold Schimidt

3- O SR (A) VEM COM FREQUÊNCIA AO CENTRO DE SÃO CARLOS?

- Sim
 Não

4- QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZA PARA VIR AO CENTRO DA CIDADE?

- Ônibus
 Carro

- Bicicleta
- A pé

5- QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS SERVIÇOS QUE O SR (A) BUSCA?

- Comércio
- Rede Bancária
- Educação
- Trabalho
- Outros. Citar: _____

6- O SR (A) JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PROBLEMA DEVIDO ÀS INUNDAÇÕES QUE OCORRERAM E AINDA OCORREM NESTA ÁREA?

- Sim
- Não

7- DIANTE DE ALGUMA DIFICULDADE QUE POSSA VIR A ENFRENTAR OU TER ENFRENTADO COM AS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS, O SR (A) SE CONSIDERARIA NAQUELE MOMENTO, EXCLUÍDO SOCIALMENTE?

- Sim
- Não

8- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

9- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA PRÓPRIA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

10- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Não.

Grupo 3 (Atores Sociais): Pesquisadores

Entrevistado (a): P1

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Sustentabilidade urbana e regional, Resíduos sólidos urbanos.

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Sim, como já vem acontecendo em alguns casos.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Desconhecimento por parte da Prefeitura, não participação dos pesquisadores na vida da cidade, falta de ações que transformem resultados acadêmicos e produtos a serem aplicados na prática.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Em parte, pois os resultados acadêmicos nem sempre têm aplicação imediata; falta esta etapa de transformar ciência em tecnologia; além disto, algumas pesquisas podem ser mesmo muito teóricas, e, de certa forma, descoladas da realidade.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

Creio ter respondido nas duas questões anteriores: descolamento entre pesquisa acadêmica e aplicação prática, desinteresse ou impossibilidade de participação do pesquisador nas questões do dia-a-dia.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Não só o debate, mas também ações efetivas reunindo estas (e outras) formas de abordagem do problema.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Sim, é um termo novo e não conheço bem sua fundamentação para considerá-lo ou não um termo adequado.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A “VÍTIMA” DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim, embora os números pareçam indicar que os pobres constituem a maioria (ou então, o efeito da exclusão sobre eles é mais acentuado). Isto me induz a pensar que a exclusão não pode ser abordada apenas em termos quantitativos (número de excluídos), mas também qualitativos (“grau” de exclusão: no caso da exclusão temporária, p.ex., duração da mesma).

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

- Sim
 Não

POR QUÊ? Porque ficam privados de um ou mais direitos básicos de cidadania (ainda que temporariamente).

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Entrevistado (a): P2

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Transporte urbano sustentável.

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Sim, pesquisas relacionadas a medidas de melhoria do sistema de drenagem do córrego.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
 B - Muito Bom
 C - Bom
 D - Regular
 E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
 Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
 Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
 Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA

O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Acho que existe um histórico de falta de diálogo entre as entidades de pesquisa e o setor público, principalmente devido à falta de vontade política.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Acredito que não.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

As pesquisas ou são muito teóricas e não apresentam aplicações possíveis na cidade, ou não são utilizadas pelo poder público como base para intervenções.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim, a falta de planejamento urbano que inclua diretrizes para garantir o bom funcionamento da drenagem urbana pode acarretar em situações que causam a exclusão social de segmentos da população.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Considero a exclusão social temporária um tipo de exclusão social que atinge uma dada parcela da população somente por determinados períodos de tempo.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A "VÍTIMA" DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim, mesmo não sendo pobre, essa parcela da população está sendo prejudicada em um determinado momento, no qual ela pode ser classificada como excluída.

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

(X) Sim
() Não

POR QUÊ? Porque têm algum aspecto de suas vidas prejudicado pelas inundações, sendo assim impossibilitadas de realizar as atividades do seu cotidiano.

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Como arquiteta e urbanista, gostaria de ressaltar a importância do tema dessa pesquisa para o planejamento das cidades, principalmente porque são muitas as cidades brasileiras que têm as suas regiões de fundo de vale ocupadas inadequadamente e que sofrem com problemas relacionadas com a ocorrência de inundações.

Entrevistado (a): P3

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Histórico de inundações urbanas

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Sim, desde que os pesquisadores se preocupem em chegar a resultados quantitativos que sejam destinados somente ao âmbito acadêmico.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Acredito que isso acontece porque, em geral, as realidades da academia e da administração pública são muito distintas, e falta interação entre elas para buscar objetivos comuns.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Acredito que o principal motivo é a falta de preocupação dos pesquisadores em desenvolver pesquisas que possam ser de fato aplicadas, o que acaba gerando falta de credibilidade por parte do poder público.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

Acredito que os dois lados envolvidos são responsáveis pela falta de interlocução: em geral os acadêmicos têm uma visão pouco aplicável à prática e o poder público tem uma visão a curto prazo, não investindo na implantação de medidas de planejamento a longo prazo, como implantação de medidas não estruturais de mitigação de impactos de inundações na bacia, que podem ser associadas à medidas estruturais (construção de reservatórios, por exemplo).

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim. Considero importante, mas desde que seja orientado e baseado em dados técnicos, e não somente em percepções.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Entendo que é uma exclusão causada em função de um prejuízo causado por um evento. É caracterizada de temporária porque o indivíduo pode se recuperar, voltando à condição em que se encontrava antes do evento, porém isso levará certo tempo. Sim, é um termo novo para mim.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A “VÍTIMA” DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim. Porque qualquer usuário dos serviços da região é uma vítima de inundação em potencial.

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

Sim

Não

POR QUÊ? Porque os danos causados podem determinar uma exclusão social principalmente aos comerciantes. Por exemplo, a chance dos comerciantes serem afetados com grande magnitude é maior do que a de que os usuários dos serviços da região o sejam. Porém, é necessário considerar que todos podem ser afetados.

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Acho que a tabulação dos dados será difícil em função do tipo de questionário utilizado (com perguntas abertas).

Entrevistado (a): P4

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Requalificação urbana e ambiental.

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Creio que a pesquisa possa levantar diagnósticos que darão base para propostas que amenizem o problema em curto prazo ou solucione-o a médio e longo prazo.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

A - Ótimo

B - Muito Bom

C - Bom

D - Regular

E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Muitas vezes não há um diálogo entre a Prefeitura e a Universidade com intuito de trocas de conhecimento, levantamento, propostas, etc.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Não acredito na falta de credibilidade, mas sim na falta de diálogo e interesse mútuo. Além disso, certos projetos do poder público já são feitos com intuito de serem destinados a empresas privadas.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

Há uma falta de integração entre a comunidade acadêmica e o setor público.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim, pois são temas pertinentes e se integram em uma relação de causa e consequência.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Entendo que seja uma exclusão que ocorra em um determinado período de tempo (não contínuo), devido a um determinado fator. Exemplo: enchentes.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A “VÍTIMA” DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim, as pessoas que utilizam o centro de São Carlos, por exemplo, são vítimas da exclusão temporária em dias de enchente. Pelo centro circulam pessoas de diferentes classes sociais, com objetivos distintos.

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

- Sim
- Não

POR QUÊ? Porque todas as pessoas, independente da classe social, circulam pelos espaços públicos palcos das enchentes no centro de São Carlos.

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

A pesquisa é de grande importância visto que o tema da segregação social temporária está ainda pouco difundido no país, podendo ser um passo inicial para que outras pesquisas possam ser realizadas envolvendo tal tema.

Entrevistado (a): P5

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Planejamento e gestão do ambiente urbano e regional; Urbanismo como disciplina.

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Sim. Mas principalmente por meio da pesquisa aliada à técnica.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- () A - Ótimo
- () B - Muito Bom
- () C - Bom
- () D - Regular
- (X) E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- (x) Ocupação inadequada da área;
- () Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- () Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- () Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Porque a prefeitura não faz parcerias com as universidades para encontrar uma solução cabível (tecnicamente e economicamente) para os problemas, por meio da pesquisa e da atuação de técnicos capacitados.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Não. Está associado a outros diversos fatores mais relacionados à gestão pública municipal, como, por exemplo, limites burocráticos para tais parcerias, limites financeiros da própria prefeitura, falta de técnicos capacitados para articular parcerias com universidades, pouco empenho da gestão política, dentre outros.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É

PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

As universidades constituem “ilhas” de conhecimento porque muitos dos estudos realizados por ela não subsidiam um melhoramento para a cidade de São Carlos. Ou os projetos realizados pela universidade são “engavetados” pela prefeitura, por falta de interesse e capacidade para colocá-los em prática; ou as pesquisas realizadas pelas universidades não têm cumprido o seu papel de se tornarem acessíveis à comunidade.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim. Mas deve-se ter cuidado na dimensão da exclusão social, especificando qual o grupo social que a falta de urbanização e drenagem atinge, pois atinge variados grupos de diversas maneiras.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Estou conhecendo o tema com sua pesquisa. Entendo que é um tipo de exclusão social (daí tem que especificar o grupo social) que atinge um determinado grupo em diferentes momentos, causa de fenômenos temporários, não uma exclusão constante. Acho que o termo mais adequado é “exclusão temporária”, pois tirando o termo “social”, desvincula dos aspectos sociológicos e seus fatores como renda, educação, etc.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A “VÍTIMA” DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

O que coloquei acima. Embora exclusão social signifique exclusão da sociedade, está muito ligada à renda, por isso, se talvez suprimir o termo “social”, se desvincule destes aspectos sociológicos.

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

(X) Sim
() Não

POR QUÊ? Porém, vítimas da “exclusão temporária”, ou algum outro termo parecido. Elas acabam sendo excluídas de receberem serviços ou de prestarem serviços, pois ficam impossibilitadas de trânsito e comércio.

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Acho uma pesquisa relevante e inovadora e trata de um caso que merece atenção principalmente da gestão pública municipal. A sugestão é em relação ao termo utilizado, pois o “social” pode causar discórdia pelos sociólogos. Sugiro somente “exclusão temporária” ou algo parecido que qualifique o público ou a comunidade que fica restrita aos serviços oferecidos por aquele local devido às inundações e prejuízos que ali ocorrem.

Entrevistado (a): P6

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Drenagem urbana, Planejamento de Recursos Hídricos.

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Mais pesquisas? Chega, não? Falta articulação política para realizar obras eficazes contra inundações na região em questão. Desde 1993 o Município de São Carlos possui um Plano de Macrodrenagem, elaborado pela SHS, que nunca foi efetivado.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS (1)? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA (2)?

- (1) Ficam escondidas nas paginas dos relatórios técnicos.
- (2) Por causa do orgulho de ambas as partes; pela transferência ineficiente de tecnologia / conhecimento do pesquisador ao agente público; por politicagem.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Pouco provável.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

Ciência, tecnologia e pesquisa nunca andaram muito próximas à iniciativa prática, quando se trata de algum ambiente não-industrial.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Considero pertinente um debate a respeito de urbanização, drenagem urbana e impactos ambientais.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Entendo o que seja exclusão social. O termo “exclusão social temporária” me é desconhecido como termo técnico. Creio que “exclusão social temporária” seja algo próximo à “impacto sócio-econômico” causado por algum evento inesperado / ocasional.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A “VÍTIMA” DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

Concordo que a vítima da “exclusão social temporária” não seja necessariamente da classe sócio-econômica mais baixa. Acho pouco relevante essa discussão. O impacto sócio-econômico é preocupante e isso independente da classe afetada.

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

- () Sim
(X) Não

POR QUÊ? Considero o termo exclusão social muito forte (exagerado). Prefiro dizer que são vítimas de enchentes e que o município é bastante afetado por impactos sócio-econômicos decorrentes de enchentes no centro (baixada do mercado Municipal).

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Sim. Considero esta pesquisa muito útil para a pesquisa universitária em andamento, porém de pouca utilidade pública.

Entrevistado (a): P7

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Gestão de Riscos

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Mecanismos de transferência de Risco no Manejo Integrado de Bacias.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- () A - Ótimo
() B - Muito Bom
() C - Bom
() D - Regular
(x) E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- (x) Ocupação inadequada da área;
() Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
() Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
() Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA

O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Devido à falta de pesquisadores e estudos mais abrangentes e não apenas através de obras estruturais se resolva o problema.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Exato.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

O crescimento acelerado e desordenado da cidade e a falta de um planejamento e medidas não estruturais.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Com certeza. E através da formação de agências de bacia que o problema começa a ser resolvido.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Perdas financeiras decorrentes da inundação. Criei um modelo de seguros contra enchentes que possibilita a melhoria através da transferência de riscos aliada ao Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A "VÍTIMA" DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

Não tem nada a ver, pois todas as lojas que estão localizadas no local sejam elas pequenas ou grandes sofrem com as inundações.

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

(x) Sim

() Não

POR QUÊ? Devido a toda vez que ocorre chuva forte tem inundação e conseqüentemente perdas financeiras.

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Área de pesquisa muito útil à sociedade e possibilidade real de melhorias definitiva para o local.

Entrevistado (a): P8

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Recursos hídricos urbanos.

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Sim. Complementando medidas estruturais e não-estruturais; porém, a ênfase deve ser dada nas últimas através de métodos de: (a) zoneamento de risco de inundações, (b) sistema de alerta antecipada de vazões, (c) seguro para transferência de risco, (d) associação de usuários da bacia, (e) reflexão do histórico de inundações, e (f) reabilitação / renaturalização de áreas de fundo de vale (estrutural). Em todas estas medidas trabalhamos atualmente.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- () A - Ótimo
- () B - Muito Bom
- () C - Bom
- () D - Regular
- (X) E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- (x) Ocupação inadequada da área;
- () Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- () Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- () Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Fundamentalmente, porque não há ainda uma estrutura legal e consolidada através de um estatuto que tenha como objetivo a “transferência” imediata dos conhecimentos das pesquisas para os formadores de opinião e tomadores de decisão em políticas públicas; ao mesmo tempo, não existe um Fundo Municipal de Recursos Hídricos nem um Plano Municipal de Águas Urbanas, que seja contemplado com metas e ações prioritárias no curto, médio e longo prazo, que possam influenciar na COBRANÇA pelo uso (adequado ou não) dos recursos hídricos urbanos, especialmente relativos com inundações urbanas.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Não. O poder público está sabendo que a “dívida ambiental não-contabilizada” em São Carlos é da ordem de 2 a 3 bilhões de reais (data 2005), e que diminuir metade dessa dívida não contabilizada leva, em média, 15 anos (para o a meta São Carlos 2022, essa dívida deve ser diminuída à metade). Esse é um assunto de planejamento estratégico, com metas por décadas (2010, 2020, 2030, etc.) e que deve ser (ainda não foi) incluído no Plano Diretor aprovado em 2005. O verdadeiro problema é que as Administrações locais só pensam em termos de 4 em 4 anos, sem se preocupar com “continuidade de políticas públicas”.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

São 2 problemas: primeiro, que (explicado acima) os mecanismos para “inclusão de tecnologia de pesquisa no ambiente local” não são muito difundidos no meio acadêmico; segundo, existe ainda um sentimento que fazer pesquisa em “escala local” pode desmerecer o alcance da pesquisa. Finalmente, vejo pouco interesse dos pesquisadores serem solidários com suas pesquisas, para ajudar novos pesquisadores e a sociedade se “em ponderar” dos alcances das pesquisas. Ainda estamos em um ambiente muito competitivo e pouco prestativo. Essa dicotomia é produto disso. É um espelho do que acontece no mundo lá fora: a África está a dois séculos se desangrando, porque os “grandes” tecnólogos e potências a vêem como uma área de “prova de testes” e não como uma área de intercâmbio cultural e social. “Quando o pesquisador se identifique no mesmo nível (horizontal) que o cidadão comum (ainda que não tenha o mesmo grau de escolaridade que o pesquisador), ele estará dando um grande passo de sabedoria, mostrando a humildade por cima de todas as qualidades”.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Estou de acordo condicionado a que seja incluída a discussão de IPTU inteligente, que associe o valor venal do lote / domicílio com o impacto ambiental (positivo / negativo) que ele provoca.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Não é novidade. Nós temos um termo chamado “flood poverty cycle”, que nada mais é que o ciclo vicioso de pobreza que se cria por falta de gestão de risco de inundações.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A “VÍTIMA” DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

No Brasil, é fundamentalmente o de menor recurso a vítima sempre. Nós também catalogamos os “analfabetos ambientais”, muitas vezes de alto poder econômico. Em certa forma é “um excluído social”, porque ele está “isolado” do resto. Se for assim a visão, vale. Não?

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

(x) Sim
() Não

POR QUÊ? Acho que eles são vítimas de exclusão SOCIO-AMBIENTAL TEMPORÁRIA

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Gostaria de aceder aos resultados finais dessa pesquisa.

Entrevistado (a): P9

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Drenagem Urbana.

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Para casos de inundações, soluções viáveis são adotadas para minimizar um determinado tipo de problema. O fator principal é a questão financeira, quando se tem recursos e uma boa medida não convencional para a minimização do problema da área inundada, há sim uma possibilidade de se

obter o controle desta área. Através do incremento do uso de micro-computadores e o desenvolvimento da técnica de modelação matemática, estimulou-se uma atuação mais abrangente no campo dos recursos hídricos, onde se destacam as áreas de hidrologia básica, modelagem hidrodinâmica aplicada a rios, canais e estuários, modelos de previsão de chuva e vazão, modelos de simulação para planejamento e operação de sistemas de reservatórios, modelos de otimização de sistemas de recursos hídricos, modelos matemáticos de qualidade da água, drenagem urbana, planejamento e operação de redes hidrológicas; desenvolvimento de software em hidrologia, desenvolvimento de banco de dados hidrológicos e modelos de suporte à decisão aplicada a recursos hídricos.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Muitas destas pesquisas ficam arquivadas em prateleiras de Bibliotecas e quando ocorre o interesse por alguma delas, o problema maior é a falta de recursos financeiros para que possam ser colocadas em prática.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

A credibilidade das pesquisas e pesquisadores é um fator muito importante para a aceitação e aplicação, pois sendo o problema maior recursos financeiros, os poder público não vai investir em projetos que não lhe garantam uma segurança. Em muitos casos os pesquisadores que já obtém um bom conceito é o que tem prioridade.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

Os problemas sociais e ambientais existentes na cidade de São Carlos não são diferentes e nem maiores que outras cidades de mesmo porte, pois o grande causador disso tudo foi a urbanização acelerada, iniciando com a migração do campo para a cidade. Além disso, a infra-estrutura da cidade de São Carlos é ineficiente para a sua população atual.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Um debate que associe a urbanização, a drenagem urbana e a exclusão social é importante, porque há interação dos três aspectos

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

A exclusão social é um termo conhecido e bastante debatido, já a exclusão social temporária é um termo novo para mim, e como é algo temporário então a exclusão social cujo título da pesquisa se refere é por um determinado período de tempo.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A "VÍTIMA" DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim. À "velha exclusão social", atribuída a baixos níveis de renda e escolaridade, atingindo com mais frequência os migrantes, analfabetos, mulheres, famílias numerosas e a população negra, soma-se à chamada "nova exclusão social" que atinge segmentos até então relativamente preservados do processo de exclusão: jovens com elevada escolaridade, pessoas com mais de quarenta anos, homens não-negros e famílias monoparentais. A geração desses "novos excluídos" está relacionada à inserção precária no mercado de trabalho e ao desemprego, que apresentam ainda como subprodutos a violência urbana e a vulnerabilidade juvenil.

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

- Sim
- Não

POR QUÊ? A inundação ocorre em um determinado período do ano dependendo da região considerada, então a consequência que as vítimas deste acontecimento sofrem é a exclusão social temporária.

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

A pesquisa está interessante e motivadora para o conhecimento da exclusão social generalizada e pontualmente na ocupação de fundos de vale em áreas urbanas. Como sugestão, pesquisar estudos generalizados que levou em consideração a exclusão social temporária e em os que aplicaram em fundos de vale.

Entrevistado (a): P10

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Gerenciamento de resíduos químicos

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Com certeza, pois não podemos depender somente do poder público para achar soluções.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom

- D - Regular
- E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Acredito que estas pesquisas deveriam ser mais acessíveis ao conhecimento do cidadão, pois o poder público tem conhecimento dessas pesquisas, mas aproveita muito pouco.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Não, acredito que é falta de vontade do poder público.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

São Carlos não tem capacidade de absorver todos esses profissionais com tanta qualificação. Em minha opinião esses profissionais devem buscar municípios com falta desta mão de obra tão qualificada.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim, pois o fator social (comunidades excluídas) influencia diretamente a urbanização e o meio ambiente. Sem oportunidade de trabalho e moradia, as comunidades excluídas acabam morando em áreas de proteção ambiental como as margens dos rios.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Esse termo é novidade, mas acredito que essa exclusão temporária é causada por um fator, ou fatores, com começo e fim determinados.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A “VÍTIMA” DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

Com base no conhecimento da realidade de São Carlos, acredito que essa população não seja necessariamente pobre, mas muitas vezes, moradores e comércio antigo.

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

- Sim
- Não

POR QUÊ? Considero os moradores e comerciantes como excluídos temporários, porém quem vai ao centro, eu não considero, pois os últimos só estão sujeitos a essa exclusão se quiserem. Já os moradores e comerciantes, não têm escolha.

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Entrevistado (a): P11

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Sistemas hídricos urbanos.

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Importante lembrar que pesquisa não é projeto, muitos aspectos do projeto não cabem pesquisa, geralmente estudam-se nas pesquisas aspectos de um problema. Se você sistematizar uma série de pesquisas pode encontrar uma solução.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- () A - Ótimo
- () B - Muito Bom
- () C - Bom
- () D - Regular
- () E - Insuficiente

Foram realizadas diferentes obras em diferentes épocas.
Como você quer que eu avalie isto?

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- (x) Ocupação inadequada da área;
- () Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- () Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- () Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Geralmente o que é produzido é publicado e, aos pesquisadores, seria interessante a implementação. Parece haver um descompasso entre academia e empresa pública ou privada e as razões são diversas: políticas, técnicas e etc.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Não creio que seja isto... Acho que estão envolvidas questões como o controle sobre a coisa, capacitação etc.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

Os estágios de desenvolvimento são diferentes, mas não se deve isolar uma causa, a questão é mais complexa.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Claro.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Excluir é eliminar, por exemplo, a pobreza exclui segmentos sociais do acesso à saúde, à escola, ao lazer etc., você acresce o termo temporária e o aplica a outra causa. Já tinha ouvido falar.

10- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A “VÍTIMA” DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

Não vejo como discordar de um fato.

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

(x) Sim
() Não

POR QUÊ? Mas depende de definições sobre a questão, para poder-se responder.

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Algumas perguntas suas são colocadas sem informações ou dados que permitam uma análise mais apurada e isto empurra o entrevistado ao subjetivismo ou não resposta, o que não é bom para ninguém.

Entrevistado: P12

1- EM QUAL LINHA DE PESQUISA ESTA TRABALHANDO ATUALMENTE?

Capacitação comunitária para mitigação de impactos de desastres ambientais e sistemas de alerta antecipada.

2- SABE-SE QUE A REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, PRINCIPALMENTE NAS PROXIMIDADES DO MERCADO MUNICIPAL, CONSTITUI PALCO DE CONSTANTES INUNDAÇÕES. O SR (A) VÊ ALGUMA POSSIBILIDADE DE SE ENCONTRAR, ATRAVÉS DE PESQUISAS, UMA SOLUÇÃO PARA ESSE PROBLEMA?

Sim é possível, mas também tem que haver vontade política de implantar sistemas com medidas estruturais (obras visando à correção e prevenção dos problemas) e não estruturais (normas, regulamentos, sistemas de alerta e conscientização da população) e aceitar as propostas acadêmicas, em conjunto com a comunidade e população afetada.

3- COM O PASSAR DOS ANOS, MUITAS OBRAS FORAM REALIZADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO, TANTO EM SUAS MARGENS, QUANTO NA CANALIZAÇÃO. SE O SR (A) PUDESSE CONCEITUAR AS OBRAS QUE FORAM REALIZADAS, QUE CONCEITO DARIA?

- A - Ótimo
- B - Muito Bom
- C - Bom
- D - Regular
- E - Insuficiente

4- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

5- SABE-SE QUE UMA SÉRIE DE PESQUISAS FORAM E ESTÃO SENDO REALIZADAS NA BACIA DO CÓRREGO DO GREGÓRIO, ABRANGENDO DIVERSAS ÁREAS DE CONHECIMENTO. PARA O SR (A), O QUE ACONTECE COM ESSAS PESQUISAS? POR QUE NÃO SÃO, NA MAIORIA DOS CASOS, UTILIZADAS PARA SUBSIDIAR POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DA PREFEITURA?

Por que o próprio organismo publico (prefeitura) não tem interesse político em solucionar o problema e sim manter da forma que esta com paliativos e as vezes ate minimizar o impacto causado, mas utilizando como barganha eleitoral.

6- O SR (A) CONSIDERA QUE ESTE FATO PODE ESTAR ASSOCIADO A UMA FALTA DE CREDIBILIDADE POR PARTE DO PODER PÚBLICO COM RELAÇÃO ÀS PESQUISAS E PESQUISADORES?

Não. Acredito que seja o contrario que os pesquisadores têm todo interesse em solucionar o problema que é o contrario que os administradores públicos querem.

7- SÃO CARLOS É UMA CIDADE QUE POSSUI UM PROFESSOR DOUTOR PARA CADA 230 HABITANTES E É CONHECIDA COMO PÓLO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO E, NO ENTANTO, É PALCO DE MUITOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE ESSA DICOTOMIA EXISTENTE EM SÃO CARLOS?

A dicotomia existe. É real e aplicada. Isto tenho visto em 16 anos de trabalhos com a Prefeitura Municipal, por diversos motivos e origens, às vezes começa pelas vaidades pessoais de lideres de ambos os lados, por não estar nos objetivos políticos e de gastos da prefeitura, mas nota-se que hoje a distancia não e mas a que existia há 5 anos atrás. Existem vários projetos em desenvolvimento em conjunto com as universidades em áreas de interesse político e eleitoral.

8- O SR (A) CONSIDERARIA PERTINENTE UM DEBATE QUE ASSOCIE URBANIZAÇÃO, DRENAGEM URBANA E EXCLUSÃO SOCIAL? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim é muito necessário. Pois estes temas não podem ser tratados por separado, sempre em conjunto com visão localizada, mais holística.

9- O QUE ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA? ESSE TERMO É NOVIDADE PARA O SR (A)?

Exclusão circunstancial de pessoas, marginalizando de bens, serviços e qualidade de vida, por circunstancias, que pode ser dependentes do espaço geográfico e do tempo. Não é novo para min, pois o EIRD / ONU já tratava do tema desde 1988.

10- O Sr (a) concorda com o fato de que a “vítima” da exclusão social temporária não seja necessariamente pobre? Dê sua opinião.

Sim pode acontecer (por citar um exemplo) um desastre de origem natural com uma comunidade de alto padrão econômico, onde o trauma terá seus véis e impactos durante um certo tempo.

11- O SR (A) CONSIDERARIA OS COMERCIANTES, MORADORES E QUALQUER PESSOA QUE VAI AO CENTRO SÃO CARLOS EM BUSCA DE SERVIÇOS EM GERAL, VÍTIMAS DE UMA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA CAUSADA PELA OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES?

- Sim
 Não

POR QUÊ? Qualquer um deles estaria diretamente afetado por uma inundação, como e publico no caso do Córrego Gregório na região do mercado municipal.

12- GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Gostaria de ter em mãos seu trabalho final, pois será muito interessante.

Grupo 5: Representante da Prefeitura Municipal de São Carlos.

1- HÁ QUANTO TEMPO O SR (A) TRABALHA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS?

- menos de 1 ano;
 de 1 a 5 anos;
 de 5 a 10 anos;
 de 10 a 15 anos;
 mais de 15 anos;

2- O SR (A) É FUNCIONÁRIO EFETIVO OU CONTRATADO PELA PREFEITURA?

Sou contratado.

3- EM QUAL SETOR / SECRETARIA DA PREFEITURA O SR (A) TRABALHA?

Divisão de obras públicas. Ocupo o cargo de diretor de obras públicas.

4- QUAL SUA OPINIÃO A RESPEITO DAS INUNDAÇÕES OCORRIDAS NA REGIÃO DO MERCADO MUNICIPAL?

Depois das últimas obras realizadas, acho que os problemas causados pelas enchentes foram amenizados. Já não se fala de problemas tão sérios como acontecia anteriormente. Atualmente o trecho de maior problema é entre as Ruas São Joaquim e Dona Alexandrina.

5- AS INTERVENÇÕES REALIZADAS NO CÓRREGO DO GREGÓRIO FORAM EM GRANDE PARTE ESTRUTURAIS OU NÃO ESTRUTURAIS?

- Estruturais
 Não estruturais

Para esse ano de 2006, está prevista a realização de uma obra na canalização do Córrego do Gregório no trecho da Rua José Bonifácio, onde hoje tem uma rotatória. Vai ser construída no lugar da rotatória, uma ponte. Esse trecho está com problema de fuga de solo.

6- O SR (A) ACHA QUE ESSAS INTERVENÇÕES AMENIZARAM OS PROBLEMAS OCORRIDOS COM AS INUNDAÇÕES?

Sim.

7- O SR (A) SABERIA ME DIZER QUAL É A ATUAÇÃO DA POPULAÇÃO NESSAS INTERVENÇÕES? AS OPINIÕES DA POPULAÇÃO SÃO CONSIDERADAS NO PLANEJAMENTO DAS POSSÍVEIS INTERVENÇÕES?

Na verdade, eles mais atrapalham do que ajudam. No ano passado (2005), por exemplo, tinha saído uma licitação para realização de uma obra que ia interligar o Córrego do Simeão até a ponte da Rua José Bonifácio. Esse trecho seria reconstruído, mas os comerciantes impediam que a obra fosse feita, alegando que seriam prejudicados com relação às vendas.

8- COMO PROFISSIONAL, QUAL SUA OPINIÃO SOBRE AS OBRAS DE CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO DO GREGÓRIO? E QUAL SERIA SUA OPINIÃO COMO CIDADÃO?

As obras realizadas entre 2001 e 2005, foram tecnicamente corretas. Mas ali, é muito complicado. Eu não sei, acho se fosse prefeito eu não faria nada ali, porque nunca vai resolver o problema 100%. Começou errado.

9- O SR (A) JÁ FOI VITIMADO PELAS INUNDAÇÕES NO CENTRO DE SÃO CARLOS?

() Sim
(x) Não

10- QUAL SUA OPINIÃO SOBRE OS COMERCIANTES / MORADORES QUE PERMANECEM NESSA ÁREA?

Como engenheiro, acho que eles deviam sair dali, mas me colocando no lugar deles, acho que eles devem reivindicar mesmo. Eles possuem suas lojas numa área comercial consolidada da cidade e, portanto, eles têm direito.

11- O QUE O SR (A) ENTENDE POR EXCLUSÃO SOCIAL?

Pra mim, exclusão social é sinônimo de pobreza, falta de acesso a infra-estrutura-urbana, condição precária de vida, etc.

12- O SR (A) CONSIDERARIA EXCLUÍDAS SOCIALMENTE AS PESSOAS QUE, DE ALGUMA FORMA, SÃO PREJUDICADAS COM AS INUNDAÇÕES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS?

Não. Esses problemas que os comerciantes enfrentam não são tão graves a ponto de caracterizá-los dessa forma.

13- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Gostaria de conhecer os resultados da sua pesquisa. Além disso, queria te contar uma novidade: A Prefeitura Municipal de São Carlos, através do Ministério das Cidades, conseguiu recursos para elaboração de um Plano Diretor de Drenagem Urbana Ambientalmente Sustentável. Esse Plano Diretor contemplará medidas não-estruturais para amenizar o problema das enchentes. A verba já foi aprovada e empenhada pela Caixa Econômica Federal.

Grupo 6: Representante da Defesa Civil de São Carlos.

1- HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA (OU TRABALHOU) NA DEFESA CIVIL?

- menos de 1 ano;
- de 1 a 5 anos;
- de 5 a 10 anos;
- de 10 a 15 anos;
- mais de 15 anos;

QUAL CARGO O SR (A) OCUPA (OU OCUPAVA)?

Ocupei vários cargos (Assessor de gabinete, Técnico de Segurança, Chefe de Seção e Chefe de divisão), pois a Defesa Civil há poucos anos e reconhecida como de interesse político e social. Mas a Função sempre foi de Coordenador Municipal de Defesa Civil.

2- A DEFESA CIVIL POSSUI REGISTROS DE INUNDAÇÕES NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO CARLOS, DESDE QUAL ANO?

Não tenho certeza se os arquivos ainda estão na Defesa Civil Municipal, mas deveria de ter desde 1992 em foram sistematizada, e recopilada desde 1905.

3- EM QUAL ÉPOCA DO ANO A DEFESA CIVIL É MAIS ACIONADA NESSA ÁREA?

Na época de verão, com as chuvas. Do período de início de dezembro ate a abril.

4- PARA O SR (A) AS INTERVENÇÕES REALIZADAS AO LONGO DOS ANOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, MINIMIZARAM OS PROBLEMAS CAUSADOS PELAS INUNDAÇÕES?

Sim, em pontos específicos, mas levando o mesmo problema a outros pontos a jusante e a montante.

5- EM SUA OPINIÃO, QUEM SÃO OS MAIORES PREJUDICADOS COM A OCORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS?

O cidadão são-carlense, desde o próprio comerciante, passando pelo dono do imóvel, ate o comprador ou cliente, a chegando ao recolhimento de impostos que reduzem pela falta de vendas.

6- JÁ HOUVE REGISTRO DE PERDAS DE VIDAS HUMANAS NESSA ÁREA CENTRAL?

Não que eu tivesse conhecimento. Do ponto de vista dos fatores hidrometeorológicos (enchente, inundação, raios etc.).

7- DE ACORDO COM SUA OPINIÃO, DENTRE AS ALTERNATIVAS ABAIXO, AS ENCHENTES OCORRIDAS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO CARLOS, SÃO CAUSADAS PRINCIPALMENTE POR QUAL DESSES PROBLEMAS?

- Ocupação inadequada da área;
- Por deficiências no sistema de drenagem do Córrego do Gregório;
- Por falta de uma intervenção adequada da prefeitura;
- Todos acima.

8- A DEFESA CIVIL POSSUI ALGUMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO JUNTO À POPULAÇÃO SOBRE PRECAUÇÕES A SEREM TOMADAS COM RELAÇÃO ÀS INUNDAÇÕES?

No município de São Carlos eu não conheço nenhuma iniciativa nesta linha. O governo do estado forneceu material para distribuição para campanhas, mas por questões políticas nunca foi autorizado seu uso no município.

9- DIANTE DAS INÚMERAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA NAS QUAIS A DEFESA CIVIL FOI ACIONADA, O SR (A) CONSIDERARIA AS PESSOAS PREJUDICADAS, EXCLUÍDAS SOCIALMENTE NAQUELE MOMENTO?

Sim. Em forma traumática e até violenta

10- NA SUA OPINIÃO, A REALIZAÇÃO DE UMA PESQUISA QUE TENHA COMO DEBATE CENTRAL A EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA COMO CONSEQÜÊNCIA DA OCUPAÇÃO DE FUNDOS DE VALE EM ÁREAS URBANAS, SERIA RELEVANTE?

Seria de muita valia. Pois o poder público sozinho não conseguira solucionar todos os problemas deste tipo, precisando da intervenção da comunidade que ao mesmo tempo precisa ser instruída sobre o assunto.

11- O SR (A) CONCORDA COM O FATO DE QUE A “VÍTIMA” DA EXCLUSÃO SOCIAL TEMPORÁRIA NÃO SEJA NECESSARIAMENTE POBRE? DÊ SUA OPINIÃO.

Sim pode acontecer (por citar um exemplo) um desastre de origem natural com uma comunidade de alto padrão econômico (como foi o destelhamento por efeito de uma “tesoura de vento” de varias residências no condomínio Faber com perdas materiais, mas onde as pessoas não achavam que aconteceria com eles, pois suas casas estão “bem construídas”), onde o trauma terá seus vícios e impactos durante certo tempo.

12- O SR (A) GOSTARIA DE FAZER ALGUMA CRÍTICA OU DAR SUGESTÕES SOBRE ESTA PESQUISA?

Sim. Gostaria de ter em mãos o resultado da mesma, pois seria muito interessante.